

ALEXANDRO BARBOSA

**AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE
INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO
VINCULADAS ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR: UM ESTUDO NO NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador:
Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

**João Pessoa – PB
2003**

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Barbosa, Alexandre.

Avaliação dos sistemas integrados de informação contábil das fundações de apoio vinculadas às instituições federais de ensino superior: um estudo no nordeste do Brasil / Alexandre Barbosa. – João Pessoa, 2003.

220 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa Multiinstitucional e Inter – Regional de Pós – Graduação em Ciências Contábeis.

1. Contabilidade - Tese. 2. Sistema de Informação Contábil – Tese. 3. Informação – Tese. 4. Utilidade da informação – Tese. 5. Tomada de decisão - Tese. 6. Prestação de conta – Tese. I. Silva, José Dionísio Gomes da. II. Universidade de Brasília. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Universidade Federal de Pernambuco. V. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. VI. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 657 (81)(043.3)

ALEXANDRO BARBOSA

**AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE
INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO
VINCULADAS ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR: UM ESTUDO NO NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis
do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade de Brasília, da Universidade Federal da
Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aprovado em: 15/09/2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

Prof. Dr. Carlos Pedrosa Junior
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco
Universidade Católica de Santos

**João Pessoa – PB
2003**

Dedico este trabalho

A minha mãe Maria Lúcia, aos meus avós, Manuel Barbosa (em memória) e Maria Augusta, aos meus irmãos, Davidson e Maria, aos demais familiares, e a minha noiva Munik, pelo incentivo, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

É extremamente difícil agradecer o trabalho de toda uma vida sem omitir algumas pessoas e instituições que contribuíram com todo um processo de conhecimento, no entanto, quero agradecer aqueles que tiveram significativa importância de forma mais recente:

Aos Professores do mestrado, Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Dr. Chistóvão Thiago de Brito Neto, Dra. Ilse Maria Beuren, Dr. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Dr. Jorge Katsumi Niyama, Phd. Luiz Carlos Miranda e Dr. Marco Tullio C. Vasconcelos, meus sinceros agradecimentos pelos conhecimentos transmitidos.

Aos professores Dra. Aneide Oliveira de Araújo, Dr. Carlos Pedrosa Júnior e Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto de pesquisa e na defesa da dissertação.

A todos meus colegas do mestrado, em especial aos amigos Almir, Antônio Alves, Edílson Paulo, Edílson Silveira, Elmano, Geraldo, Gustavo, Marcelo Jota, Maxwell e Roque, bem como as amigas Juliana e Marta, pelas trocas de experiências dentro e fora da sala de aula.

Aos meus amigos professores da UFRN, Anailson, Andréa Carvalho, Antônio Carlos, Edmilson Jovino, Ermínio, Domingos, Fabiano André, Guaraci, José Maria, Luiz Vieira, Lúcia Viana, Mascarenhas, Magnus Amaral, Marcelo Rique, Neves, Miguel Añez, Socorro Borba, Paulo Américo, Wayner E. Thomas, Yanko e Zivanilson pelo incentivo e inspiração profissional.

Às secretárias do mestrado, Ivanancy Lira Alemida, Maria das Graças Rodrigues Gomes, Marial de Fátima Souza, Márcia Andréa Paula Barcelos e, em especial, a Ridan Borges do Nascimento pela atenção e dedicação com que trataram os meus problemas acadêmicos.

Um muito obrigado aos amigos Assis, Gerlando, Gutemberg, Ridalvo, Roberto, Severino e Vitor, pelo companheirismo e ajuda dispensada.

Às quatro universidades que compõem o Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura.

Um agradecimento todo especial ao Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva, não apenas pelas valiosas, firmes e seguras orientações que se perpetuam desde a graduação, mas também pelo incentivo, confiança e amizade nesses anos de convivência.

RESUMO

O estudo configura-se em uma avaliação dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio Vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior. Apresenta o diferencial proporcionado pela informação, destacando a contabilidade como o seu maior produtor. Expõe os aspectos conceituais das Fundações de Apoio, destacando sua contribuição para a sociedade a partir de evolução histórica, suas atividades básicas e seus organismos controladores. Utiliza, como referencial teórico, a Teoria Geral de Sistemas associada à Teoria da Contabilidade. Para descrever a realidade dos Sistemas de Informação contábil das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior realiza uma pesquisa em todo o Nordeste do Brasil. O objetivo da pesquisa é verificar se as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior são contempladas com Sistemas Integrados de Informação Contábil que gere informações para a tomada de decisão e prestação de contas. Os resultados da pesquisa apontam que 82,6% das Fundações de Apoio não são contempladas por um Sistema Integrado de Informação Contábil que gere informações relevantes e confiáveis para a tomada de decisão e prestação de contas. Conclui que a contemplação de um Sistema Integrado de Informação Contábil que produza informações úteis pode proporcionar diferenciais no gerenciamento das atividades em decorrência da possibilidade de uma maior efetividade do processo de tomada de decisão e prestação de contas.

Palavras-chave: Sistema de Informação Contábil. Fundações de Apoio. Utilidade da Informação. Tomada de decisão. Prestação de Contas.

ABSTRACT

This study deals with the assessment of Accounting Information Systems of Research Foundations that give technical and financial support to Federal Institutions of Superior Education maintained by the Brazilian Federal Government, and which are located in the Northeast of this country. It highlights that accounting can be seen as the main information producer when presenting the differential given by its product. It also expresses the conceptual aspects of such foundations, emphasizing their actual social contribution based on their historical evolution, basic activities, and the entities responsible for controlling them. It is also based on both accounting and information theories. The objective of this study is to evaluate whether such foundations maintain any kind of accounting information system that support the decision making processes and that are able to guarantee the accountability aspect. The results indicate that 82.6% of the Research Foundations do not possess an Integrates System of Accounting Information that generates relevant and reliable information for decision making and accounting. It indicates that the utilization of an appropriate integrated accounting information system can provide a differential for activities management due to the fact of possibility of greater effectiveness of the decision making and accountability processes.

Keywords: Accounting Information System. Research Foundations. Utility of Information. Decision Making. Accountability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipificação da Pesquisa.....	35
Quadro 2 - Órgãos que controlam as Fundações de Apoio vinculadas às IFES	46
Quadro 3 - Modelo estruturado de plano de contas para Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visão de responsabilidade (accountability) nas Fundações de pesquisa vinculadas às IFES.....	45
Figura 2 - Atividades Básicas das Fundações de Apoio às IFES	51
Figura 3 - Relação entre a integração sistêmica e a utilidade da informação gerada pelo sistema	62
Figura 4 - A evidenciação e o processo de comunicação	69
Figura 5 - Comparação entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial	71
Figura 6 - Uma hierarquia de qualidades em contabilidade	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das Fundações Responentes por Unidade da Federação	110
Gráfico 2 - Posição Hierárquica x Formação Acadêmica	112
Gráfico 3 - Composição das Respostas existência de Sistema de Informação Gerencial (SIG)	123
Gráfico 4 - Consolidação da utilidade por categoria de sistema	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vinculação Institucional por faixa de ano de constituição da Fundação	110
Tabela 2 - Frequência de quantidade máxima de projetos gerenciados em um ano (1997-2002) por faixa.....	113
Tabela 3 - Evolução da quantidade de projetos gerenciados pelas fundações ente 1997 e 2002	114
Tabela 4 - Resultados da regressão do <i>Excel</i> para a quantidade de projetos gerenciados ano a ano	115
Tabela 5 - Frequência de quantidade máxima de recursos financeiros gerenciados em um ano (1997-2002) por faixa.....	116
Tabela 6 - Resultado proporcionado pelo <i>Excel</i> da correlação entre quantidade de projetos e recursos financeiros	116
Tabela 7 - Evolução dos recursos financeiros gerenciados pelas Fundações ente 1997 e 2002	117
Tabela 8 - Evolução das recursos financeiros gerenciados pelas fundações ente 1997 e 2002 considerando a inflação	118
Tabela 9 - Resultado proporcionado pelo <i>Excel</i> da correlação entre quantidade de projetos e recursos financeiros considerando os efeitos da inflação	118
Tabela 10 - Resultados da regressão do <i>Excel</i> para a quantidade de recursos financeiros gerenciados ano a ano considerando os efeitos da inflação.....	119
Tabela 11 - Comportamento do gerenciamento de recursos financeiros a partir de 2003	120
Tabela 12 - Frequência de quantidade máxima de colaboradores em um ano (1997-2002) por faixa	121
Tabela 13 - Evolução da quantidade de colaboradores das fundações ente 1997 e 2002	121
Tabela 14 – Distribuição do Sistema de Informação Gerencial	123
Tabela 15 - Frequência de Processamento das Atividades e Demonstrativo do Fluxo de Caixa	125
Tabela 16 - Nível de processamento das transações por faixa	126
Tabela 17 - Processamento de informações operacionais dos projetos x Alterações e execução do plano de aplicação	126
Tabela 18 - Processamento das informações operacionais dos projetos x processamento da folha de pagamento.....	127
Tabela 19 - Processamento dos pagamento x processamento de compras mat./serv. Internacionais.....	127
Tabela 20 - Processamento dos pagamentos x processamento da folha de pagamento	128
Tabela 21 - Processamento de contas a receber x processamento de controle da taxa de administração.....	128
Tabela 22 - Processamento de contas a receber x Processamento do controle de mensalidade de cursos de especialização	129
Tabela 23 - Processamento de Contas a Receber x Processamento de exportação de produtos ou serviços	130
Tabela 24 - Processamento das compras de materiais ou serviços nacionais x Processamento de informações operacionais dos projetos	130

Tabela 25 - Processamento de compras de materiais ou serviços nacionais x Processamento de Cadastro de Fornecedores.....	131
Tabela 26 - Processamento das compras de materiais ou serviços internacionais x Processamento de informações operacionais dos projetos.....	131
Tabela 27 - Processamento de compras/serviços internacionais x Processamento de exportação de produtos ou serviços.....	132
Tabela 28 - Processamento da contabilidade x Processamento de conciliação de contas e fluxo de caixa (real e projetado)	133
Tabela 29 - Avaliação da carga de processamento da contabilidade	133
Tabela 30 - Resultado da integração sistêmica a partir dos cruzamento das questões de controle	136
Tabela 31 - Frequência da integração sistêmica.....	137
Tabela 32 - Módulos básicos identificados nas questões fechadas	138
Tabela 33 - Módulos básicos identificados após tratamento das questões abertas	139
Tabela 34 - Ociosidade dos módulos do sistema.....	139
Tabela 35 - Importância dos elementos que compõem o sistema	140
Tabela 36 - Fornecimento de subsídios informacionais para o planejamento operacional	142
Tabela 37 - Frequência do processamento da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial	143
Tabela 38 - Confronto da integração sistêmica com os componentes informacionais básicos	143
Tabela 39 - Categorização final do Sistema de Informação Contábil	144
Tabela 40 – Percentual dos Demonstrativos Financeiros/Sociais processados e divulgados pelo sistema	146
Tabela 41 - Frequência das conciliações de contas	148
Tabela 42 - Frequência de Processamento dos demonstrativos contábeis para prestação de contas da própria Fundação	148
Tabela 43 - Frequência de Processamento dos demonstrativos contábeis para prestação de contas dos projetos gerenciados pelas Fundações	149
Tabela 44 – Resultado dos SICs que funcionam utilizando a contabilidade por fundos.....	151
Tabela 45 - Resultado do sentimento inicial dos respondentes face à utilidade das informações geradas pelo sistema	153
Tabela 46 - Utilidade dos módulos de Fluxo de Caixa existentes nas Fundações	154
Tabela 47 - Frequência de disponibilidade de informações preditivas	156
Tabela 48 - Frequência de geração de informações preditivas através dos subsistemas existentes	157
Tabela 49 - Frequência de disponibilidade de informações oportunas	158
Tabela 50 - Frequência de geração de informações preditivas através dos subsistemas financeiro/contábil existentes	158
Tabela 51 - Frequência de geração de informações preditivas através dos módulos de orçamento de fluxo de caixa existentes	159
Tabela 52 - Frequência de disponibilidade de informações que tenha valor como <i>feedback</i>	160
Tabela 53 - Frequência de geração de informações para <i>feedback</i> através dos subsistemas existentes	161
Tabela 54 - Frequência da relevância proporcionada pelo subsistema financeiro/contábil ...	161
Tabela 55 - Frequência da relevância proporcionada pelo módulo de orçamento de fluxo de caixa.....	162
Tabela 56 - Resultado da frequência categorizada para a relevância	162
Tabela 57 - Resultado da frequência categorizada para a relevância dos sistemas existentes	163
Tabela 58 - Frequência de disponibilidade de fidelidade de representação da informação ...	165

Tabela 59 - Frequência de geração de informações fidedignas através dos subsistemas existentes	165
Tabela 60 - Frequência de disponibilidade de informações verificáveis.....	167
Tabela 61 - Frequência de geração de informações verificáveis através dos subsistemas existentes	167
Tabela 62 - Frequência de disponibilidade de informações neutras.....	168
Tabela 63 - Frequência da confiabilidade proporcionada pelo subsistema financeiro/contábil	169
Tabela 64 - Frequência da confiabilidade proporcionada pelo módulo de orçamento de fluxo de caixa.....	169
Tabela 65 - Resultado da frequência categorizada para a confiabilidade.....	170
Tabela 66 - Resultado da frequência categorizada para a confiabilidade dos sistemas existentes	170
Tabela 67 - Confronto da Relevância com a Confiabilidade do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa do Subsistema de Orçamento da Fundação.....	171
Tabela 68 - Confronto da Relevância com a Confiabilidade do Subsistema de Contabilidade Financeira e integração do Sistema de Informação Contábil	173
Tabela 69 - Consolidação da utilidade por categoria de sistema.....	174

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Cód.	Código
CONFIES	Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FASB	Financial Accounting Standards Board
FC	Fluxo de Caixa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GAO	United General Accounting Office
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAC	International Federation of Accountants
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Int.	Internacionais
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
Nac.	Nacionais
Orç.	Orçamento
SAD	Sistema de Apoio à Decisão
SE	Sistema Especialista
SI	Sistema de Informação
SIC	Sistema de Informação Contábil
SIG	Sistema de Informação Gerencial
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SPT	Sistema de Processamento de Transações
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	12
SUMÁRIO	13
1 APRESENTAÇÃO	15
1.1 Considerações Iniciais	16
1.2 Problematização	18
1.3 Objetivos	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 Hipóteses e Variáveis de Pesquisa	23
1.5 Justificativa	28
1.6 Delimitação do Estudo	31
1.7 Proceder Metodológico	33
1.7.1 Tipologia da Pesquisa	33
1.7.2 Técnica de Coleta de Dados	35
1.7.3 Universo e Amostra da Pesquisa	37
1.7.4 Seleção dos Sujeitos	38
1.7.5 Tratamento Estatístico dos Dados	38
1.7.6 Organização do Estudo	39
2 FUNDAÇÕES	40
2.1 Aspectos conceituais das Fundações	41
2.2 Breve Histórico sobre as Fundações	42
2.3 Fundações de Apoio vinculadas às Instituições de Federais de Ensino Superior	44
2.3.1 Organismos que controlam as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior	45
2.3.2 Atividades das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior	47
3 REFERENCIAL TEÓRICO	53
3.1 Introdução	54
3.2 Aspectos Teóricos de Sistema de Informação	54
3.2.1 Sistema	54
3.2.2 Informação	55
3.2.3 Sistema de Informação	57
3.2.4 Integração Sistêmica	59
3.2.5 Processo Decisório	63
3.2.6 Classificação dos Sistemas de Informação	64
3.3 Sistema de Informação Contábil	66
3.3.1 Componentes Informacionais Básicos	70

3.3.2	Perspectiva Gerencial do Sistema de Informação Contábil.....	73
3.3.3	Características Qualitativas da Informação Contábil	76
3.4	Sistema de Integrado Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior	84
3.4.1	Sistema de Contabilidade por Fundos	87
3.4.2	O Plano de contas das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior	90
3.4.3	As principais Demonstrações Contábeis a serem divulgadas pelo Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior	93
3.4.3.1	Balanço Patrimonial (Demonstração de Posição Financeira).....	95
3.4.3.2	Demonstração de Superávit ou Déficit (Demonstração de Atividades).....	96
3.4.3.3	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	98
3.4.3.4	Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	98
3.4.3.5	Fluxo de Caixa Real	99
3.4.3.6	Fluxo de Caixa Projetado (orçado).....	101
3.4.3.7	Demonstrativos para controle e prestação de contas dos Projetos	103
4	RESULTADOS DA PESQUISA	106
4.1	Introdução.....	107
4.2	Análise dos dados	109
4.2.1	Análise do Primeiro Bloco – Elementos de Identificação das Fundações	109
4.2.2	Análise do Segundo Bloco – Aderência dos Respondentes dos Questionários	111
4.2.3	Análise do Terceiro Bloco – Evolução das Fundações	113
4.2.4	Análise do Quarto Bloco – Sistema de Informação Contábil.....	122
4.2.4.1	Primeira etapa do quarto bloco – Processamento das Transações.....	124
4.2.4.2	Segunda etapa do quarto bloco – Integração Sistêmica	134
4.2.4.3	Terceira etapa do quarto bloco – Módulos básicos e sua importância	138
4.2.4.4	Quarta etapa do quarto bloco – Componentes informacionais básicos.....	141
4.2.4.5	Quinta etapa do quarto bloco – Relatórios de saídas do sistema.....	145
4.2.5	Análise do Quinto Bloco – Contabilidade por Fundos.....	149
4.2.6	Análise do Sexto Bloco – Potencialidade do Sistema em gerar informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.....	152
4.2.6.1	Primeira etapa do sexto bloco – Sentimento inicial dos respondentes face à utilidade das informações geradas pelo sistema.....	153
4.2.6.2	Segunda etapa do sexto bloco – Relevância das Informações geradas pelo sistema ..	155
4.2.6.3	Terceira etapa do sexto bloco – Confiabilidade das Informações geradas pelo sistema	164
4.2.6.4	Quarta etapa do sexto bloco – Utilidade das Informações geradas pelo sistema	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
	BIBLIOGRAFIA	183
	ANEXO A – Fundações de Apoio Credenciadas – Lei nº 8.958/94 Portaria Interministerial nº 2.089/97-MEC/MCT	192
	APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa.....	198
	APÊNDICE B - Plano de Contas para o Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio	210

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Em decorrência do crescente desenvolvimento da sociedade, as entidades são norteadas por novos conceitos de gestão que condicionam o desenvolvimento das organizações baseadas na informação. Nesse sentido, os Sistemas de Informação estão se mostrando como alicerces de todas as etapas do processo de gestão na busca do cumprimento da missão das entidades.

Através do desenvolvimento do acesso informacional proporcionado pela disponibilidade de recursos tecnológicos compatíveis, as variáveis controláveis e incontroláveis passam a gerar um elevado volume de dados e informações que devem ser convertidos em ações nos processos de tomada de decisão e de prestação de contas. Esta concepção explica a tendência mundial quanto ao estudo, desenho, implantação e funcionamento dos Sistemas de Informação que atendam às necessidades de cada tipo de entidade.

Nesse aspecto, o Sistema de Informação Contábil é concebido como um importante instrumento informacional do Sistema Empresa, pois oferece aos gestores informações em todas as etapas do processo de gestão: planejamento, execução e controle.

Diferentemente da atividade empresarial que visa ao lucro para distribuição entre os investidores, as Entidades Sem Fins Lucrativos, nas quais estão inseridas as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, são entidades de direito privado que visam a sua auto-sustentabilidade para o desenvolvimento de suas atividades sociais.

Apesar do fato de as Fundações de Apoio às IFES não visarem ao lucro, existe por trás do desenvolvimento de suas atividades um sentido empresarial intrínseco que visa a garantir sua sobrevivência por intermédio de uma gestão efetiva dos recursos econômicos. Neste contexto, Alves (2000, p. 97) afirma: “Não há incompatibilidade alguma, como a princípio poderia parecer, de a fundação gerir recursos com visão empresarial ou mesmo exercer atividades econômicas. A fundação, na sua modelagem original, totalmente alheia a idéias de empresa, de há muito foi superada.”

Além da necessidade das Fundações de Apoio às IFES incorporarem a perspectiva empresarial, o que gera uma maior necessidade informacional para os usuários internos,

existem também vários organismos controladores e fiscalizadores que necessitam de informações relativas às prestações de contas.

De fato, as atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio às IFES apresentam características particulares quanto à captação e ao gerenciamento de recursos, pois os mesmos podem ser originados de fontes públicas ou privadas, o que torna mais difícil a ação de seus gestores que necessitam de Sistemas de Informação Contábil mais sofisticado que se ajustem às duas situações simultaneamente. A situação reforça a responsabilidade dos gestores na utilização dos recursos. Neste sentido, o *Financial Accounting Standards Board* - FASB¹ ressalta que:

[...] para aumentar sua capacidade de fornecer bens ou serviços a que está destinada, o recebimento de recursos doados aumenta não só os recursos da organização, mas impõe também uma responsabilidade fiduciária na gerência eficaz e eficiente dos recursos recebidos para a consecução dos objetivos estabelecidos no serviço (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993a, p.23, tradução livre).²

Focando no social, a promoção do desenvolvimento científico-tecnológico tem sido reorientada através do processo de autonomia universitária em detrimento da política Governamental Brasileira de redução de gastos públicos, colocando as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior como bases de apoio de fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste mesmo raciocínio, Paes (2000, p.135) aborda:

Já vem de muitos anos a instituição de fundações de direito privado sob os auspícios de uma outra instituição na área de ensino, normalmente as instituições de ensino superior públicas (as autarquias universitárias) ou as universidades particulares. Mesmo porque o campo do ensino e da pesquisa é um dos mais propícios e férteis à atuação fundacional, em face da característica da autonomia administrativo-financeira intrínseca à pessoa jurídica e que se amolda às necessidades e carências das instituições de ensino superior.

¹ O termo em inglês significa Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira.

² [...] to increase its capacity to provide those goods or services, and receipt of donated assets not only increases the assets of the organization but also imposes a fiduciary responsibility on its management to use those assets effectively and efficiently in pursuit of those service objectives.

Com essa visão, pode-se entender que o *link* entre as IFES e as Fundações de Apoio tem ficado cada vez mais forte e mais crescente, executando-se as mais variadas atividades em benefício da sociedade. Como consequência desse fortalecimento, surge um aporte considerável de recursos financeiros para cumprimento dos objetivos sociais das Fundações de Apoio e, conseqüentemente, da sua missão, exigindo-se dessas Fundações um sistema de controle que contribua com informações e propicie aos gestores realizarem um acompanhamento sistemático da aplicação e gestão daqueles recursos.

No Brasil, encontram-se algumas pesquisas sobre as entidades sem fins lucrativos que tratam de aspectos organizacionais, jurídicos e até mesmo contábeis; mas são embrionárias, principalmente as pesquisas que contemplam particularmente as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior.

Logo, estudos referentes a Sistema de Informação Contábil, aplicado às Fundações de Apoio, apresentam-se em situações bastante carentes.

Nesse sentido, este estudo propõe desenvolver uma avaliação sobre os Sistemas de Informações Contábeis nas quais a administração de uma Fundação de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior se baseia para medir o alcance de seus objetivos, direcionar suas metas e ter a certeza de que as diretrizes fornecidas pela organização estão sendo regularmente canalizadas para atingir o cumprimento da sua missão e a respectiva prestação de contas.

Procura-se com isso contribuir para o oferecimento de resultados de pesquisa empírica e bibliográfica que descrevem Sistemas de Informação Contábil e sua utilidade no processo de gestão das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior em termos de informações pertinentes aos processos de tomada de decisão e de prestação de contas.

1.2 Problematização

Na atualidade, o sistema de informação contábil tem assumido um relevante papel nos sistemas de informação de uma entidade, devido à sua responsabilidade no gerenciamento do maior banco de dados de informações financeiras. A própria teoria contábil já sinaliza tal

diferencial informacional da contabilidade ao delinear seu objetivo na geração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão e para a prestação de contas.

Em busca do cumprimento de suas missões, as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior se defrontam com a constante dependência do Sistema de Informação Contábil, devido à grande intensidade de eventos que envolvem o desenvolvimento das suas atividades de gerenciamento dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional que precisam ser mensurados, avaliados e processados pela contabilidade possibilitando, assim, a disponibilização das informações necessárias para a tomada de decisão e para a prestação de contas dos recursos administrados.

Quando se reporta ao Sistema de Informação Contábil das Fundações, entende-se que o mesmo deve acompanhar todos os níveis organizacionais para que contribua efetivamente no processo de tomada de decisão, buscando a minimização dos riscos e incertezas no alcance da maximização do resultado econômico da entidade. Neste contexto, Alves (2000, p.97) menciona:

Hoje não só é possível, como é necessário que a fundação tenha uma atuação dotada de eficiência, de eficácia e de economicidade, própria da atividade empresarial. Com isso vai ampliar e melhor aplicar seus recursos. É dever, mesmo, da fundação, obter todos os recursos possíveis para melhor atender seus objetivos.

Percebe-se que a visão empresarial das Fundações de Apoio exige uma maior gama de informações geradas pela contabilidade para subsidiar as necessidades dos seus usuários internos em seus constantes processos de tomada de decisão.

Além dos interessados internos que estão ligados às Fundações de Apoio por vínculos profissionais, existem ainda outros órgãos externos que controlam e fiscalizam o desenvolvimento das atividades e o consumo dos recursos sob a sua responsabilidade. De fato, o Sistema de Informação Contábil, além de gerar informações úteis para a tomada de decisão, envolve-se em processos sistemáticos de prestação de contas que englobam desde a prestação de contas da própria Fundação até as prestações de contas individuais dos projetos por ela gerenciados. Nesse sentido, Ferreira (1997 apud ALVES, 2000, p.97) alega que:

[...]. É absolutamente necessário que as fundações prestem contas contábeis, que os atos que praticarem sejam juridicamente lícitos, legais válidos, mas só isso não basta. Ao Ministério Público compete também, no seu papel de provedor, verificar exatamente se a fundação está obtendo todos os recursos que pode obter e, se com esses recursos, ela está realizando o máximo, com os menores ônus. Isso é absolutamente indispensável em qualquer fundação. Mas não só nesse sentido, mas também no sentido empresarial *stricto sensu*, isto é, numa atividade de mercado, isso é perfeitamente possível.

De fato, tanto o Ministério Público como os usuários internos exploram um dos desafios apontados por Iudícibus (1998, p.7) para os Sistemas de Integrados de Informação Contábil como sistema de avaliação: “[...] deve ter característica de: *proativos, envolvidos e feitos ‘sob medida’*, ao passo que o SIC tradicional apenas se importa com a prestação de contas, num sentido restrito: *passivas, imparciais e padronizadas*”.

Revela-se, portanto, a exigência substantiva de que as informações sejam úteis tanto para o processo de tomada de decisão quanto para o processo de prestação de contas. Esta exigência se faz presente pelo fato do processo de tomada de decisão proporcionar aos gestores subsídios informacionais que facilitam a identificação das decisões corretas e no processo de prestação de contas para validar a efetividade na aplicação dos recursos.

Esse pensamento é corroborado pelo FASB quando informa que: “Mensuração periódica das mudanças na quantidade e natureza dos recursos líquidos de uma entidade sem fins lucrativos e as informações sobre os esforços na realização dos seus serviços representam juntamente uma informação útil na avaliação de sua performance.”(FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.23, tradução livre).³

Tanto os usuários internos como os usuários externos estão preocupados com o desempenho das Fundações ao desenvolverem suas atividades sociais e um Sistema de Informação Contábil que funciona adequadamente poderá identificar com mais facilidade os acertos e os desvios para a avaliação do desempenho da entidade.

Não se deve entender o Sistema de Informação Contábil como elemento informacional que registra somente informações passadas, sem gerar informações úteis com base em previsões financeiras subsidiando as decisões que afetam as inovações organizacionais na

³ Periodic measurement of the changes in the amount and nature of the net resources of a (not-for-profit) organization and information about the service efforts and accomplishments of an organization together represent the information most useful in assessing its performance.

busca de captação de recursos, garantindo, portanto a sua continuidade, pensamento este que já foi retratado por Garcia (1993 apud ALVES, 2000, p.97):

Non podemos esquecer da situação em que se encontram muitas fundações na atualidade, que se limitam a apenas uma suposta proteção do patrimônio; sua capacidade de gerência conduzindo-as, em alguns casos até a própria morte e, em outros casos, à dependência excessiva das transferências de terceiros. (tradução livre)⁴

Com base no exposto, depreende-se com a lógica das decisões realizadas pelos gestores das entidades garantirem a continuidade ou não do cumprimento dos objetivos das Fundações de Apoio e que, por sua vez, os gestores necessitam incontestavelmente de sistemas de informações contábeis que gerem informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas dos resultados das suas decisões. Chega-se, então, ao seguinte problema de pesquisa:

As Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são contempladas com um Sistema Integrado de Informação Contábil que gere informações úteis, atendendo aos seus gestores no processo de tomada de decisão e na prestação de contas?

Através da disponibilização de tecnologias informacionais que possibilitam a integração sistêmica, os usuários das informações são contemplados com informações no modo *on-line*, facilitando, portanto, o alcance de eficiências informacionais das atividades desenvolvidas pelas Fundações, justificando, portanto, a inclusão desse elemento no problema em estudo.

A resposta a esse problema traz uma contribuição para a análise de Sistema de Informação Contábil direcionado para as Fundações, pois descreve características gerais de seu atual funcionamento nas Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior ao verificar se os mesmo atendem às necessidades dos seus gestores.

⁴ No debemos olvidar la situación en la que se encuentran muchas Fundaciones em la actualidad, que limitam, en aras de una supuesta protección del patrimonio, su capacidad de gestión, abocándolas en unos casos a sua propia muerte, y otros a depender excesivamente de las transferencias de terceros.

1.3 Objetivos

Os objetivos são delineados de uma forma que alcance a resolução do problema de pesquisa. Segundo Richardson (1999, p.62): “Nessa etapa, explicitam-se os objetivos gerais e específicos a serem utilizados durante a investigação [...]”

1.3.1 Objetivo Geral

Este objetivo, ao ser alcançado, deve resolver o problema de pesquisa. Neste contexto, segundo Richardson (1999, p.62): “Definem , de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa.”

Com base no problema de pesquisa, pode-se estabelecer o seguinte objetivo geral para ser alcançado pela pesquisa:

Verificar se as informações geradas pelos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior -IFES são úteis para o processo de tomada de decisão e para a prestação de contas.

1.3.2 Objetivos Específicos

Após alcançar todos os objetivos específicos, deve-se alcançar também o objetivo geral. De acordo com Richardson (1999, p.63), os objetivos específicos: “Definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral”.

Com base no objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- (1) examinar a legislação pertinente às Fundações de Apoio às IFES para detectar as principais bases que a contabilidade deve observar no fornecimento das informações;
- (2) conhecer os principais órgãos controladores e fiscalizadores das Fundações de Apoio às IFES;
- (3) traçar as principais atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio às IFES;
- (4) caracterizar os sistemas de informações existentes nas Fundações de Apoio às IFES;
- (5) descrever como os Sistemas de Informação Contábil estão funcionando em termos de processamento de transações, integração sistêmica, componentes informacionais básicos, relevância da informação, confiabilidade da informação, sistema de consolidação contábil e apresentação de relatórios para tomada de decisão e prestação de contas.

1.4 Hipóteses e Variáveis de Pesquisa

Neste item será apresentada uma antecipação da resposta ao problema, cuja confirmação ou não será apresentada no item 5.

Segundo Richardson (1999, p.27):

[...].uma hipótese é uma resposta possível de ser testada e fundamentada para uma pergunta feita relativa ao fenômeno escolhido. O pesquisador examina a literatura sobre o fenômeno, obtém a maior quantidade de conhecimento possível, para responder ao problema formulado. Essa tentativa de resposta é a hipótese.

De acordo com o exposto, para descrever os Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES, pode-se partir dos aspectos que seguem visando a um delineamento para a resposta ao problema de pesquisa.

Um aspecto é verificar se as Fundações de Apoio vinculadas às IFES são contempladas por um Sistema de Informação Contábil que gera informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas, e se a utilidade possivelmente é alcançada em função de uma integração sistêmica e uma plena composição de seus componentes informacionais básicos da Contabilidade Financeira e Gerencial.

Sendo assim, chega-se na seguinte hipótese de pesquisa:

Hipótese de nulidade H_0 – As Fundações de Apoio vinculadas às IFES possuem Sistemas Integrados de Informação Contábil que contemplam todos os seus componentes informacionais básicos (Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial) e geram informações úteis para a tomada de decisão e para a prestação de contas, embora os gestores não os utilizem em toda sua plenitude.

Outro aspecto é identificar se a os Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES geram informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas, e se a utilidade possivelmente é alcançada independentemente de uma integração sistêmica e de uma composição dos elementos informacionais básicos da Contabilidade Financeira e Gerencial.

Neste caso, chega-se a seguinte hipótese de trabalho:

Hipótese de Trabalho H_1 – As Fundações de Apoio vinculadas às IFES possuem um Sistemas de Informação Contábil que, independentemente da integração sistêmica e da contemplação de todos os seus componentes informacionais básicos (Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial), geram informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas, no entanto, a produção de informação desenvolve-se “caso a caso”⁵, o que dificulta a sua implementação imediata.

Um último a aspecto é identificar se as Fundações de Apoio vinculadas às IFES não estão sendo contempladas com um Sistema de Informação Contábil que gerem informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.

⁵ Significa a produção isolada das informações conforme necessidade e/ou solicitação específicas de cada usuário.

Logo, a última hipótese de trabalho constituída é:

Hipótese de Trabalho H₂ – As Fundações de Apoio vinculadas às IFES não possuem Sistemas de Informação Contábil que contemplam todos os seus componentes informacionais básicos (contabilidade financeira e contabilidade gerencial); por essa razão, não são disponibilizadas informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.

A etapa seguinte é estabelecer as variáveis de pesquisa. Neste sentido, Martins (2000, p.31) afirma:

A fim de se obter o indispensável rigor científico da pesquisa é preciso que o investigador identifique as principais variáveis da situação-problema que está sendo estudada. É necessário que ele descubra, para cada variável, o nível de especificação, o nível de mensuração e a posição que ocupa em determinada relação.

Quanto à especificidade, Martins (2000, p.31) afirma que: “[...] podem ter *variáveis gerais*: não podem ser imediatamente mensuradas, e *variáveis empíricas*: indicam diretamente os elementos e/ou características a serem observadas e medidas”.

Para o nível de mensuração, Martins (2000, p.31-32) relata que as variáveis podem ser mensuradas nominalmente (sexo, cor, estado civil, profissões etc.), a partir de uma escala ordinal que rotule, hierarquize ou ordene segundo determinados critérios (nível-sócio econômico; nível de escolarização etc.) e mensuração intervalar que possuem as características das variáveis anteriores, sendo representadas por intervalos.

No contexto de proposição que ocupa em determinada relação, Richardson (1999, p.117) descreve: “As variáveis apresentam duas características fundamentais: (a) são aspectos observáveis de um fenômeno; (b) devem apresentar variações ou diferenças em relação ao mesmo ou a outros fenômenos”. Para a variação em relação a outros fenômenos, pode-se resumir a classificação dada pelo mesmo autor (1999, p.121) para variações da seguinte forma:

- (a) relação de co-variação – variáveis que mudam conjuntamente;
- (b) relação de associação – variáveis que podem mudar conjuntamente, mas as mudanças em uma não produzem necessariamente mudanças em outra;
- (c) relação de dependências – variáveis que dependem de outras e,
- (d) relação de casualidade – variáveis que, ao mudarem, provocam mudanças em outras variáveis.

Com base no exposto, pode-se elencar as principais variáveis gerais e empíricas que seguem para a resolução do problema imposto pela pesquisa:

- (1) O nível de processamento das transações – variável empírica, avaliada de forma intervalar, com o intuito de observar o processamento das principais atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio. Na análise individual da variável, será observado somente o aspecto desse fenômeno, não existindo, portanto, relação com outras variáveis.
- (2) O nível de integração sistêmica – é uma variável geral, avaliada em uma escala ordinal, que visa a identificar o nível de integração entre os diversos subsistemas do Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio. O resultado dessa variável resulta de sua relação com outros fenômenos, logo assume um resultado a partir da relação conjunta (co-variação) das variáveis empíricas forma de integração física (forma de processamento das transações) e forma de integração funcional (forma de acesso aos dados pelos setores) contempladas pelo sistema.
- (3) Composição informacional básica – variável geral, avaliada através de escala ordinal, cujo objetivo é identificar a existência dos componentes informacionais básicos do Sistema de Informação Contábil: Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial. Assume um resultado a partir da relação conjunta (co-variação) das variáveis empíricas sistema de Informação e potencialidade de contribuição para o planejamento.
- (4) Métodos de divulgação – é uma variável empírica, avaliada nominalmente. Foi escolhida para identificar os métodos de divulgação (demonstrativos financeiros/gerenciais) processados e emitidos pelo sistema. Na análise individual da variável, será observado somente o aspecto desse fenômeno, não existindo, portanto, relação com outras variáveis.

(5) Técnica de registro e consolidação contábil – é uma variável geral, avaliada frente a uma escala ordinal, visando a identificar se os Sistemas de Informação Contábil registram as transações através do “sistema de contabilidade por fundos” ou não. Esta variável é resultado de uma relação de dependência da variável empírica métodos de divulgação juntamente com as variáveis empíricas de flexibilidade do plano de contas e tratamento de controle dos projetos.

(6) Nível de relevância das informações processadas – variável geral, avaliada em escala ordinal que visa a detectar, de uma forma geral, a contemplação da característica primária da relevância por alguns subsistemas do Sistema de Informação Contábil. O resultado assumido pela variável sofre uma condição de dependência das seguintes variáveis empíricas: oportunidade da informação, valor preditivo da informação e valor como *feedback* da informação.

(7) Nível de confiabilidade das informações processadas - variável geral, avaliada em escala ordinal, que visa a detectar, de uma forma geral, a contemplação da característica primária da confiabilidade por alguns subsistemas do Sistema de Informação Contábil. O resultado assumido pela variável sofre uma condição de dependência das seguintes variáveis empíricas: fidelidade de representação da informação, verificabilidade da informação e neutralidade da informação.

(8) Nível de utilidade da Informação – é uma variável geral, avaliada em escala ordinal, que visa a identificar o nível de utilidade das informações processadas pelo Sistema de Informação Contábil. Essa variável é resultado da relação de dependência das variáveis gerais nível de relevância das informações processadas e nível de confiabilidade das informações processadas, podendo sofrer relações de associação com as demais variáveis principais definidas anteriormente.

A partir da operacionalização dessas variáveis, pode-se descrever o funcionamento dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

1.5 Justificativa

Em decorrência da crescente demanda das atividades de pesquisa e extensão, as Fundações de Apoio têm adquirido destaque na operacionalização dessas atividades junto às Instituições Federais de Ensino Superior, através do gerenciamento de recursos de fontes públicas e privadas.

Nesse sentido, o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior - CONFIES, com base em reportagem da Agência Zap sobre um discurso do Presidente da República, realizado em Brasília-DF, no dia 10/08/01 assinala:

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse há pouco, durante discurso, que os setores de pesquisa brasileiros estão recebendo, ao decorrer deste ano, recursos da ordem de R\$ 250 milhões provenientes do Fundo Nacional do Petróleo. Segundo o presidente, existem agora mais quatro fundos em andamento que também irão dispor recursos para as pesquisas, além de mais três que estão sendo elaborados pelo governo. "Em conjunto, espero que a partir do ano que vem tenhamos uma soma de R\$ 1 bilhão. São recursos adicionais que não vão substituir verbas do Orçamento", enfatizou o presidente. De acordo com Fernando Henrique, tais recursos deverão produzir, nos próximos dez anos, um grande desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. O presidente anunciou que 20% desses recursos serão destinados diretamente para a infra-estrutura das universidades e faculdades públicas do país. O presidente disse que além de colocar em prática todos esses fundos o governo federal irá criar, em homenagem aos 50 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR,2002).

Nas atividades das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior, é prática comum firmar convênios com diversos órgãos públicos das esferas Federal, Estadual e Municipal, onde os recursos serão gerenciados com base na lei 4.320/64 (BRASIL, 1964) que estatui "Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", atualmente fortificada

com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no tocante ao planejamento, controle, responsabilização e transparência (prestação de contas à sociedade).

Em relação aos investimentos da União, destaca-se um dos mais importantes instrumentos de apoio à pesquisa, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, que tem a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, como principal agência do Governo Federal para o financiamento ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no País. A FINEP injeta recursos em diversos fundos setoriais como: Fundo de Petróleo e Gás Natural- CTPetro ; Fundo de Infra-estrutura- CTINFRA; Fundo de Energia - CTENERG ; Fundo de Recursos Hídricos - CTHIDRO; Fundo de Transportes - CTTRANSPO; Fundo Setorial de Recursos Minerais - CTMINERAL; Interação Universidade/Empresa - VERDE AMARELO; Fundo Espacial de Ciência e Tecnologia - CTESPACIAL; Fundo de Tecnologia da Informação - CT INFO; Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL; Fundo Biotecnologia – CTBiotecnologia; Fundo Agronegócio - CTAgronegócio, entre outros.

Segundo o Relatório de Atividades-2000⁶ e Relatório de Gestão-2002⁷ da FINEP verifica-se, nos últimos quatro anos, um crescimento significativo do volume de recursos investidos pela União nos Fundos descritos anteriormente, pois, em 1999, foi investido apenas um total de 39 milhões de reais, ao passo que, em 2000, houve um investimento totalizado em 699 milhões e de 700 milhões no ano de 2001; por último, um montante de 904 milhões em 2002. Quando comparados os investimentos realizados em 1999 com o que estava previsto para 2002, calcula-se um crescimento em torno de 2.218% em investimentos do Governo Federal em Pesquisa e Desenvolvimento.

Geralmente a interface dos fundos da FINEP com as IFES é realizada através das Fundações de Apoio que, conforme os dados anteriores, estão propensas a gerenciar cada vez mais recursos, resultando, portanto, num volume maior de variáveis embutidas no processo de tomada de decisão.

Na gestão de recursos financeiros provenientes de contratos firmados com entidades privadas, apesar de não serem regulamentados pela lei 4.320/64, devem ter suas transações processadas pelo Sistema de Informações Contábeis da Fundação, segundo as normas

⁶ Orçamento do FNDCT de 2001, segundo Relatório de Atividades-2000 da FINEP (FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, 2002).

⁷ Relatório de Gestão-2002 da FINEP (FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, 2003).

contábeis estatuídas pela lei 6.404/76 e da resolução nº 837/99 do Conselho Federal de Contabilidade.

Sobre o sistema de contabilidade das entidades sem fins lucrativos, Paes (2000, p.285) destaca:

As origens dos recursos das entidades sem fins lucrativos são variadas: doações, contribuições, subvenções públicas, contratos ou convênios com órgãos públicos ou privados. Muitos desses recursos têm destinação específica (temporária ou permanente), seja por determinação do repassador de recurso ou por deliberação de órgão da própria entidade. Dessa restrição surge a necessidade de controlar separadamente a aplicação dos recursos, abrindo contas patrimoniais e de resultado, segregando os “fundos” em função de sua natureza, origem ou finalidade.[...].Dessa segregação, surgirá um demonstrativo contábil para cada fundo e um outro consolidado. Este último agregará todos os fundos e representará o patrimônio da entidade em sua totalidade.

Daí surge a necessidade da existência de um Sistema Integrado de Informação Contábil, enfocado em um modelo de decisão baseado em um plano de contas único, que possibilite o controle e decisão isolada de cada fundo e da Fundação de Apoio propriamente dita.

Como as Fundações de Apoio às Instituições de ensino Superior são de direito privado e, segundo assinala Paes (2000, p.135) “[...] não foram criadas por lei, nem são nem nunca foram mantidas pela União, razão porque jamais se enquadraram na lista de fundações públicas, previsto nas legislações legal e constitucional [...].”, entende-se que elas necessitam de Resultado Positivo (Superávit financeiro) para sua sobrevivência e, conseqüentemente, o cumprimento de sua missão.

Um Sistema Integrado de Informação Contábil é um componente primordial na identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças que garantam aos gestores, em todas as etapas do processo de gestão, o suporte à tomada de decisão para a otimização do resultado e soluções dos eventuais problemas.

Em estudos anteriores sobre o Controle Interno de uma Fundação de Apoio a uma Universidade Pública, encontram-se evidências de que uma avaliação e análise sobre o Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior se faz necessária quanto ao direcionamento e perspectivas para realizações de futuros estudos. A esse respeito, Assis (2000, p.200) retrata:

A elaboração de um modelo de estudo de sistema de controle interno com base nas carências informacionais apresentados, tornaria uma contribuição necessária para às atividades das fundações, estas, entidades sem fins lucrativos, que tem um grande desafio de contribuir com o desenvolvimento da nação, apoiando o Ensino, Pesquisa e Extensão na área onde está inserida. [...]O desenvolvimento de um software que possa garantir um sistema integrado de gestão é um caminho que poderá ser buscado, tendo como finalidade precípua, a de auxiliar os gestores no processo de administração nesse tipo de entidade. [...]Um outro ponto, constitui realizar a mesma pesquisa nas 56 (cinquenta e seis) Fundações atualmente afiliadas ao CONFIES, a fim de identificar e avaliar os seus sistemas de controles internos e assim possibilitar novos estilos de controles que possam facilitar o fluxo do processo decisório dos gestores envolvidos, uma vez que é nobre a missão dessas instituições, bem como o aporte de recursos que administram, visando atingir aos seus propósitos. [...]Finalizando, em um futuro próximo, elaborar um modelo de identificação e avaliação dos sistemas de controles internos para as fundações existentes no Brasil.

Caso seja verificado que o Sistema de Informações existente não satisfaz suficientemente as metas da organização, pode-se projetar um novo modelo de sistema que condicione a obtenção de soluções para os problemas organizacionais.

Diante do exposto, percebe-se que as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior apresentam várias evidências empíricas que justificam o estudo em tela, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto e nem abordar todos os problemas relacionados aos Sistemas de Informação Contábil. O propósito deste trabalho é mostrar aos gestores a necessidade de uma avaliação da qualidade das informações e do nível de integração dos diversos subsistemas dos Sistemas de Informação Contábil existentes como contribuição para avaliação, manutenção e revisão de sistemas, uma vez que seu efetivo funcionamento é necessário para um gerenciamento eficiente dos recursos públicos e privados sob o controle das Fundações, bem como a devida prestação de contas perante a sociedade.

1.6 Delimitação do Estudo

O universo desta análise são as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior- IFES no Nordeste, mais especificamente as Fundações de Apoio às Universidades Federais, aos Centros de Ensino Tecnológico e às Instituições Isoladas.

A opção pela região Nordeste está relacionada com o considerável incentivo financeiro no ano de 2002⁸, correspondente a 13,4% do valor total executado pelo Governo Federal para as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em todo Brasil, ficando atrás apenas da região Sudeste (59,4%). Parte desse recurso será gerenciado pelas Fundações de Apoio às IFES através de diversos fundos setoriais, nos quais destacam-se: Fundo de Petróleo e Gás Natural - CT-Petro; Fundo de Infra-estrutura - CTINFRA; Fundo de Energia CT-ENERG; Fundo de Recursos Hídricos - CT-HIDRO e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.

O estudo enfoca a Avaliação do Sistema Integrado de Informações Contábeis e alguns Subsistemas a este relacionados, tais como: Subsistema de Projetos, Compras de Materiais e Serviços (âmbito nacional e internacional) e Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação como sistema de apoio a decisões financeiras de curto prazo.

A avaliação tem por base os aspectos teóricos do tema desenvolvido pela literatura, delineando as principais informações necessárias, a relevância e confiabilidade da informação, a integração entre os subsistemas, o método contábil utilizado e, por fim, a materialização da evidenciação através dos demonstrativos financeiros.

Todo Sistema, antes de ser analisado, deve ser avaliado, pois, enquanto na avaliação identificam-se os problemas e oportunidades, na análise busca-se a resolução dos problemas e aproveitamento das oportunidades. Nesse sentido, Stair (1998, p.282) descreve:

A avaliação de sistemas costuma ser a primeira etapa do desenvolvimento de um novo sistema ou de um sistema de informações modificado. Na **avaliação de sistemas**, são identificados os possíveis problemas e oportunidades, e suas causas e escopos são considerados à luz das metas da empresa [...]. Na maioria das vezes, já existe *algum* sistema para lidar com o problema ou com a oportunidade. Nesses casos, o sistema existente é examinado para se verificar se satisfaz suficientemente as metas da organização. Em qualquer dos casos, a avaliação de sistemas tenta responder à pergunta: “*Qual é o problema, e vale a pena resolvê-lo?*” O principal resultado dessa fase do processo é um conjunto de projetos de sistemas de informação para os quais foram criados problemas empresariais ou listas de oportunidades, para os quais foram destinados alguns recursos organizacionais e para os quais é recomendada a análise de sistemas.

⁸ Relatório de Gestão-2002 FINEP (FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, 2003)

Na análise de sistemas, Stair (1998, p.282) afirma que: “A análise de sistemas busca um entendimento geral da solução que seria necessária para resolver o problema ou explorar a oportunidade identificada na fase de avaliação.”

A avaliação dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES será norteada pelo proceder metodológico delineado a seguir.

1.7 Proceder Metodológico

A Metodologia da Pesquisa tem por objetivo descrever o plano operacional do estudo. Na concepção de Martins (2000, p.34), significa responder, explicar e justificar as questões: **como fazer?, com que fazer?, onde fazer e quando fazer?** a investigação.

Nesse sentido, o plano operacional da pesquisa foi estabelecido levando-se em consideração a busca de resposta para a questão formulada.

1.7.1 Tipologia da Pesquisa

Na especificação do plano de pesquisa podem ser utilizados três tipos de estudos que classificam a pesquisa quanto aos seus objetivos gerais. Nesse sentido Richardson (1999, p.66) classifica-os como:

Estudos **exploratórios**, quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno.[...] Estudos **descritivos**, quando se deseja descrever as características de um fenômeno.[...] Estudos **explicativos**, quando se deseja analisar as causas ou conseqüências de um fenômeno.

Quanto aos objetivos gerais ou quanto aos fins, esta pesquisa é do tipo descritiva, tendo em vista a busca de maiores informações sobre o funcionamento dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio às IFES e, posteriormente, descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Quanto às pesquisas de natureza descritiva, Andrade (1999, p.16) destaca que “neste tipo de pesquisa os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

Rudio (1986, p.56) esclarece que a finalidade da pesquisa descritiva é descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

A realização do estudo proposto foi dividida em duas etapas. Inicialmente desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa visando a identificar aspectos teóricos, regulamentais e operacionais e, em seguida, uma pesquisa quantitativa buscando descrever os Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES.

Desse modo, o delineamento da primeira etapa caracteriza-se como **pesquisa documental** por fundamentar-se em levantamento de documentos para se extrair deles informações que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento científico. Esse delineamento colabora para o desenvolvimento do presente estudo na medida em que, utilizando-se da **análise de conteúdo**⁹ de Leis, normas, regulamentos, dissertações, teses, artigos, livros, pesquisas na Internet e documentos obtidos junto às próprias Fundações de Apoio às IFES, possibilitou a identificação dos órgãos que as controlam e fiscalizam, suas principais atividades, amarrações regulamentais e seus principais órgãos controladores e fiscalizadores, apresentados nos itens 2.3.1, 2.3.2, 3.3.3 e 3.4 do presente estudo, caracterizando-se em uma pesquisa de natureza **qualitativa**.

Foi desenvolvida também ampla pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o objetivo de estabelecer uma fundamentação teórica referente à problemática do estudo para dar consistência às constatações demonstradas ao longo do trabalho. Assim, no processo da pesquisa bibliográfica, foram consultados livros técnicos especializados, leis,

⁹ A análise de conteúdo refere-se ao estudo de textos e documentos. É um método de pesquisa largamente utilizado nas ciências sociais que visa a extrair de documentos, livros, leis, regulamentos etc. informações que serão interpretadas mediante entendimentos, conceitos e concepções próprias do pesquisador, proporcionando a sistematização do conhecimento, a criação de categorias de análises, a descrição de conteúdos, inferências e deduções lógicas. Nesse sentido, Martins (2000, p. 30) afirma que a análise de conteúdo “é utilizada como fonte de informações. Buscam-se descrições/interpretações do conteúdo de mensagens”.

normas, regulamentos, dissertações, monografias, artigos técnicos em revistas especializadas e pesquisa na *Internet*.

Na segunda etapa, busca-se identificar a existência dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES, com o intuito de descrever seu funcionamento e ampliar o conhecimento existente sobre o tema proposto. Assim, para o delineamento do trabalho foi aplicada a técnica de **levantamento** por meio da aplicação *in loco* de questionário padrão com questões fechadas e abertas e observação direta com visita às Fundações. Os dados coletados foram analisados utilizando-se, em particular, o método **estatístico**, especificamente a estatística descritiva, regressão e correlação, caracterizando-se em uma pesquisa de natureza **quantitativa**.

No quadro abaixo, descreve-se resumidamente a tipologia da pesquisa:

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	TIPIFICAÇÃO
Quanto aos Objetivos	Descritiva
Quanto ao Delineamento	Levantamento e Documental
Quanto aos Métodos de Pesquisa	Estatístico e Análise de Conteúdo
Quanto à Análise dos Dados	Quantitativa e Qualitativa

Quadro 1 - Tipificação da Pesquisa

1.7.2 Técnica de Coleta de Dados

A coleta de dados da pesquisa foi efetuada com a aplicação *in loco* de um questionário padrão com questões abertas e fechadas (APÊNDICE-A). Optou-se por utilizar o questionário padrão por apresentar as seguintes vantagens:

1. simplificação do trabalho do respondente para aumentar as chances de obtenção de respostas;
2. facilidade para a tabulação, análise e interpretação dos dados por serem constituídos, em sua maioria, de questões padronizadas.

Na fase de construção do questionário, o pesquisador distribuiu as questões básicas em cinco grandes blocos para destacar as variáveis da pesquisa por categorias ou alternativas de respostas fixas, escalas de atitudes e questões com um leque de possibilidades de respostas. Os blocos foram assim distribuídos: (1) questões sobre identificação da Fundação de Apoio;

(2) questões sobre evolução da Fundação de Apoio; (3) questões sobre identificação dos respondentes; (4) questões sobre sistemas de informação e (5) questões sobre a capacidade de os sistemas fornecerem informações úteis.

Para a o primeiro bloco, foram apresentadas questões sobre nome, sigla, localização, vinculação e data de constituição. Vale salientar que a maioria das informações deste bloco já eram conhecidas, no entanto foram necessárias para confirmação dos dados e identificar o tempo de funcionamento de cada Fundação de Apoio.

No segundo bloco apresentam-se algumas questões que identificam a quantidade de projetos e colaboradores e o montante de recursos financeiros de 1997 a 2002.

Para o terceiro bloco elencaram-se questões para identificar a posição hierárquica e a formação dos respondentes.

No quarto bloco foram distribuídas questões que indagavam a respeito dos seguintes indicadores:

- se as Fundações de apoio possuem um sistema integrado de informação gerencial;
- quais os tipos de dados processados pelo sistema e como são processados;
- quais os módulos que integram o Sistema de Informação Gerencial.

Para o quinto bloco de questões, foram formuladas alternativas que indagavam os seguintes indicadores:

- oportunidade, valor preditivo, valor como *feedback*, fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade do sistema de informação;
- se o sistema auxilia o planejamento operacional;
- se o sistema utiliza a contabilidade por fundos para registrar e controlar as operações;
- as conciliações proporcionadas pelo sistema;
- quais os relatórios financeiros/gerenciais processados e divulgados;
- como está estruturado o plano de contas;
- demais questões que servem para o controle dos resultados anteriores.

Para preencher os requisitos de validade, confiabilidade e precisão, o questionário da pesquisa foi submetido a um pré-teste como forma de garantir que este detectasse exatamente o que se pretendia. O pré-teste possibilitou adequações no instrumento original quanto à sua

extensão, nível de detalhamento das questões, nomenclaturas utilizadas, exemplificação de determinadas perguntas e qualidade da apresentação.

No momento da visita do pesquisador às Fundações de Apoio, o questionário foi entregue pessoalmente a cada um dos respondentes. Na maioria dos casos, o recebimento foi imediato, no entanto outros preferiram enviar as respostas por correio tradicional ou eletrônico.

1.7.3 Universo e Amostra da Pesquisa

O universo de pesquisa para a segunda fase deste estudo corresponde às Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior localizadas no Nordeste do Brasil, credenciadas (Lei 8.958/94) e listadas no anexo da Portaria Interministerial 2.089/97- Ministério da Educação -MEC/Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (BRASIL, 1997a). Para tanto, foram destacadas no ANEXO-A, em cada cidade do Nordeste do Brasil, as Fundações de Apoio.

Pelo exposto, observa-se que o universo da pesquisa constitui-se de 25 Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior no Nordeste do Brasil.

Em função da própria delimitação do tema, optou-se por visitar e entregar o questionário em todas as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior do Nordeste do Brasil, de modo a garantir o mínimo de 23 questionários respondidos, caracterizando uma amostragem do tipo acidental¹⁰.

¹⁰ Martins (2000, p.40), ao comentar sobre a amostragem acidental, afirma que “trata-se de uma amostra formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até completar o número de elementos da amostra”.

1.7.4 Seleção dos Sujeitos

Segundo Vergara (1997, p.50), “Sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que você necessita.”

Em função da visita *in loco*, o pesquisador optou por dirigir-se ao dirigente máximo da Fundação, para que, caso o mesmo não respondesse, indicasse o respondente com aderência ao objeto da pesquisa.

O resultado dos sujeitos que responderam os questionários encontra-se demonstrado no item 4.

1.7.5 Tratamento Estatístico dos Dados

Os dados coletados foram sumarizados e analisados empregando-se técnicas da estatística descritiva, especificamente, as medidas de frequências, correlações e regressões. Para tanto, foi utilizado o programa SPSS[®] *for windows*¹¹, versão 10.0 em conjunto com o Excel[®] 2000¹².

Com vistas a obter resultados mais confiáveis procedeu-se a associações e relacionamentos entre as variáveis do estudo, como por exemplo, o cruzamento entre a existência de Sistema Integrado de Informação e acesso às informações no modo *on-line*; oportunidade, valor preditivo e valor como *feedback* para alcançar a relevância da informação; fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade para alcançar a confiabilidade e relevância com confiabilidade para alcançar a utilidade das informações.

O comportamento das variáveis do estudo está demonstrado nos gráficos, tabelas e comentários apresentados no item 5.

¹¹ SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, é um programa utilizado pelas ciências sociais para tabulação, análises e manuseio de dados. Copyright © SPSS, Inc.

¹² Planilha eletrônica – Copyright © Microsoft Corporation

1.7.6 Organização do Estudo

No item 1 destaca-se a apresentação do trabalho enfocando as considerações iniciais, a contextualização e definição da questão da pesquisa, os objetivos gerais e específicos do estudo, estabelecendo a justificativa e importância do estudo, bem como o plano operacional da pesquisa através da tipificação da pesquisa, técnica de coleta de dados, universo e amostra da pesquisa, seleção dos sujeitos e o tratamento estatístico dos dados.

No item 2 busca-se situar o leitor na atividade fundacional discorrendo sobre os aspectos conceituais das Fundações, evolução histórica das Fundações, as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior, no qual abordam-se seus organismos controladores e suas atividades.

No item 3 apresenta-se, inicialmente, uma visão geral dos aspectos teóricos de Sistema de Informação, destacando a integração sistêmica, o processo decisório, a classificação dos sistemas de informação, o sistema de informação contábil e as características qualitativas da informação contábil. Em um segundo momento, discorre-se sobre os Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio, destacando-se seus elementos básicos, o sistema de contabilidade por fundos, o seu plano de contas e as principais demonstrações financeiras a serem divulgadas pelas Fundações de Apoio.

No item 4, como resultado da pesquisa efetuada junto às Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, estão evidenciados comentários e conclusões sobre os achados da pesquisa.

No item 5 são apresentadas as conclusões do trabalho com recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAÇÕES

2.1 Aspectos conceituais das Fundações

As Fundações são entidades sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica é reconhecida através do Código Civil brasileiro. Nesse sentido, Silva (1987, p.332) assinala que a Fundação representa uma “[...] instituição que se forma ou se funda pela constituição de um *patrimônio* ou *complexo de bens*, para servir a certo fim de utilidade pública, ou em benefício da coletividade.”

Neste mesmo raciocínio, Diniz (1999, p.146) apresenta o seguinte conceito para Fundações:

[...] universalidades de bens personalizados, pela ordem jurídica, em consideração a um fim estipulado pelo fundador, sendo esse objetivo imutável e seus órgãos servientes, pois todas as resoluções estão delimitadas pelo instituidor. É, portanto, um acervo de bens livres, que recebe da lei a capacidade jurídica para realizar as finalidades pretendidas pelos seus instituidores, em atenção a seus estatutos.

Ainda nesta mesma linha de entendimento, Caetano (1961 apud PAES, 2000, p.116) estabelece: “A Fundação será, pois, mais propriamente a organização destinada a prosseguir um fim duradouro ao qual esteja afectado um patrimônio.” (grifos acrescentados)

Sob o aspecto econômico e jurídico, Alves (2000, p. 61) aponta que as Fundações são entidades “instituídas, principalmente, para a realização de atividades não lucrativas, mas de interesses coletivo. Ao criá-las, pode o poder público submetê-las a regime público ou privado.” (grifos acrescentados).

Diante do exposto, depreende-se que as Fundações são entidades sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica pode ser regida por direito público ou por direito privado, que visam ao desenvolvimento público e social através de mecanismos delineados pelos seus instituidores.

2.2 Breve Histórico sobre as Fundações¹³

Nem sempre as Fundações possuíram natureza jurídica reconhecida, pois atividades similares desenvolvidas por essas entidades eram exercidas, informalmente, por pessoas desde os primórdios das civilizações.

O espírito de solidariedade explica as origens das Fundações, em virtude da destinação de bens para desenvolver finalidades sociais, principalmente aquelas inerentes ao auxílio às pessoas necessitadas.

Atos filantrópicos institucionalizados no antigo Egito foram os precursores das Fundações que, em seguida, foram consolidadas na Grécia antiga orientada pelos filósofos gregos, principalmente as que desenvolviam as atividades de caráter científico-religioso.

Como se observou no percurso da História, após a conquista da Grécia pelos Romanos, muitos aspectos sociais foram incorporados por esses povos. No caso do instituto fundacional isso não foi diferente. As Fundações acompanharam todo um processo de evolução social, pois em Roma esse instituto passou a ter contornos mais definidos, por constituição de Fundações dedicadas ao culto funerário, à distribuição de alimentos, à manutenção de crianças pobres, aos jogos e, em Bizâncio (império romano bizantino), através de instituições de caridade como hospitais, orfanatos, asilos e outros semelhantes.

Apesar da observância do desenvolvimento do instituto fundacional, na França, Alemanha e França, entre 1666 e 1785, foram editadas ordens para impor controles e registros precisos para o funcionamento das Fundações, freando o seu processo de criação e desenvolvimento, para somente se expandirem e se consolidarem definitivamente ao final do século XVIII.

Nos Estados Unidos, a partir de 1790, surgiram grandes marcos do instituto fundacional, como o fundo constituído através de doação de Benjamim Franklin para empréstimo a jovens artífices. Outros elementos marcantes foram a inauguração do *Smithonian Institution* em 1846 e a instituição do *Peabody Educational Fund* em 1867, destinado à educação.

¹³ Este item foi desenvolvido com base nas obras de Paes (2000, p.101–113) e Alves (2000, p.49–98)

Somente a partir século XX é que as Fundações realmente se desenvolveram em termos de parceiros incluídos no processo fundacional, decorrente de incentivos fiscais proporcionados por legislações tributárias de diversos países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e até mesmo no Brasil, no qual sociedades comerciais, ao invés de pagarem parte dos tributos diretamente ao governo, pagavam diretamente à sociedade através de benefício social com a criação e manutenção de unidades de ensino, pesquisa e cultura.

No Brasil, registra-se o primeiro ato proporcionado pelo instituto fundacional a partir de 1738, através da Fundação Romão de Matos Duarte, funcionando paralelamente à Santa Casa do Rio.

Dentre as Fundações mais antigas dos Brasil, podemos destacar a Fundação Getúlio Vargas, constituída em 1944 com a finalidade técnico-educativa, especializada na organização nacional do trabalho.

Apesar de estudos da consolidação do Direito Civil Brasileiro datado de 1899 entenderem que as Fundações seriam pessoas jurídicas de direito privado, somente a partir de 1916, com o advento do Código Civil Brasileiro, é que houve a consolidação do ordenamento jurídico positivo das Fundações como pessoas jurídicas de direito privado dotada de um patrimônio composto por bens livres, destinados a uma finalidade social determinada.

Até então, pode-se destacar que, de fato, no passado, todas as Fundações discurridas anteriormente, independente do controle público, no geral eram regidas pelo direito privado. Hoje em dia, no entanto, não se pode omitir que há também as regidas pelo direito público.

A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, delineou-se a finalidade principal dessas entidades para o desenvolvimento de atividades não lucrativas, mas de interesse coletivo, podendo o poder público submetê-las à natureza jurídica pública ou privada.

Em decorrência dos entraves burocráticos impostos pela Administração Pública, surge a intensificação do processo de criação das Fundações de Apoio visando a apoiar determinadas instituições, proporcionando o auxílio e o fomento à estrutura universitária no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

De fato, apesar de serem entidades sem fins lucrativos, hoje as Fundações funcionam como verdadeiras entidades empresariais, visando especificamente a sua sustentabilidade para propiciar a continuidade do desenvolvimento de suas atividades.

2.3 Fundações de Apoio vinculadas às Instituições de Federais de Ensino Superior

O item anterior destacou o surgimento das Fundações de Apoio, apesar dos entraves burocráticos estabelecidos pela Administração Pública. Nesse sentido, Assis (2000, p.26) informa que: “No Brasil, a contar de 1975, começaram a ser criadas as fundações junto às Instituições Federais de Ensino Superior, tendo como finalidade precípua de dar apoio e suporte a projetos na área de pesquisa, ensino e extensão.”

Com base nas características específicas das Fundações de Apoio, Alves (2000, p.65) apresenta a seguinte conceituação para essas entidades.

As fundações de apoio são fundações de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas nos moldes do Código Civil. Não são vinculadas ao Poder Público e não integram a Administração Pública. Não se inserem, tampouco, no processo administrativo de descentralização da Administração Pública. São fundações especiais cujo objetivo é dar apoio a determinadas instituições. São as chamadas fundações de auxílio e fomento a destinatários específicos (unidades, órgãos, departamentos, hospitais universitários). Estes têm sido contemplados com significativa colaboração dessas entidades de ensino superior e da área da saúde, para as quais prestam apoio.

Contemplando as afirmações acima, Paes (2000, p.134-135) informa que:

[...] as fundações de apoio refletem a posição das fundações de direito privado que foram instituídas por pessoas físicas (entre os quais professores universitários) ou pessoas jurídicas (entre as quais as próprias universidades ou as próprias instituições de ensino superior), visando a auxiliar e fomentar os projetos de pesquisa, ensino e extensão das universidades federais e das demais instituições de ensino superior, públicas ou privadas.

Assim, torna-se evidente a enorme contribuição das Fundações de Apoio às instituições Universitárias, uma vez que, juntamente com as instituições que lhes criaram, formam os pilares do desenvolvimento científico-tecnológico do País.

2.3.1 Organismos que controlam as Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior

As Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior devem prestar contas de suas atividades exercidas para a sociedade, para o governo, para as instituições federais às quais estão vinculadas, para outras instituições com as quais tenha relacionamento direto ou não. Assim, as Fundações de apoio, em um processo de *accountability*,¹⁴ completam suas funções ao comunicar aos diversos usuários os resultados da sua gestão.

A figura a seguir ilustra o processo de *accountability* exercido pelas Fundações de Apoio vinculadas às IFES.

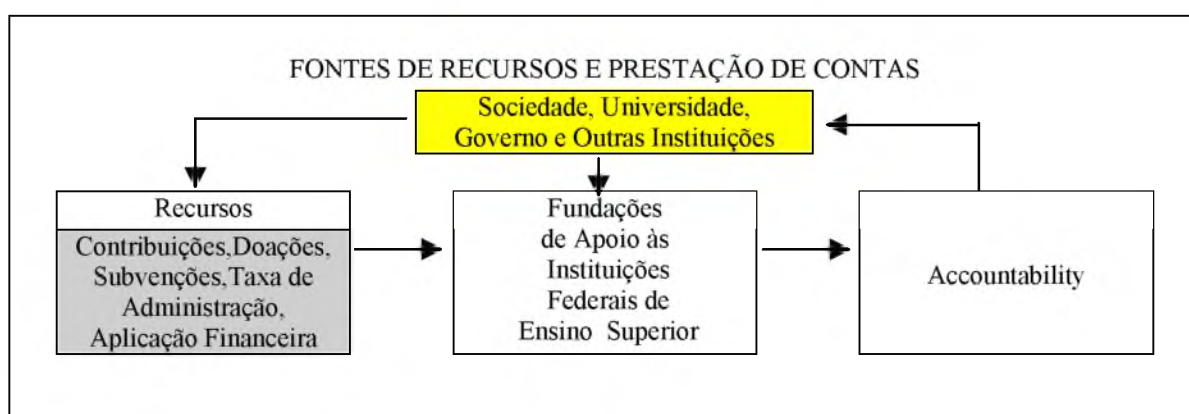


Figura 1 - Visão de responsabilidade (accountability) nas Fundações de pesquisa vinculadas às IFES
Fonte: adaptado de Olak (1996, p. 100)

Atuando como facilitadoras na implementação e execução de projetos de pesquisa e outras atividades acadêmicas como cursos, publicações científicas e programas de extensão, incluindo consultorias e assessorias a empresas privadas e instituições públicas, as Fundações de Apoio têm como papel principal executar a cooperação Universidade-Comunidade,

¹⁴ O termo em inglês representa a responsabilidade de prestar contas de função ou cargo exercido. Pinho (1997, p.186)

prestando contas das suas atividades aos órgãos financiadores, à Universidade que a instituiu, à sociedade, e, principalmente, aos órgãos que atuam no controle e fiscalização dessas Fundações.

O quadro a seguir identifica alguns órgãos que controlam as Fundações de Apoio às IFES.

Órgão	Descrição do Controle
Ministério Público	Controle finalístico estabelecido pelo Código Civil (artigos 66 a 68) e Código Processo Civil (artigos 1199 a 1204), verificando se estão sendo cumpridos seus objetivos sociais estabelecidos pela Universidade Instituidora
Universidade instituidora	A própria natureza jurídica estabelece um Controle Interno das Universidades Instituidoras no desenvolvimento das atividades e respectivas prestações de contas de suas Fundações de Apoio. De fato, as Universidades Instituidoras são co-responsáveis pelas atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio.
Agentes Financiadores	Ao celebrarem convênios com as Fundações de Apoio, os agentes financiadores podem controlar e fiscalizar a execução dos projetos por eles financiados, exigindo a prestação de contas do mesmo.
Tribunais de Contas (União, Estados e Municípios)	O tribunal de contas é o responsável pelo julgamento das prestações de contas dos convênios públicos correspondentes a cada esfera governamental.
MEC e MCT	Exercem um controle externo para o registro e credenciamento das Fundações de Apoio para o desenvolvimento de atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão à comunidade (Lei Federal 8.958/94 e Portaria Interministerial 2.089/97).

Quadro 2 - Órgãos que controlam as Fundações de Apoio vinculadas às IFES

As Fundações de apoio, como as demais entidades, desenvolvem atividades que são reguladas por legislações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, logo essas Fundações devem corresponder a todas as obrigações e fornecer todas as informações exigidas pela legislação específica. Assim, órgãos como Receita Federal, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Nacional, Secretaria de Tributação dos Estados e Secretaria de Tributação dos Municípios também exercem um controle sobre essas Fundações.

Como se observa, as Fundações de Apoio às IFES são entidades que sofrem controle constante, tanto de origem externa como interna, tornando-se, em vista disso, usuários em potencial das Informações Contábeis, seja para observância de cumprimento de legislação, seja para prestação de contas.

2.3.2 Atividades das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior

As Fundações de Apoio às IFES são instituições legalmente habilitadas e credenciadas para dar apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, prestando serviços de gerenciamento administrativo e financeiro para a execução desses projetos.

Em análise de conteúdo dos estatutos, especificamente objetivos, das Fundações de Apoio afiliadas ao Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior - CONFIES, Alves (2000, p.72) aponta o seguinte diagnóstico:

[...] Para a consecução de sua meta 'optata', cada uma das referidas fundações se estruturará de forma a que possa planejar, organizar e supervisionar as atividades de atendimento à comunidade; contratar, acordar, conveniar e ajustar serviços com pessoas físicas ou jurídicas; organizar os serviços de apoio para consecução de seus objetivos; articular suas atividades com outras entidades.

Para cumprir essas finalidades, as fundações podem utilizar instrumentos jurídicos mais freqüentes como Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes, cuja fonte de recursos pode ser de entidades públicas ou privadas, de origem nacional ou internacional.

Um contrato público, à luz do parágrafo único, do artigo 2º, da Lei 8.666/93 (BRASIL, 1994a), é definido como: “[...] todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”

Numa visão mais abrangente, contrato pode ser entendido como o ajuste que uma entidade pública ou privada firma com uma outra entidade pública ou privada para a realização de um objeto em que os interesses das partes são antagônicos. Neste caso, o interesse da Fundação de Apoio ao realizar um contrato, resume-se em uma contraprestação

pela execução do projeto de pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional, e o interesse do contratante resume-se no produto final executado pela Fundação de Apoio.

Quanto a convênio, Ramidoff e Rocha (2001, p.10) conceitua como:

È o instrumento utilizado na descentralização de execução de programa, projeto ou evento com duração certa e consiste no compromisso firmado por uma órgão ou entidade da Administração Pública Federal, de repassar determinado montante de recursos a uma instituição de qualquer esfera de governo ou a uma organização particular, que se compromete realizar as ações constantes das cláusulas conveniadas de conformidade com o respectivo Plano de Trabalho e, posteriormente, prestar contas. (grifos acrescentados)

Para Ramidoff e Rocha (2001, p.15-16), na elaboração de um convênio, os partícipes devem atentar para a importância do Plano de Trabalho na execução, controle, fiscalização e prestação de contas. O plano de trabalho, segundo esses autores, representa “[...] a peça chave na obtenção de recursos mediante Convênios, pois neste documento são inseridas todas as informações relativas aos procedimentos que devam ser adotados com vistas ao atendimento do objeto”.

O plano de trabalho é o planejamento que norteia a execução do projeto, logo esse instrumento necessita de um mínimo de elementos. Segundo interpretação de Ramidoff e Rocha (1998, p.17) ao artigo 166, da lei 8.666/93, o plano de trabalho representa:

[...] Cronograma de execução, contendo a descrição das metas, etapas ou fases e informação quanto à duração de cada uma e o respectivo indicador físico; Plano de aplicação, especificando a natureza da despesa pertinente aos gastos a serem efetuados, tanto de responsabilidade do concedente quanto do Proponente; Cronograma de Desembolso, referente aos gastos necessários ao atingimento do objeto; Declaração firmada pelo proponente ou seu representante legal quanto à adimplência com Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal [...].

Apesar de não realizar inferências sobre a elaboração de um plano de trabalho para os projetos gerenciados pelas entidades sem fins lucrativos, o FASB recomenda que os sistemas de informações financeiras devam: “[...] fornecer informações sobre os esforços dos serviços

das entidades sem fins lucrativos. Informações sobre os esforços dos serviços devem focar nos recursos da organização...são usados desde que existem diferentes programas e serviços.”(FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.19, tradução livre).¹⁵

A quantificação do plano de trabalho é realizada pelos Cronogramas de Execução, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso que, ao se integrarem, expressam, em termos temporais, físicos e monetários, as ações a serem implementadas para a realização dos objetivos programados, bem como identificar os meios de financiamento dessas ações.

Apesar de ser uma recomendação legal na celebração de convênios com a administração pública, entende-se que a elaboração de um plano de trabalho para todos os projetos, independentemente de serem firmados através de convênios, repercute em uma maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos, facilitando o gerenciamento e a avaliação do projeto, e, conseqüentemente, constitui um aspecto importante a ser contemplado pelo sistema de informações da Fundação.

O convênio celebrado com a administração pública deve seguir todo o amparato regulamentar ao qual está norteado o concedente. Assim, a prestação de contas desses convênios deve ser realizada com base nos aspectos legais e contábeis específicos, aplicáveis a cada convênio.

Um dispositivo legal que reconhece a realização desses convênios pode ser indicado através dos artigos 71 a 74, da Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964), o qual se refere, especificamente, aos fundos especiais. Os fundos especiais são utilizados para órgãos autônomos de pesquisa ou ensino e de atividades industriais, comerciais ou agrícolas do governo, com vinculação dos gastos através de um Plano de Aplicação, ao qual se deve prestar contas conforme período acordado.

¹⁵ [...] provide information about the service efforts of a (not-for-profit) organization. Information about service efforts should focus on how the organization's resources . . . are used in providing different programs or services.

Nos convênios realizados com recursos da União, a prestação de contas está regulamentada pelo artigo 28 da Instrução Normativa da STN – 01/97, a saber:

Art. 28. O órgão ou entidade que receber recursos, inclusive de origem externa, a forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebidos, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada de: [...] I - Plano de Trabalho - Anexo I - fls. 1/3, 2/3 e 3/3; [...] II - cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio, com a indicação da data de sua publicação - Anexo II; [...] III - Relatório de Execução Físico-Financeira - Anexo III; [...] IV - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos - Anexo IV; [...] V - Relação de Pagamentos - Anexo V; [...] VI - Relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União) - Anexo VI; [...] VII - Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso; [...] VIII - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; [...] IX - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo concedente, ou DARF, quando recolhido ao Tesouro Nacional (BRASIL, 1994a, grifos acrescentados).

Essa regulamentação obriga a contabilidade das Fundações a elaborar relatórios para a prestação de contas dos convênios públicos, evidenciando todos os elementos que estão definidos. Por extensão, o dispositivo acima citado poderá ser utilizado como critério para a prestação de contas de recursos de origem da União, Estados ou Municípios, no que couber.

Com a preocupação da perda do poder aquisitivo da moeda, o parágrafo 4º da lei 8.666/93, recomenda:

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês (BRASIL, 1994a, grifos acrescentados).

O dispositivo legal gera a necessidade de informações úteis para tomar a tomada de decisão de aplicar ou não as “folgas de caixa” dos convênios. Em caso afirmativo, requer a decisão sobre quanto e qual instrumento financeiro aplicar. Vale salientar que algumas aplicações são passíveis de riscos financeiros e uma decisão de aplicação com base em dados inconfiáveis pode gerar prejuízos financeiros aos projetos, descapitalizando-os. Logo, é interessante o tomador de decisão dispor oportunamente de informações sobre estatísticas financeiras e de mercado, nas quais sejam visualizados o risco e o retorno das aplicações disponíveis.

Diante do exposto e observando diretamente o funcionamento das Fundações de Apoio às IFES, as atividades básicas dessas Fundações são resumidas na figura a seguir:

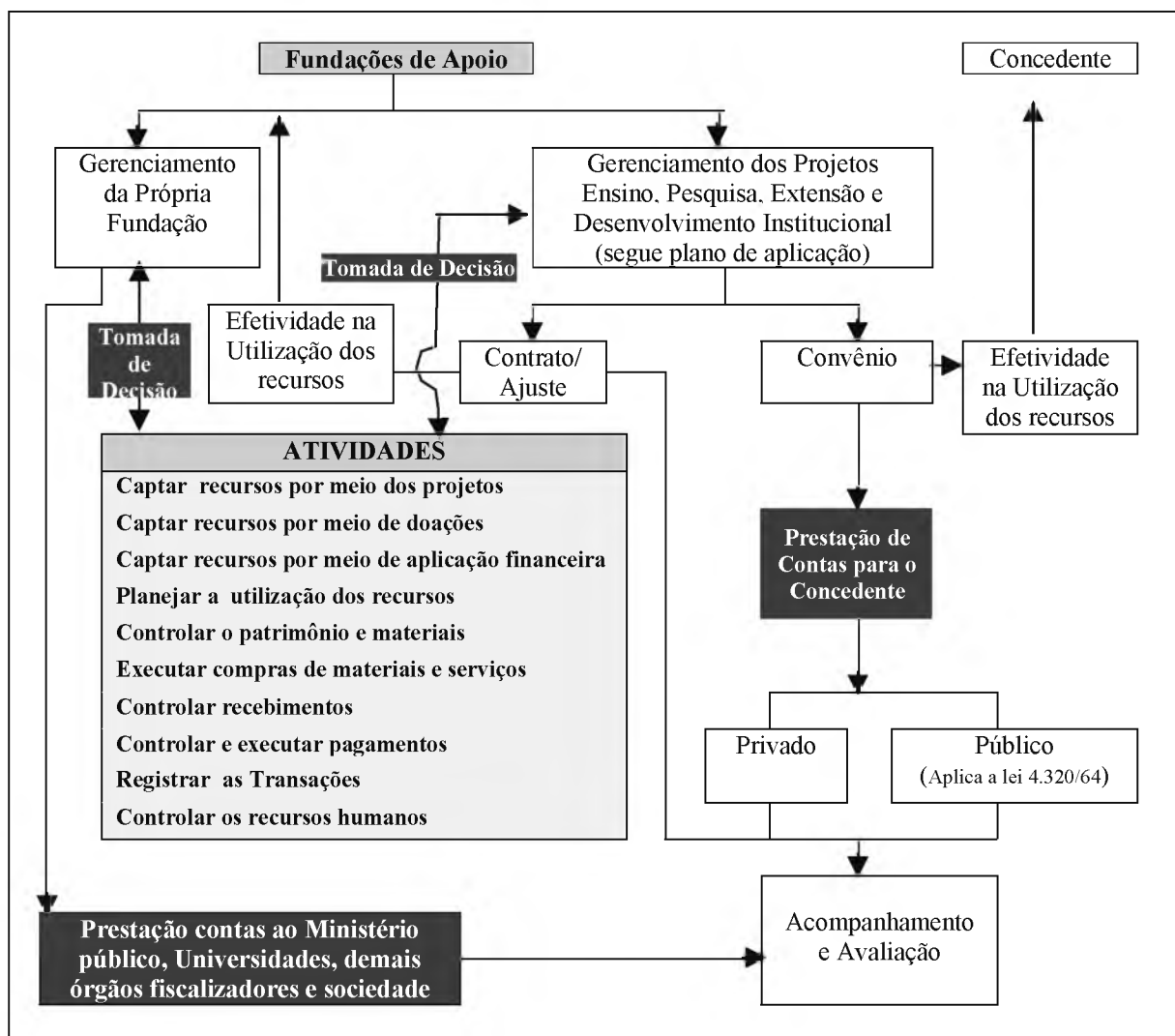


Figura 2 - Atividades Básicas das Fundações de Apoio às IFES

Destaca-se a busca da efetividade na aplicação dos recursos face às atividades de gerenciamento das múltiplas entidades (da própria Fundação e individual para cada projeto sob controle da Fundação) as quais requerem um processo contínuo de tomada de decisão e de prestação de contas.

O item a seguir busca enquadrar os aspectos teóricos dos Sistemas de Informação Contábil na consecução do desenvolvimento das atividades das Fundações de Apoio vinculadas às IFES.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Introdução

Na construção do referencial teórico da pesquisa em tela, buscou-se levantar o que já foi publicado a respeito de Sistema de Informação, Entidades sem fins lucrativos e Fundações tanto no âmbito nacional como internacional, por se considerar a falta de uma bibliografia especializada em Sistema de Informação Contábil para as Fundações de Apoio.

Inicialmente são apontados os aspectos conceituais da Teoria Geral de Sistemas, Teoria da Contabilidade e Teoria da Comunicação e, em seguida, é apontado o referencial teórico geral sobre as Fundações de Apoio, visando a um melhor delineamento na resolução do problema de pesquisa.

3.2 Aspectos Teóricos de Sistema de Informação

3.2.1 Sistema

Nas organizações existem vários elementos que precisam se inter-relacionar, visando a uma continuidade na transmissão do fluxo de dados. Neste aspecto, a continuidade pode ser garantida através de um Sistema que desenvolva o processo de comunicação informacional de uma organização. Surge, portanto, a necessidade de se buscar um entendimento, identificando na literatura os aspectos teóricos de Sistema, conforme são descritos a seguir.

Em uma abordagem clássica Bertalanfy (1976, p.1) afirma que “Um sistema se define como um complexo de elementos em interação, interação essa de natureza ordenada (não fortuita).”

Neste mesmo raciocínio Gil (1995, p.13), um sistema pode ser definido: “[...] como uma entidade composta de dois ou mais componentes ou subsistemas que interagem para atingir um objetivo comum.”

Após destacar a propagação da palavra “sistema” no conhecimento humano, Bio (1996, p.18) conceitua sistema como “um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo.”

No mesmo sentido dos conceitos acima expostos, Moscové, Simkin e Bagranoff (1990, p.4) definem que sistema é “[...] Uma entidade que consiste em partes (subsistemas) interagindo entre si para tentar alcançar uma multiplicidade de metas.” (tradução livre)¹⁶

Em um conceito mais completo, abrangendo inclusive os aspectos teóricos que norteiam o funcionamento de um sistema, Stair (1998, p.6) destaca:

Um sistema é um conjunto de elementos ou componentes que interagem para atingir seus objetivos. Os próprios elementos e as relações entre eles determinam como o sistema trabalha. Os sistemas têm entradas, mecanismos de processamento, saídas e *feedback*.

Percebe-se a existência de um consenso dos autores na conceituação de sistema, destacando o termo como sendo a interação entre várias partes que num todo visam ao alcance de um objetivo comum. No entanto, é importante destacar a sensibilidade do sistema a um funcionamento adequado de seus elementos básicos: entrada, processamento, saída e *feedback*.

3.2.2 Informação

A informação se apresenta, hoje em dia, como um grande diferencial competitivo. A velocidade com que se conhece uma informação necessária faz grande diferença na tomada de decisões nas organizações. Em um mercado altamente competitivo e de recursos escassos, aqueles que detêm a informação conseguem vencer as barreiras que lhe são impostas com menos dificuldades e com maior grau de certeza nas ações.

¹⁶ an entity consisting of interacting parts (subsistemas) that attempts to achieve a multiplicity of goals..

Apesar do notório entendimento das diferenças básicas entre dado e informação, entende-se que é pertinente destacar tais diferenças conceituais para um melhor desenvolvimento da seqüência lógica do trabalho, conforme descreve-se a seguir.

Apontando as diferenças entre dado e informação, Moscovice, Simkin e Bagranoff (1990, p.5) informam:

Dados que têm significado para quem recebe (por exemplo, gerente de produção) são chamados de informação. A palavra dados se refere a elementos que tem pequeno significado ou não é útil para quem recebe no processo de tomada de decisão empresarial. Por outro lado, informação se refere a elementos significativos que podem ser utilizadas na tomada de decisão empresarial. (tradução livre)¹⁷

Davis (1974 apud NAKAGAWA, 1993, p.60) relata: “A informação é o dado que foi processado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”.

De acordo com Gil (1995, p.13) “[...] o dado é a matéria-prima com que o sistema de informações vai trabalhar; e a informação é o produto final do sistema de informações e deve ser apresentada em forma, prazo e conteúdo adequados ao usuário.”

Mais um conceito de informação é apresentado por Stair (1998, p.4-5): “[...] a informação é um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do fato em si”.

À luz da teoria contábil, Hendriksen e Breda (1999, p.99) apresentam o seguinte comentário a respeito da diferença conceitual entre dado e informação:

O conceito de relevância permite que se faça uma distinção entre informações e dados. Podemos definir “dados” como medidas ou descrições de objetos ou eventos. Se esses dados já forem conhecidos, ou não interessarem à pessoa à qual são transmitidos, não podem ser informação. Portanto, a informação pode ser definida como um dado que representa uma surpresa para quem recebe.

¹⁷ Data that have meaning to the recipient (e.g., a production manager) are called information. The Word data refers to facts or figures that have little, if any, meaning and therefore are not useful to the recipients' business decision making. Information, on the other hand, refers to meaningful facts or figures that can be used in making business decision.

Como se observa, a utilidade, pelo menos na área da contabilidade, é a característica essencial de uma informação, pois sem tal atributo a mesma não passa de um mero dado.

Neste estudo, a utilidade da informação será conceitualmente delineada a partir das convergências apresentadas no tratamento conceitual das características qualitativas da informação contábil abordado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, *International Accounting Standards Board* - IASB¹⁸ (antigo *International Accounting Standards Committee* - IASC) e *Financial Accounting Standards Board* - FASB (item 3.9.3).

3.2.3 Sistema de Informação

O sistema de informação já é utilizado e conhecido pelo homem há bastante tempo. O próprio processo de comunicação oral e visual entre as pessoas é um Sistema de Informação que envolve duas ou mais pessoas que, por meio da fala, escrita, objetos etc., se comunicam visando ao objetivo comum de um entendimento entre todas os indivíduos envolvidas no processo.

Gil (1995, p. 14) entende Sistemas de Informação como “[...] um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações.”

Neste mesmo entendimento, Riccio (1989 p.14) conceitua Sistema de Informação como “[...] um conjunto de subsistemas que atuam coordenadamente para, com o seu produto, permitirem às Organizações o cumprimento de seus objetivos principais.”

Outro conceito é abordado por Stair (1998, p.11) “[...] **sistema de informação (SI)** é uma série de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam (entrada), manipulam e armazenam (processo), disseminam (saída) os dados e informações e fornece um mecanismo de *feedback*.”

Resumindo a abordagem de Bio (1994, p.18-25), pode-se entender que o Sistema de Informação é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes

¹⁸ O termo em inglês significa Conselho Internacional de Padrões Contábeis que era o Comitê Internacional de Padrões Contábeis.

que interagem formando um todo unitário e complexo. Dai depreende-se a noção de subsistema, ou seja, um sistema que é parte de outro. A partir desses conceitos, infere-se que o sistema de informação é um subsistema do “Sistema Empresa”, e dentro da mesma linha de raciocínio pode-se concluir que seja composto de um conjunto de subsistema de informação, por definição, interdependente.

Dessa forma, pode-se pensar em subsistema de orçamento, de custos, de contabilidade etc. O orçamento subsistema de orçamento, por sua vez, desdobra-se nos subsistemas de Orçamento de Vendas, Orçamento de Produção, Orçamento de Materiais, Orçamento de Resultados, Orçamentos de Capitais e Orçamento de Caixa.

Finalizando, pode-se concluir que todos esses elementos compõem o Sistema de Informação total da empresa, cujo propósito básico é habilitar a organização a alcançar seus objetivos.

Neste mesmo raciocínio de empresa, numa visão sistêmica, Prince (1975 apud MOSIMANN; FISCH, 1993, p.53) define a empresa como “[...] uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões, não apenas da empresa como um todo, mas também de cada área de responsabilidade”. Esta definição além de destacar a empresa como um grande sistema, identifica interação do sistema de informação com o processo decisório.

À luz dessas considerações, entende-se que a informação é o dado trabalhado numa amplitude sistêmica que é relevante para o processo de tomada de decisão e que Sistema de Informação é o conjunto de recursos humanos, tecnológicos, financeiros e informacionais que interagem para a consecução de determinado objetivo comum.

Portanto, todo Sistema de Informações deve ser criado com o objetivo de apresentar os fluxos de informações e estabelecer vinculações com o processo decisório e prestação de contas da organização, daí, no tocante ao aspecto econômico-financeiro a existência do Sistema de Informação Contábil.

3.2.4 Integração Sistêmica

Uma das variáveis que é relevante quando se avalia qualquer Sistema de Informação é a integração dos diversos subsistemas. A integração sistêmica faz com que um mesmo dado seja utilizado em diversos segmentos de uma entidade ao mesmo tempo, podendo influenciar significativamente na relevância e confiabilidade das informações por eles geradas.

Veja-se, a seguir, a conceituação de Integração Sistêmica segundo a visão de diversos autores.

Destacando a possibilidade da integração sistêmica gerar eficiências organizacionais, Stair (1998, p.149) enfatiza:

A integração dos sistemas se refere à conexão e junção de vários subsistemas. A integração de sistemas pode prometer eficiências organizacionais muito superiores, através da junção de sistemas normalmente separados, em relação à forma como foram desenvolvidos, seus componentes de sistema e suas localizações físicas. A integração de sistemas envolve a determinação de quais sistemas devem ser combinados, quais devem estabelecer as ligações de comunicações e quais elementos adicionais são necessários para maximizar a atuação de todos os sistemas dentro de uma organização.

Em uma concepção que aborda a acessibilidade dos dados processados pelo sistema de informação, Padoveze (1998, p.53) destaca:

O que caracteriza um sistema de informação integrado é a navegabilidade dos dados. A partir do momento em que um dado é coletado e processado (e ele só pode ser coletado pelo sistema se for um dado operacional), ele deve ser utilizado em todos os segmentos do sistema de informação.

Fazendo inferência sobre a condição para que um sistema de informação contábil seja integrado, Padoveze (1998, p.53) descreve:

Consideramos um sistema de informação contábil como integrado quando todas as áreas necessárias para o gerenciamento da informação estejam abrangidas por um único sistema de informação. Todos devem utilizar-se de um mesmo e único sistema de informação.

Discorrendo sobre a possibilidade da integração do Sistema de Informação Contábil, Riccio (1989, p.112) indica que “Essa integração é possível por meio da Utilização de ‘Interfaces’ entre os Bancos de Dados de forma a permitir o acesso tanto do Sistema de Informação Contábil para um outro Banco de Dados como no Sentido Inverso”.

Integrar todas as atividades organizacionais, tornou-se importante característica dos sistemas de informações. Nesse contexto, Moscové, Simkin e Bagranoff (2002, p.24) relatam:

As organizações hoje estão notando que existe uma necessidade de integrar suas funções em grande e indivisível banco de dados ou **armazém de dados**. Essa integração permite que os gerentes e, até certo ponto, os interessados externos obtenham as informações de que necessitam para o planejamento da tomada de decisões e controle seja para marketing, seja para contabilidade ou outra área funcional da organização.

Uma questão importante é descrever o conceito de integração sistêmica a partir de uma tipologia, conforme desenvolve Turban (1995, p.759):

[...] os sistemas integrados proporcionam melhores conveniências que possuir separadamente hardwares, softwares, e comunicação para cada sistema independente. A integração pode ser obtida em um nível desenvolvido de ferramentas ou na aplicação ao nível de sistemas. Existem dois tipos de integração: funcional e física. [...] **Integração Funcional** implica que diferentes funções de suporte são fornecidas por um único sistema. Por exemplo, trabalhar com endereço eletrônico, usando uma extensão, comunicando-se com banco de dados externos, criando apresentações gráficas, e guardando e manipulando dados que podem ser

acompanhados por uma mesma estação de trabalho. Um usuário pode acessar facilidades apropriadas através de uma única interface consistente que pode permutar determinado trabalho para outros e voltar para o primeiro usuário. [...] **Integração Física** refere-se ao empacotamento de hardwares, softwares, e comunicações requeridas para a realização da integração funcional. Integração de software é determinada para um largo grau de uso de hardwares. (tradução livre)¹⁹

A tipologia deixa clara a dependência da integração funcional em detrimento da integração física, no entanto a integração funcional deve ser o produto final de uma integração sistêmica.

Como se observa, devem existir *links* comuns para elementos humanos, materiais e tecnológicos que integram os subsistemas para que o dados coletados e processados possam ser utilizados por todos os segmentos dos Sistemas de Informação.

Mediante a abstração dos conceitos acima, pode-se delinear o funcionamento do Sistema de Informação em termos de integração sistêmica da seguinte forma:

- (a) plenamente integrados – aqueles que possuem uma integração física (todas as transações são processadas pelo próprio sistema) e funcional de forma plena (todos os setores têm acesso às informações necessárias utilizando uma mesma base de dados);
- (b) parcialmente integrados – aqueles que possuem uma integração física plena ou até mesmo parcial (que todas ou pelo menos algumas informações são processadas pelo sistema) e que a integração funcional seja parcial (no mínimo possibilite o compartilhamento da base única de dados para alguns setores);
- (c) sem integração sistêmica – aqueles em que não existe qualquer tipo de integração funcional (nenhum setor tem acesso às informações numa mesma base de dados), independentemente da integração física proporcionada pelo sistema.

¹⁹ [...] the systems are integrated into one facility rather than having separate hardware, software, and communications for each independent system. Integration can be at the development tools level or at the application system level. There are two general types of integration: functional and physical.[...] **Functional integration** implies that deferent support functions are provided as a single system. For example, working with electronic mail, using a spreadsheet, communicating with external databases, creating graphic representations, and storing and manipulating data can all be accomplished at the same workstation. A user can access the appropriate facilities through a single, consistent interface and can switch from one task to another and back again. [...] **Physical integration** refers to packaging of the hardware, software, and communication features required to accomplish functional integration. Software integration is determined to a large extent by the hardware integration.

A classificação anterior pode servir para um melhor entendimento da potencialidade de o Sistema de Informação gerar informações úteis para seus diversos usuários. Assim, quanto mais integrado for o sistema de informação, mais benefício proporciona à organização. Nesse sentido, destaca-se o entendimento de Frezatti (1999, p.74):

Muito se fala sobre os benefícios proporcionados pela integração entre os sistemas de informações das organizações. Sem dúvida, comparativamente falando, os sistemas se tornam tão mais úteis quanto forem integrados. Essa percepção, embora óbvia, tem conseqüências práticas em termos de qualidade de informações e diminuição de erros.

Pelo exposto, depreende-se que existe uma associação entre a integração sistêmica e o potencial do Sistema em gerar informações úteis para a tomada de decisão, conforme seqüenciado na figura a seguir.

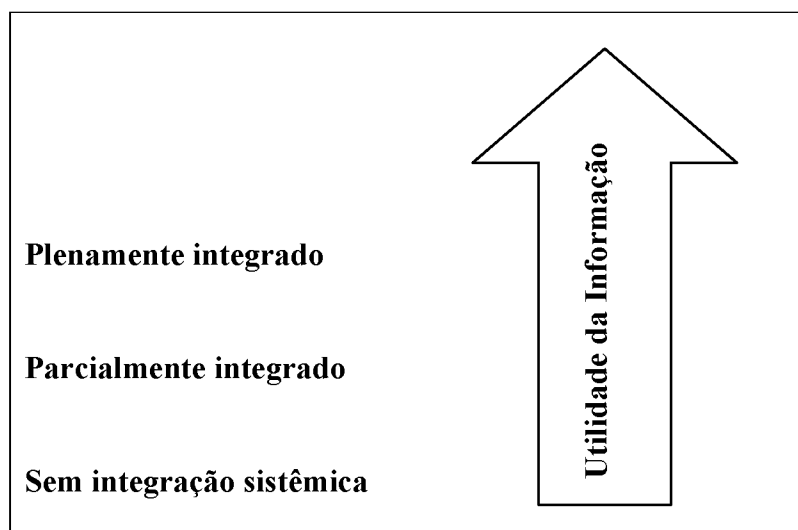


Figura 3 - Relação entre a integração sistêmica e a utilidade da informação gerada pelo sistema

A classificação proposta evidencia uma relação entre a utilidade da informação e a integração sistêmica. No item 4, apresenta-se uma avaliação empírica dos conceitos nos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio às IFES

3.2.5 Processo Decisório

A tomada de decisão é uma atividade essencial dos gestores das entidades e, geralmente, são executadas através de um processo que envolve pelo menos um modelo de decisão que deve ser apoiado por sistemas de informação. Nesse sentido, Nakagawa (1993, p.47) assinala que: “O processo de tomada de decisões é de natureza circular e seu ciclo completo abrange as etapas de planejamento, execução e controle”.

Mais um conceito é abordado por Turban (1998, p.38): “Tomada de decisão é um processo de escolher um curso de ação entre várias alternativas com a finalidade de alcançar um ou vários objetivos.” (tradução livre)²⁰

Um modelo de decisão pode ser entendido como uma ferramenta de apoio à gestão, que, conforme Cruz (1991, p.34), “é o processo de decisão, baseado em um conjunto de conceitos e princípios coerentes entre si, que visa garantir a consecução da missão da empresa”.

Na concepção de Russo e Schoemaker (1993, p.51), o processo de tomada de decisão compreende basicamente quatro fases: estruturação do problema, coleta de informações, avaliação dos dados e aprendizado proporcionado pelo *feedback*.

Trazendo os conceitos à realidade das Fundações, pode-se inferir que essas entidades necessitam de um sistema que forneça informações para estruturar o problema, capture e registre adequadamente as transações e proporcione um acompanhamento do que ocorreu, em comparação direta àquilo que se esperava que acontecesse, assegurando que fiquem registradas as lições passadas para a utilização em casos futuros, onde se torne necessária a tomada de alguma decisão semelhante.

Considera-se, ainda, que os gestores dessas atividades freqüentemente se deparam com problemas que exigem soluções de curto prazo, compostas por uma série de alternativas de resolução ficando os mesmos com a incumbência de decidir sobre qual a melhor solução para a consecução dos objetivos propostos.

²⁰ Decision making is a process of choosing among alternative course of action for the purpose of attaining a goal or goals.

3.2.6 Classificação dos Sistemas de Informação

As informações que são utilizadas pelas organizações estão estruturadas de várias formas, no entanto, as principais maneiras em que a organização utiliza as informações consistem nas suas operações correntes e nas tomadas de decisões.

Nas operações correntes, as informações proporcionam à organização a consecução das suas atividades diárias, enquanto que nas tomadas de decisões, as informações não são utilizadas rotineiramente como nas operações. Estas são usadas especificamente para resolver determinado problema com base em um modelo de decisão, ou seja, de conformidade com a necessidade dos gestores.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bio (1994, p.34-35) classifica os Sistemas de Informações em dois principais grupos: Sistema de Apoio às Operações e Sistemas de Apoio à Gestão conforme conceitos a seguir:

Os “sistemas de apoio às operações” são tipicamente sistemas processadores de transações.[...]. Os Sistemas de apoio à gestão não são orientados para o processamento de transações rotineiras, mas existem especificamente para auxiliar processos decisórios.

Outra classificação de sistemas de informações empresariais é apresentada por Stair (1998, p.38-39) que divide em: Sistemas de Processamento de Transações – SPT, Sistemas de Informações Gerenciais – SIG, Sistemas de Apoio à Decisão – SAD e Sistemas Especialistas - SE.

Um Sistema de Processamento de Transações – SPT, para Stair (1998, p.38), “é um conjunto organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para registrar transações de negócios completadas, como folha de pagamento.”

Sendo mais abrangentes que os Sistemas de Processamento de Transações - SPT, os Sistemas de Informações Gerenciais – SIG, segundo Stair (1998, p.38), são:

[...] um agrupamento organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para oferecer informações de rotina aos administradores e tomadores de decisão.[...]. Os sistemas de Informações gerenciais tipicamente fornecem relatórios pré-programados gerados com dados e informações do sistema de processamento de transações. (grifos acrescentados)

A afirmação do autor reforça a perceptível dependência do SIG em relação ao STP, uma vez que utilizam as informações por eles processadas para a geração dos relatórios direcionados aos gestores tomadores de decisão.

Sistemas de Apoio à Decisão - SAD e Sistemas Especialistas - SE são sistemas para auxílio e tomada de decisão que, segundo Stair (1998, p.38), podem ser tratados conceitualmente como:

Um *sistema de apoio à decisão (SAD)* é um grupo organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para dar apoio à tomada de decisões relevantes a problemas específicos. O foco do SAD é a eficácia da tomada de decisão. Enquanto um SIG ajuda a organização a "fazer as coisas direito", um SAD ajuda o administrador "a fazer a coisa certa" [...]. Um sistema especialista é um agrupamento organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para gerar um parecer especializado ou sugerir uma decisão em uma área ou disciplina. Estes sistemas de computador são como um profissional especializado com muitos anos de experiência em determinado campo.

Observa-se que o SIG é mais genérico que o SAD, pois enquanto o primeiro tem o enfoque em toda a organização, o segundo tem o enfoque no administrador responsável pela tomada de decisão, porém Stair (1998, p.38) comenta: “O SAD opera em uma perspectiva gerencial, e reconhece que estilos gerenciais e tipos de decisões diferentes requerem sistemas diferentes.”

Para Gil (1978, p.14), um Sistema de Informações Gerenciais: pode ser definido como:

[...] um conjunto de recursos humanos e materiais dentro de uma organização, o qual é responsável pela coleta e pelo processamento de dados para produzir informações que sejam úteis a todos os níveis da gerência, no planejamento e controle das atividades da organização.

Os autores têm o consenso de que as classificações representam a evolução da preocupação com os sistemas de informações nas atividades empresariais, a qual se inicia com o aperfeiçoamento dos sistemas processadores de transações, evoluindo para sistemas de apoio à gestão ou sistemas de informações gerenciais e apoio à decisão e, finalmente, para inteligência artificial e sistemas especialistas. Todos os conceitos convergem para um objetivo comum dos Sistemas de Informações, que é fazer com que o sistema reduza o máximo de tempo entre a entrada do dado e o seu tratamento, enfim, que a informação chegue ao gestor de forma confiável, útil e oportuna para subsidiar o fluxo do processo decisório e de prestação de contas.

3.3 Sistema de Informação Contábil

Na busca ao cumprimento do seu objetivo, torna a contabilidade na atividade que é responsável pelo maior banco de dados financeiros da organização.

De acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários -CVM número 29, de 05 de fevereiro de 1986, que aprovou e referendou o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, define que:

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. [...]Conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar (BRASIL, 1986).

O IBRACON (1998, p.322-323), ao transcrever o pronunciamento da *International Federation of Accountants - IFAC*²¹ sobre o Estudo e Avaliação do Sistema Contábil e de Controles Internos Aplicáveis para efeito de Auditoria, mostra a definição de Sistema Contábil, seu *link* com o Controle Interno e os Objetivos do Controle Interno.

Pode-se definir um sistema contábil como uma série de tarefas em uma entidade, através das quais são processadas transações como meio de manter-se registros contábeis. Tal sistema deve reconhecer, calcular, classificar, lançar, sumarizar e relatar tais transações [...]. Um sistema contábil, complementado por controles internos efetivos pode prover à administração razoável segurança de que os ativos são salvaguardados contra o uso ou destinação não autorizados e de que os registros contábeis são confiáveis fontes para a preparação de informações contábeis [...]. Os controles internos relacionados ao sistema contábil estão orientados para atingirem-se os seguintes objetivos: (a) Transações são processadas de acordo com os critérios gerais ou específicos da administração; (b) Todas as transações são prontamente registradas pelas importâncias corretas, sendo adequadamente classificadas e reconhecidas, além de permitir correto reconhecimento dos ativos.

Sob uma perspectiva baseada no usuário da informação gerada pelo Sistema de Informação Contábil, Iudícibus (1994, p.20) afirma:

Provavelmente, o sistema de informação contábil dentro da empresa deveria ser dimensionado para captar e registrar uma série bastante ampla de informações elementares, que poderiam ser agregadas, classificadas e apresentadas em vários subconjuntos, conforme o interesse particular de cada tipo de usuário.

Em uma abordagem mais clássica, voltada para a teoria da comunicação, Bierman Jr. e Drebin (1979, p.258) destacam:

Um sistema contábil contém os elementos básicos de um sistema de informações: (1) eventos econômicos são fontes básicas da informação contábil; (2) o *contador* observa estes eventos e transmite esta informação através (3) dos *relatórios contábeis* que formam o canal básico da comunicação contábil. A mensagem transmitida desta maneira pode ser recebida pelo (4) *peçoal de staf* que decodifica e interpreta a mensagem econômica para uso do (5) *administrador* ou tomador de decisão que é o destinatário final da mensagem.

²¹ O termo em inglês significa: Federação Internacional de Contadores

A luz desses conceitos, percebe-se claramente a inserção dos elementos básicos do Sistema de Informação Contábil em um processo de comunicação. Quanto aos eventos econômicos - depois de mensurados, avaliados e consolidados - são as fontes básicas da informação contábil que devem ser transmitidas através de um canal de comunicação (mecanismos de evidenciação). A mensagem evidenciada desta maneira pode ser recebida pelos diversos usuários finais da mensagem.

No entanto, a mensagem enviada pode não ser recebida adequadamente pelo usuário final devido a inconsistências que podem ser causadas pela própria emissão dos dados, através do canal de comunicação, ou até mesmo pelo próprio receptor (destinatário) final da informação. Essas inconsistências são denominadas de ruído.

Outro detalhe que se pode extrair dos conceitos é o fato de as demonstrações financeiras (contábeis) serem o produto final de um sistema de comunicação contábil que deve ser evidenciado adequadamente para que seu diversos usuários as utilizem de forma correta.

Tendo em vista que a evidenciação implica ressaltar alguma coisa de uma entidade para facilitar o entendimento da informação pelo usuário contábil, existe uma relação desses aspectos com o sistema de comunicação para que os objetivos da contabilidade sejam alcançados.

Sob esta ótica, a apresentação da informação deve ser uma questão final, na qual se pretende atender à necessidade do usuário, dentro de certos códigos combinados.

Portanto, o método utilizado para evidenciar a informação deve estar centrado nos usuários (receptores) de um sistema de comunicação, o que norteia o fluxo do processo decisório e de prestação de contas.

A contabilidade, no processo de mensuração e avaliação das transações e elementos pertinentes à dinâmica patrimonial, gera diversos dados que devem ser consolidados e transformados em informações através de mecanismos de evidenciação acessíveis aos usuários finais que, por sua vez, devem estar preparados para captar às suas diversas informações fornecidas pelo sistema, conforme mostra a figura a seguir:

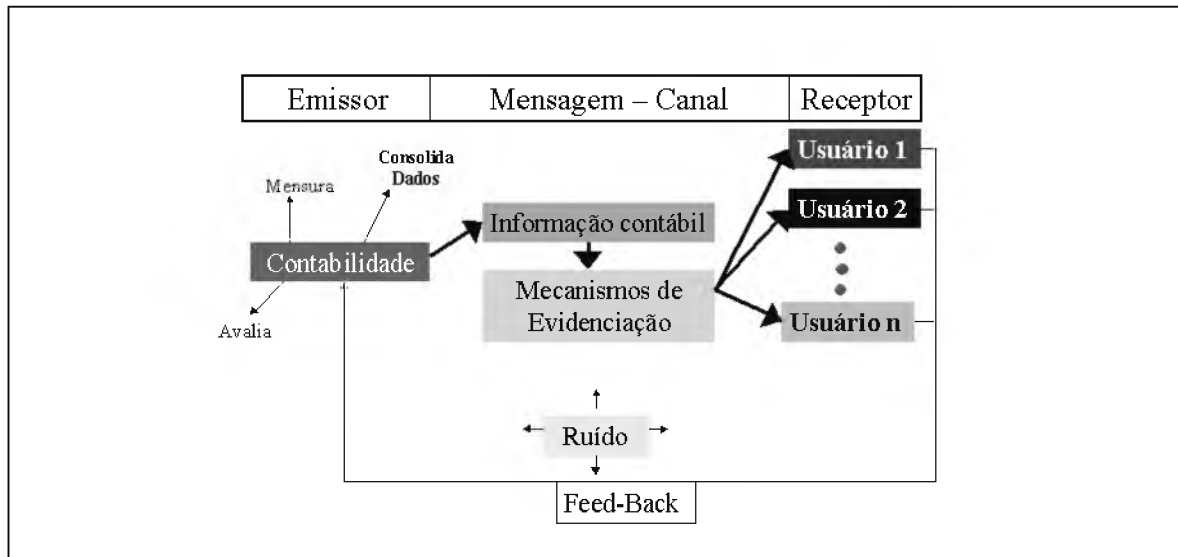


Figura 4 - A evidência e o processo de comunicação

A tratar do processo de comunicação, o *United General Accounting Office - GAO*²² descreve:

As comunicações eficazes devem ocorrer em um sentido amplo com a informação que flui para baixo, transversalmente, e para cima da organização. Adicionalmente às comunicações internas, a gerência deve assegurar meios adequados de comunicar-se, e de obter a informação dos depositários externos que podem ter um impacto significativo na agência que consegue seus objetivos. Além disso, a gerência eficaz da tecnologia de informação é crítica à realização útil, à confiabilidade, e os contínuos registros e comunicações da informação (UNITED GENERAL ACCOUNTING OFFICE, 1999, p.19, tradução livre).²³

A partir da sintetização dos conceitos, pode-se entender que uma informação útil é aquela que provoca o decisor a compreendê-la de forma que a mesma cause impacto ou crie um fato gerador e que modifique o seu bem-estar. Portanto, todos os meios necessários devem ser usados para evidenciá-las, não apenas no corpo dos principais relatórios contábeis, mas em níveis com métodos e padrões que façam o usuário qualificá-las como útil no seu processo de gestão dos negócios.

²² O termo em inglês significa Escritório Geral de Contabilidade do Governo dos Estados Unidos.

²³ Effective communications should occur in a board sense with information flowing down, across, and up the organization. In addition to internal communications, management should ensure there are adequate means of communicating with, and obtaining information from, external stakeholders that may have a significant impact on the agency achieving its goals. Moreover, effective information technology management is critical to achieving useful, reliable, end continuous recording and communication of information.

3.3.1 Componentes Informacionais Básicos

Conforme já discutido anteriormente, existe um *link* muito forte entre as Fundações de Apoio vinculadas às IFES e a Administração Pública, logo, numa perspectiva governamental, o GAO estabelece alguns requisitos informacionais para os gestores de programas públicos:

Gestores de Programa necessitam de dados operacionais e financeiros para determinar se estão correspondendo aos planos anuais de desempenho fornecidos pelas estratégias das agências e se estão atingindo suas metas para a prestação de contas e para eficiência e eficácia na utilização dos recursos. Por exemplo, informações operacionais são necessárias para elaboração de relatórios financeiros. Isto abrange uma classe dos dados de compras, dos subsídios, e das outras transações aos dados em ativos fixos, em inventários, e em recebíveis. A informação operacional é também necessária para determinar se a agência está cumprindo as várias exigências legais e regulamentais. A informação financeira é necessária para os usuários externos e internos. Requer-se para desenvolver indicadores financeiros para o relatório externo periódico, e, em uma base cotidiana, para fazer decisões operacionais, monitorar o desempenho e alocação de recursos. A informação pertinente deve ser identificada, capturada, e distribuída oportunamente através de um formulário estruturado que permita às pessoas executarem eficientemente suas atividades (UNITED GENERAL ACCOUNTING OFFICE , 1999, p.19, tradução livre).²⁴

Ao discorrer sobre os aspectos teóricos da contabilidade, Iudícibus (1994, p.17) descreve que:

[...] o estabelecimento dos objetivos da Contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou considerarmos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente da sua natureza, um conjunto básico de informações, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuários.

²⁴ Program managers need both operational and financial data to determine whether they are meeting their agencies strategic end annual performance plans and meeting their goals for accountability for effective and efficient use of resources. For example, operating information is required for development of financial reports. This covers a broad range of data from purchases, subsidies, and other transactions to data on fixed assets, inventories, and receivables. Operating information is also needed to determine whether the agency is achieving its compliance requirements under various laws and regulations. Financial information is needed for both external and internal uses. It is required to develop financial statements for periodic external reporting, and, on a day-to-day basis, to make operating decisions, monitor performance, and allocate resources. Pertinent information should be identified, captured, and distributed in a form and time frame that permits people to perform their duties efficiently.

As duas abordagens estabelecidas pelo referencial mencionado podem ser observadas claramente através da distinção entre os usuários das informações da Contabilidade Financeira e os usuários da Contabilidade Gerencial.

Ainda nesta perspectiva, Moscovice, Simkin e Bagranoff (1990, p.12) informam: “Dentro dos subsistemas da contabilidade de muitas organizações há dois componentes informacionais básicos: contabilidade financeira e contabilidade gerencial”. (tradução livre)²⁵

A fim de delinear como deve ser estruturado um Sistema de Informações Contábeis que atenda às necessidades dos dois componentes informacionais básicos, Garrison e Noreen (2001, p.4) destacam as diferenças básicas entre os componentes, bem como as características de cada componente, conforme figura a seguir:

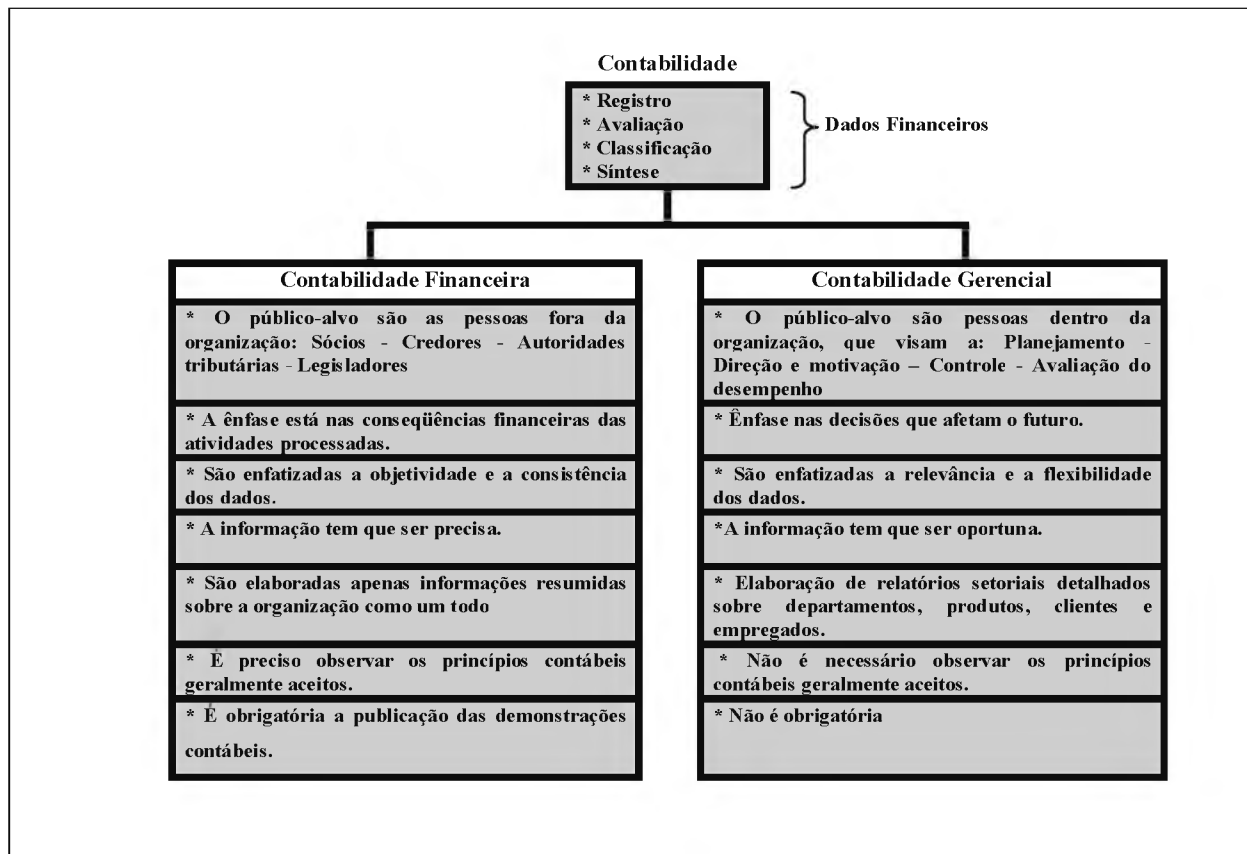


Figura 5 -Comparação entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial

Fonte: Garrison e Noreen (2001, p. 4)

²⁵ Within the accounting subsystems of many organizations there are two major informational components: financial and managerial accounting.

Com base nesses fundamentos, Moscové, Simkin e Bagranoff (2002, p. 28) informam:

O componente **contabilidade gerencial** de um SIC tem como principal objetivo fornecer informações relevantes para os gerentes de uma companhia, que são partes *internas* (ou usuários). Contabilidade de custos, orçamento e estudo de sistemas são três componentes de um sistema contábil gerencial de uma companhia.

Ainda sobre os componentes do subsistema de contabilidade gerencial, Moscové, Simkin e Bagranoff (2002, p.28-31) descrevem sobre as atribuições de cada um componente dentro do subsistema:

[...] A parte da contabilidade gerencial chamada de **contabilidade de custos**, especificamente, ajuda a gerência nas funções associadas com atividades organizacionais de aquisição, processamento, distribuição e vendas. No sentido mais geral, o foco é o *valor agregado* por uma organização aos seus bens ou serviços [...]. Um **orçamento** é uma projeção financeira do futuro e portanto uma ferramenta auxiliar valiosa do *planejamento* gerencial e é assim dispositivo valioso para o planejamento gerencial [...]. A função orçamentária dentro de um SIC afeta todos os subsistemas dentro de uma organização. A preparação de um orçamento, portanto, requer boa comunicação entre esses subsistemas. Devido à forte ênfase financeira dos orçamentos, o componente contabilidade gerencial tem grande responsabilidade pelo sistema de orçamento da organização. Esse componente coordena a preparação dos orçamentos de outros subsistemas e depois monitora o desempenho real de cada subsistema. O processamento computadorizado dos dados do orçamento contribui para a produção de relatórios no momento oportuno, mostrando as discrepâncias entre o real e o projetado. A tecnologia da informação permite que os tomadores de decisões organizem e comparem dados de inúmeras maneiras para facilitar o processo de orçamento.

Os conceitos anteriores deixam clara a importância do Sistema de Informações Contábeis no processo de gestão. Nesse mesmo raciocínio, Riccio (1989, p.105) descreve:

O Sistema de Informação Contábil é a base de todo o processo de controle e avaliação e planejamento estratégico da empresa. Isto significa que todo o processo de avaliação dos resultados de uma empresa normalmente baseia-se na análise dos relatórios financeiros apresentados periodicamente pelo Sistema de Informação Contábil.

A contabilidade é um sistema de informação básico para a controladoria, é dela que é retirada a grande maioria das informações quantitativas ou até mesmo muitas informações qualitativas, que o contador, gerente ou controlador irá utilizar para trabalhar com projeções ou índices de verificação que serão utilizadas como ferramenta no desenvolvimento de sua atividade. Fazendo parte de um grande subsistema do sistema de informações, a contabilidade agregará o processamento de várias informações da entidade, inclusive de custos, orçamentos etc.

3.3.2 Perspectiva Gerencial do Sistema de Informação Contábil

Os dados decorrentes da contabilidade financeira ou societária servem como ponto de partida para a contabilidade gerencial, que tem sua principal característica de fornecedora de informações aos administradores, auxiliando-os no processo decisório da empresa.

Welsch (1983, p.55) afirma que “[...] o sistema contábil deve ser orientado principalmente às necessidades administrativas de planejamento e controle [...].”

O sistema contábil envolve vários aspectos da organização, podendo-se considerar um dos fatores mais importantes no gerenciamento, sobretudo com a sua abrangência de informações para os usuários internos e para órgãos externos.

Reafirmando a importância dos sistemas contábeis para a empresa, Gil (1978, p.31) ressalta: “É importante examinar o sistema de informações contábeis do ponto de vista dos usuários da informação contábil, os quais utilizam como base para tomadas de decisões. Existem duas categorias de usuários: os EXTERNOS e os INTERNOS ao negócio”.

Conforme afirma Nakagawa (1993, p.80):

A contabilidade começa registrando e divulgando os resultados das atividades de uma empresa, mas sua eficácia só se esgota após a constatação da *accountability*, assumida pelos diversos tipos e níveis de agentes do sistema. Colocado desta maneira, podemos dizer que o princípio da *accountability* é o que distingue a Contabilidade de todos os demais sistemas de informação existentes.

Pode-se dizer então que a contabilidade tem um universo abrangente, começando com uma simples operação de compra ou venda, e que pode gerar várias informações importantes que vão desde demonstrativos de “prestação de contas” gerenciais, das atividades desenvolvidas pela entidade em um determinado momento, até demonstrativos financeiros gerenciais para auxiliar o processo de tomada de decisão.

Todas as informações de uma empresa sejam, operacional, gerencial ou contábil, têm sua passagem no sistema contábil, gerando informações gerenciais ou sendo armazenadas para futuras demonstrações. Tudo isso é feito com as facilidades da informática, em que os dados processados na contabilidade transformam-se em informações que servirão de instrumento de gestão para depois serem apresentadas aos usuários com a finalidade de utilização no processo de tomada de decisão.

Os sistemas de processamento de dados são meios de alta confiabilidade através dos quais podem-se desenvolver as atividades do sistema de apoio à gestão da empresa, principalmente, os sistemas de informações contábeis. Nos dias atuais, torna-se praticamente impossível trabalhar com sistemas manuais ou outros mais antigos, quando se sabe que a informação quanto mais rápida, melhor para a empresa. Alguns administradores têm a ilusão de que o computador irá resolver seus problemas de informações, mas se o sistema contábil não for confiável e de qualidade, o computador não terá utilidade, pois será apenas um meio e não a resposta, é um complemento para desenvolvimento na função de gestão.

A informatização na contabilidade é muito importante, mas deverá ter o suporte de um bom sistema de informação de acordo com o modelo de gestão que se deseja. Segundo Gil (1978, p.16), “Analogamente, o sistema de informação gerencial pode conter informações de natureza contábil ou não, donde o sistema de informação gerencial contábil é um subsistema do sistema de informação gerencial.”

Convergindo com esse pensamento, Moscovice, Simkin e Braganoff (1990, p.9) descrevem:

O sistema de informação contábil é de fato o principal componente de um sistema de informação gerencial. A diferença entre eles está no âmbito de sua abrangência. Considerando que um sistema de informação contábil acumula, classifica, processa, analisa, e por fim comunica informação financeira relevante, um sistema de informação gerencial executa estas funções para todos os tipos de informação que afeta as operações de uma companhia. (tradução livre)²⁶

A luz dos conceitos relacionados, entende-se que um Sistema de Informação Contábil pode assumir todos os atributos de um Sistema de Informação Gerencial, desde que seja composto de um subsistema de contabilidade financeira, neste caso, possibilitando a emissão de demonstrativos contábeis que atendam às exigências mínimas dos seus usuários internos e externos, principalmente no que se refere ao processo de prestação de contas, e de um subsistema de contabilidade gerencial que capte informações do banco de dados da contabilidade financeira na busca do processamento de demonstrativos gerenciais que atendam seus usuários internos no processo de tomada de decisão, principalmente, decisões financeiras de curto prazo.

Neste aspecto, a contemplação de todas as características qualitativas da informação contábil é indispensável para um funcionamento adequado do Sistema de Informação Contábil, conforme destacado no item 3.3.3.

²⁶ The accounting information system is actually one major component of a management information system. The difference between them is in the scope of coverage. Whereas an accounting information system accumulates, classifies, processes, analyzes, and communicates relevant financial information, a management information system performs these functions for all types of information affecting a company's operations.

3.3.3 Características Qualitativas da Informação Contábil

As características qualitativas da informação contábil são abordadas por órgãos regulamentadores tanto de âmbito nacional quanto internacional, podendo-se citar o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o *International Accounting Standards Board* - IASB e o *Financial Accounting Standards Board* – FASB.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T nº 01 (aprovada pela Resolução CFC nº 785/95), que trata das características da informação contábil, relata que as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece e que ela deve ter os seguintes atributos: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

No que diz respeito à confiabilidade, a norma trata os seguintes aspectos:

[...] A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação [...]. A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo [...]. A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados[...]. A completeza diz respeito ao fato de a informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que pretende revelar ou divulgar, como transações, previsões, análises, demonstrações, juízes ou outros elementos [...] (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1995).

Quanto à tempestividade, a norma estabelece que:

[...] A tempestividade refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins [...]. Nas informações preparadas e divulgadas sistematicamente, como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1995).

Para que uma informação seja compreensível, a norma estabelece as seguintes condições:

[...] A informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a que se destine [...]. A compreensibilidade presume que o usuário disponha de conhecimentos de Contabilidade e dos negócios e atividades da Entidade, em nível que o habilite ao entendimento das informações colocadas à sua disposição, desde que se proponha analisá-las, pelo tempo e com a profundidade necessários [...]. A eventual dificuldade ou mesmo impossibilidade de entendimento suficiente das informações contábeis por algum usuário jamais será motivo para a sua não-divulgação. [...]. A compreensibilidade concerne à clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada, abrangendo desde elementos de natureza formal, como a organização espacial e recursos gráficos empregados, até a redação e técnica de exposição utilizadas[...] (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1995).

A última característica da informação contábil, definida pela norma do CFC é a comparabilidade que deve ter os seguintes requisitos:

[...] A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas. [...]. A concretização da comparabilidade depende da conservação dos aspectos substantivos e formais das informações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1995).

As Normas Internacionais de Contabilidade – NICs, juntamente com a estrutura conceitual para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis que definem as características qualitativas das demonstrações contábeis, regulamentadas e editadas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, estão apresentadas na obra editada pelo Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON. O IASB identifica as quatro qualidades (ou características) qualitativas da informação contábil como atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, que são compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

De acordo com a Estrutura Conceitual que antecede as Normas Internacionais de Contabilidade, a compreensibilidade é comentada como:

Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.35).

Para a norma, a informação relevante é aquela que pode fazer a diferença ressaltando a previsibilidade (valor preditivo) a controlabilidade (valor como *feedback*) e a materialidade. Portanto o IASB descreve que:

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários em suas tomadas de decisões. As informações são relevantes quando influenciam as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto dos eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores [...].As informações são relevantes se sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.35-36).

Outra característica destacada é a confiabilidade que, segundo o IASB:

Para ser útil, a informação deve ser confiável. A informação tem a qualidade de confiabilidade quando está livre de erros relevantes, e podem os usuários depositar confiança como representando fielmente aquilo que ela diz representar ou poderia razoavelmente esperar-se que represente [...].A informação pode ser relevante, porém tão inconfiável que o seu reconhecimento pode ser um erro potencial (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.36-37).

Com base nesse enunciado, o IASB destaca cinco elementos essenciais para que a informação seja confiável: representação adequada, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência e integridade, como estão elencadas a seguir:

Para ser confiável, a informação deve representar fielmente as transações e outros eventos que ela diz representar ou poderia razoavelmente esperar-se que ela represente[...]. Para que a informação represente fielmente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com sua essência ou substância e a sua realidade econômica, e não meramente sua forma legal.[...]. Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, livre de preconceitos. As demonstrações contábeis não serão neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas influenciarem a tomada de decisão ou um julgamento a fim de atingir um resultado ou desfecho predeterminado [...]. A prudência consiste na inclusão de certa dose de cautela na formulação dos julgamentos necessários na elaboração de estimativas em certas condições de incerteza, no sentido que ativos ou receitas não sejam superestimados e passivos ou despesas não sejam subestimados [...]. Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa dentro dos limites da relevância e do custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou conducente a erro e, assim sendo, inconfiável e deficiente em termos de relevância (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.36-37).

A última característica qualitativa definida pelo IASB é a comparabilidade : “Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma empresa ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho.” (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.37).

O IASB deixa claras as limitações (restrições) pertinentes às características primárias das informações (relevância e confiabilidade) que são: oportunidade das informações (tempestividade), equilíbrio entre benefício e o custo (relação Custo x benefício) e equilíbrio entre as características qualitativas, conforme segue:

Quanto à oportunidade das informações, o IASB faz o seguinte comentário: “Se houver demora indevida em reportar a informação, ela poderá perder a relevância. A administração poderá ter que estabelecer um equilíbrio ente reportar a informação na época oportuna e prover informações confiáveis.” (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.38).

Outra condição das características qualitativas primárias da informação contábil é, segundo o IASB, que: “[...] Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la.” (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.38).

A última das limitações está voltada para a relação das características qualitativas da informação contábil com a prática quando comenta o IASB que:

Na prática é às vezes necessário fazer um balanceamento ou acomodação entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características, a fim de satisfazer os objetivos das demonstrações contábeis (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, P.39).

Em maio de 1980, nos Estados Unidos da América, o *Financial Accounting Standards Board* - FASB emitiu o *Statements of Financial Accounting Concepts – SFAC*²⁷ n° 02, sendo seu parágrafo n° 4 modificado pelo SFAC n° 06, que identifica as qualidades (ou características) primárias e secundárias para se ter uma informação útil, observando a relação custo-benefício da informação contábil. As qualidades primárias identificadas são a relevância e a confiabilidade; as chamadas qualidades secundárias são a comparabilidade, a uniformidade e a consistência. O SFAC n° 02 apresenta uma hierarquia das qualidades em contabilidade, conforme apresentado na ilustração a seguir.

²⁷ O termo em inglês significa Declaração de Conceitos da Contabilidade Financeira

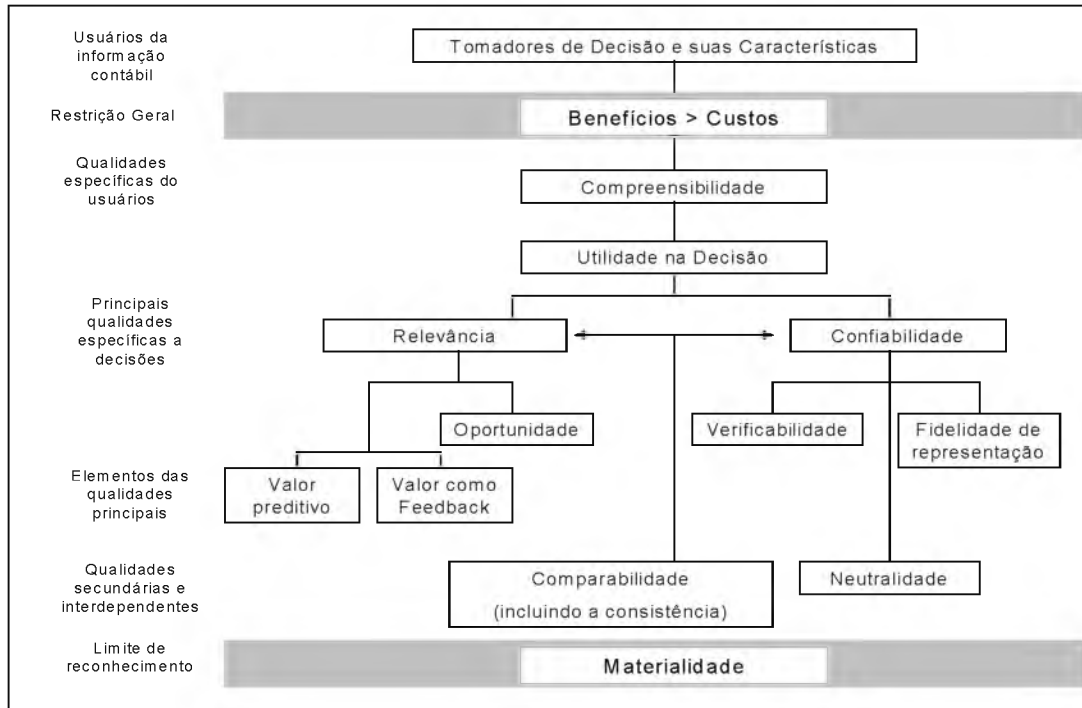


Figura 6 - Uma hierarquia de qualidades em contabilidade
Fonte: Hendriksen e Breda (1999, p. 96)

As qualidades primárias são características mais importantes de uma informação contábil, na qual se tornará útil quando trazer um benefício ao seu usuário. Para a informação ser útil, ela deve ser **relevante e confiável**. Nesse contexto, o FASB informa: “A confiabilidade e a relevância afetam, muitas vezes, uma a outra.” (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, p.59, tradução livre).²⁸

A primeira característica primária da informação contábil é a relevância e seus três atributos (valor preditivo, valor como *feedback* e oportunidade). Segundo o FASB:

Informação contábil relevante é capaz de fazer a diferença em uma decisão ajudando os usuários a formarem previsões sobre os resultados de passado, presente, e eventos futuros ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores. Informação pode fazer uma diferença nas decisões melhorando a capacidade dos tomadores de decisão para fazer previsões ou fornecendo realimentação das expectativas futuras oportunamente [...]. Oportunidade é o que possui a informação disponível para os tomadores de decisão antes que perca sua capacidade para influenciar decisão, é um aspecto subordinado de relevância (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, p.27-28, tradução livre. grifos acrescentados).²⁹

²⁸ Reliability and relevance often impinge on each other.

²⁹ Relevant accounting information is capable of making a difference in a decision by helping users to form predictions about the outcomes of past, present, and future events or to confirm or correct prior expectations. Information can make a difference to decisions by improving decision maker’s capacities to predict or by providing *feedback* on earlier expectations [...]. Timeliness, that is, having information available to decision makers before it loses its capacity to influence decision, is an ancillary aspect of relevance.

A segunda característica primária da informação contábil, segundo o FASB, é a confiabilidade e seus respectivos atributos (fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade), conforme descrito abaixo:

A confiabilidade de uma medida resulta na fidelidade com que representa o que se pretende representar, junto com uma garantia do usuário que tem a respectiva qualidade de representação. Para ser útil, informação deve ser confiável como também relevante [...].Verificabilidade é uma qualidade que pode ser demonstrada alcançando um grau alto de consenso entre os mensuradores independentes que usam os mesmos métodos de medida. Por outro lado, fidelidade de representação se refere à correspondência ou acordo entre mensuração da contabilidade e os recursos ou eventos que esses números pretendem representar [...].Neutralidade significa formular ou implementar de padrões, cujo principal preocupação é garantir a relevância e confiabilidade da informação face ao efeito negativo de uma nova regra poder ser utilizada em função de um interesse particular. Uma escolha neutra entre alternativas de contabilidade é livre de “viés” para um resultado predeterminado (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, p.28, tradução livre).³⁰

O FASB enumerou, ainda, a características da informação útil - as chamadas qualidades secundárias - na qual compreende a comparabilidade e consistência:

Informação sobre um determinado empreendimento aumenta significativamente sua utilidade se puder ser comparada com informação semelhante sobre outros empreendimentos e com informação semelhante sobre o mesmo empreendimento para um mesmo período ou algum outro ponto de intervalo de tempo. Comparabilidade entre empreendimentos e consistência na aplicação de métodos com o passar do tempo aumenta o valor informacional para comparações de oportunidades econômicas relativas ou desempenho. O significado da informação, especialmente quantitativa, depende enormemente da extensão da habilidade do usuário em relacionar a mesma para efeito de alguma avaliação de desempenho (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, p.28-29, tradução livre).³¹

³⁰ The reliability of a measure rests on the faithfulness with which it represents what it purports to represent, coupled with an assurance for the user that it has that representational quality. To be useful, information must be reliable as well as relevant [...].Verifiability is a quality that may be demonstrated by securing a high degree of consensus among independent measurers using the same measurement methods. Representational faithfulness, on the other hand, refers to the correspondence or agreement between the accounting numbers and resources or events those numbers purport to represent [...].Neutrality means that, in formulating or implementing standards, the primary concern should be the relevance and reliability of the information that results, not the effect that the new rule may have on a particular interest. A neutral choice between accounting alternatives is free from bias towards a predetermined result.

³¹Information about a particular enterprise increases greatly in usefulness if it can be compared with similar information about other enterprises and with similar information about the same enterprise for same other period or some other point in time. Comparability between enterprises and consistency in the application of methods over time increases the informational value of comparisons of relative economic **opportunities or performance**. The significance of information, especially quantitative information, depends to a great extend on the user's ability to relate it to some benchmark.

Quanto às restrições que norteiam as características da informação contábil, o FASB enumerou, ainda, a materialidade e a relação custo x benefício, estabelecendo o seguinte:

Materialidade é um conceito difundido que relaciona às características qualitativas, especialmente relevância e confiabilidade. Materialidade e relevância são ambos definidos em termos de poder influenciar ou de fazer uma diferença para um tomador de decisão, mas as duas condições podem ser distinguidas. Uma decisão de não divulgar certa informação pode ser realizada, isto, porque os usuários não têm nenhuma necessidade por aquele tipo de informação (não é pertinente) ou porque as quantias que envolveram são muito pequenas para fazer uma diferença (eles não são materiais).[...] para se justificar a necessidade de uma divulgação particular, os benefícios provenientes dessa divulgação devem exceder os custos a ela associados (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1998, p.29, tradução livre).³²

Quando comparados com as normas do CFC, observa-se que as normas dos FASB e IASB se sobressaem. Vale ressaltar que o FASB estrutura suas normas numa perspectiva hierárquica, o que facilita seu entendimento e abstração.

Essa observação já foi comprovada por resultado de pesquisa realizada por Paulo (2002, p.138) quando afirma que:

[...] as Estruturas Conceituais emitidas pelo FASB e IASB são convergentes, pois as diferenças identificadas com relação ao grau de importância atribuída à característica, do que sobre a essência da mesma, sendo que os atributos relacionados por ambos devem ser observados quando da mensuração e evidenciação das informações contábeis [...].

³² Materiality is a pervasive concept that relates to the qualitative characteristics, especially relevance and reliability. Materiality and relevance are both defined in terms of what influences or makes a difference to a decision maker, but the two terms can be distinguished. A decision not to disclose certain information may be made, say, because investors have no need for that kind of information (it is not relevant) or because the amounts involved are too small to make a difference (they are not material).[...] to justify requiring a particular disclosure, the perceived benefits to be derived from that disclosure must exceed the perceived costs associated with it.

Reforçando os conceitos de relevância e confiabilidade no setor governamental, o *United General Accounting Office* - GAO esclarece:

Para uma entidade trabalhar e controlar suas operações, ela deve ter relevância, confiabilidade, e tempo de comunicação oportuna internamente tão bem quanto eventos externos. Informação é necessária em toda a agência para alcançar todos os seus objetivos (UNITED GENERAL ACCOUNTING OFFICE, 1999, p.18, tradução livre).³³

O presente estudo visa a verificar a potencialidade dos sistemas de informações contábeis gerarem informações úteis para tomada de decisão e prestação de contas com base na relevância, confiabilidade e divulgação da informação gerada pelo sistema. Para as características primárias da relevância e confiabilidade, serão considerados os três elementos básicos de cada característica conforme estabelecido no SFAC nº 02 do FASB.

3.4 Sistema de Integrado Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior

No item anterior foi estabelecido o padrão mínimo para que um Sistema de Informação Contábil de uma Fundação de Apoio deva contemplar com vistas a atender seus usuários internos, principalmente os tomadores de decisão.

Além dos usuários internos, as Fundações de Apoio, devem prestar contas à Universidade na qual está vinculada, aos órgãos financiadores, aos Tribunais de Contas, à Justiça do Trabalho, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (vide item 2.3.1), logo seus Sistemas Contábeis devem estar preparados para atender às necessidades específicas desses usuários.

³³ For an entity to run and control its operation, it must have relevant, reliable, and timely communications relating to internal as well as external events. Information is needed throughout the agency to achieve all of its objectives.

Ao se reportarem sobre os Sistemas de Informação Contábil, especializado para as organizações sem fins lucrativos, Moscove, Simkin e Braganoff (2002, p.145) destacam:

Em geral, a ausência de um objetivo de lucro é o que mais influencia as necessidades especiais do SIC de uma organização sem fins lucrativos. Padrões contábeis recentes mudaram o sistema de prestação de conta dessas organizações para que suas demonstrações financeiras externas pareçam mais com as de entidades que visam lucro. No entanto, os sistemas de relatórios internos das organizações sem fins lucrativos focalizam fundos e não renda. Sistemas de contabilização de fundo mostram os recursos disponíveis para a realização dos objetivos das organizações[...]. Para reconciliar os sistemas contábeis interno e externo, o SIC das instituições sem fins lucrativos precisa reconciliar essas duas diferentes estruturas de relatórios. (grifos acrescentados)

Percebe-se, então, a necessidade de as Fundações de Apoio vinculadas às IFES serem contempladas por um Sistema Integrado de Informação Contábil que processe as informações de acordo com as necessidades específicas desse tipo de organização. Nesse sentido, Moscove, Simkin e Braganoff (2002, p. 145) ainda ressaltam:

Os programas de contabilidade integrados organizam o processamento das transações em módulos e fazem ligações entre esses módulos. O módulo Razão geral é a base do sistema e inclui o plano de contas. Os funcionários que usam o programa de contabilidade registram as transações do diário geral nesse módulo. Outros módulos geralmente encontrados nos programas de contabilidade são: contas a receber, contas a pagar, estoque e folha de pagamento. [...] Dependendo do nível de sofisticação, do programa de contabilidade, ele pode incluir outros módulos com custeio por projeto, compra, faturamento e ativos fixos. (grifos acrescentados)

Os elementos destacados na citação anterior geram informações que servem de base para a elaboração do orçamento, pois representam dados processados pelo subsistema de contabilidade financeira. Neste contexto, o FASB recomenda que:

Demonstrativos financeiros devem fornecer informações sobre os recursos econômicos de uma organização, obrigações, e os recursos líquidos. Essas informações ajudam aos gestores de recursos e demais usuários identificarem as forças e fraquezas financeiras das empresas, orçam informações sobre a performance da organização durante o período..., e avaliam sua habilidade para continuar a fazer seus serviços (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.19, tradução livre, grifos acrescentados).³⁴

Corroborando esse pensamento, Moscové, Simkin e Braganoff (2002, p.145-146) enfatizam:

Embora as organizações sem fins lucrativos não possam ser avaliadas usando medidas de lucro e operem num ambiente menos competitivo do que as organizações orientadas para o lucro, alguns mecanismos de avaliação de desempenho são desejáveis. Um mecanismo freqüentemente usado é o SIC orçamentário. [...] Um bom sistema de planejamento e controle orçamentário de curto prazo, costuma ser mais importante para organização sem fins lucrativos do que para instituição voltada para lucro. (grifos acrescentados)

Sintetizando os conceitos, percebe-se que os Sistemas Integrados de Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior devem processar, por exemplo, contas a pagar, contas a receber, estoques, folha de pagamento, projetos, compra, faturamento, ativo fixo e orçamento, integrados por intermédio de um plano de contas flexível e controlados individualmente pelo sistema de contabilidade por fundos no qual atendam às necessidades dos dois tipos de estrutura de relatórios (externos e internos).

Os itens a seguir (3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3) caracterizam detalhadamente o Sistema de Contabilidade por Fundos, o plano de contas utilizado pelo sistema e os relatórios contábeis externos e internos.

³⁴ Financial reporting should provide information about an organization's economic resources, obligations, and net resources. That information helps resource providers and others identify the organization's financial strengths and weaknesses, evaluate information about the organization's performance during the period . . . , and assess its ability to continue to render services.

3.4.1 Sistema de Contabilidade por Fundos

Conforme descrito no item 2.3, as Fundações de Apoio apresentam características particulares que geram procedimentos contábeis específicos através dos quais associam a contabilidade privada com a contabilidade pública. Preocupado com as especificidades das entidades sem fins lucrativos, o FASB declara que:

Entidades sem fins lucrativos necessitam demonstrações financeiras que diferem em suas formas e conteúdos. Por exemplo, muitos hospitais, associações de classe, e organizações de pessoas fornecem uma demonstração de posição financeira e uma demonstração de atividades (ou demonstração de recursos e despesas) que reportam suas posições financeiras e resultados das operações da entidade no todo. Ao contrário das universidades, museus, organizações religiosas, e outras organizações não governamentais que muitas vezes fornecem demonstrações financeiras reportando a posição financeira e mudanças na posição financeira de fundos de grupos individuais, mas muitos não revelam a posição financeira e resultados provenientes das operações da entidade como um todo (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.1, tradução livre).³⁵

Os projetos públicos gerenciados pelas Fundações e formalizados através de convênios têm sua execução administrativo-financeira, instrumentos regulatórios e restritivos provenientes da normatização Pública. Já os projetos formalizados através de contratos, ou até mesmo convênios celebrados para execução de projetos privados, na grande maioria dos casos, não sofrem tais restrições. Surge então o dilema de se imaginar qual dos procedimentos contábeis aplicáveis ao setor. Público ou Privado ?

³⁵ Not-for-profit organizations currently provide financial statements that differ in their form and content. For example, most hospitals, trade associations, and membership organizations provide a statement of financial position and a statement of activities (or statement of revenues and expenses) that report their financial position and results of operations for the entity as a whole. In contrast, universities, museums, religious organizations, and certain other not-of-profit organizations often provide financial statements that report the financial position and changes in financial position of individual fund groups, but many do not report financial position and results of operations for the entity as a whole.

A resposta à questão pode partir do entendimento do conceito de Fundo que segundo, Kerrigan (1969, p.494), corresponde a:

[...] uma entidade fiscal e contábil independente com um conjunto de balanços próprios referentes a um conjunto de contas específicas que registram caixa e/ou outros recursos juntamente com todas as responsabilidades relacionadas, obrigações, reservas e ações que são segregadas com objetivo de conduzir atividades específicas ou de alcançar determinados objetivos de acordo com regulamentações especiais, restrições, ou limitações [...](tradução livre).³⁶

Ao considerar um fundo como uma entidade contábil, Kerrigan (1969, p.18) faz uma comparação com o setor com fins lucrativos evidenciando a multiplicidade contábil que uma contabilidade por fundos deve contemplar:

Diferente de uma empresa capitalista uma empresa governamental ou sem fins lucrativos, possui tipicamente mais de um fundo. Cada fundo é criado com o objetivo exposto por lei, contrato, ou ação administrativa. Cada fundo é uma entidade contábil – uma questão de planejamento financeiro, controle e contabilidade em separado, segue-se um conceito geralmente aceito de um fundo como uma entidade contábil: Um fundo é uma soma de dinheiro ou outros recursos separados para conduzir uma atividade específica ou atingir um objetivo determinado, de acordo como os termos da autoridade sob a qual ela é criada e que constitui uma entidade contábil independente (tradução livre, grifos acrescentados).

³⁷

Segundo Esken e Jensen (1996, p.809-810), nos casos específicos de contabilidade por fundos para entidades sem fins lucrativos, deve ser utilizado um sistema de contabilidade que proporcione as interações entre o regime de caixa e o regime de competência.

³⁶ Na independent fiscal and accounting entity with a self-balancing set of accounts recording cash and/or other resources together with all related liabilities, obligations, reserves, and equities which are segregated for the presuppose of carrying on specific activities or attaining certain objectives in accordance with especial regulations, restrictions, or limitations[...].

³⁷ Unlike a business enterprise, a government or nonprofit enterprise typically has more than one fund. Each fund is an accountable entity – the subject of separate financial planning, control, and accounting. Following is a generally accepted concept of a fund as an accountable entity: A fund is a sum of money or other resources separated for carrying on a specific activity or attaining a specific objective, in accordance with the terms of authority under which it is created, and constituting an independent accounting entity.

Na legislação brasileira, esse mecanismo é contemplado através do art. 73 da lei 4.320/64 ao estabelecer: “[...] Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.” (BRASIL, 1964).

Entende-se que os conceitos acima descrevem claramente a realidade das atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio e como os diversos projetos por ela gerenciados devem ser tratados, ou seja, como um “FUNDO”, que deve ser contabilizado, controlado e gerenciado individualmente, independentemente da sua natureza.

No Brasil, ao tratar de sistema de contabilidade das entidades sem fins lucrativos, Paes (2000, p.285) destaca:

As origens dos recursos das entidades sem fins lucrativos são variadas: doações, contribuições, subvenções públicas, contratos ou convênios com órgãos públicos ou privados. Muitos desses recursos têm destinação específica (temporária ou permanente), seja por determinação do repassador de recurso ou por deliberação de órgão da própria entidade. Dessa restrição surge a necessidade de controlar separadamente a aplicação dos recursos, abrindo contas patrimoniais e de resultado, segregando os “fundos” em função de sua natureza, origem ou finalidade [...]. Dessa segregação, surgirá um demonstrativo contábil para cada fundo e um outro consolidado. Este último agregará todos os fundos e representará o patrimônio da entidade em sua totalidade.

A partir dos conceitos, percebe-se a clara necessidade de as Fundações de Apoio contarem com um sistema de Informação Contábil que registre as transações a partir de uma metodologia de contabilidade por fundos, uma vez que essa metodologia oferece o diferencial de se adequar tanto à contabilidade pública como a contabilidade privada. Tal flexibilidade é decorrente da contabilização individual de cada fundo, levando em consideração um plano de contas único que suporte o registro das transações de projetos públicos e privados.

Como são contabilizadas separadamente, as informações específicas de cada projeto são geradas mais oportunamente e de uma forma mais confiável em decorrência da geração individual de relatórios, que facilitam o processo de conciliação das contas e prestação de contas dos projetos.

3.4.2 O Plano de contas das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior

Conforme descrito no item anterior, as Fundações de Apoio processam os registros das transações nos dois prismas da contabilidade: Pública e Privada. A condição estabelecida gera a necessidade da utilização de um plano de contas que acompanhe essa dinâmica transacional.

Um conceito clássico de Plano de Contas é descrito por Sá e Sá (1983, p.321): “Conjunto de normas e intitulações sobre contas, adrede estabelecido, destinado a servir de guia e modelo para os trabalhos de registro e demonstração dos fatos patrimoniais [...]”

Em uma visão sistêmica, Riccio (1989, p.109) define o plano de contas como: “E uma estrutura numérica hierárquica inerente ao método das partidas dobradas e que define os critérios de tratamento dos dados dentro do Sistema de Informação Contábil.”. O mesmo autor (1989, p.109) ainda descreve os aspectos que norteiam as características do plano de contas:

O técnico Contábil – parte do princípio de subdivisão do Patrimônio da Empresa, nos seus múltiplos ciclos e também da Equação Básica da Contabilidade [...]. Como um guia para a classificação, arquivo e acesso aos registros contábeis nos Sistemas de Informação Contábil por computador. De fato, a estrutura numérica adotada no Plano de Contas é uma característica que favorece a utilização do Sistema de Informação Contábil por Computador, integrada ao subsistema de Banco de Dados [...]. O plano de contas também pode ser usado como a base do Sistema de Contabilidade por áreas de responsabilidade. (grifos acrescentados)

O processo de Sistema de contabilidade por áreas de responsabilidade permite o controle, consolidação, registro das transações, demonstrativo e avaliação de desempenho individual para cada área de responsabilidade, podendo ser plenamente utilizado em um sistema de contabilidade por fundos para as Fundações de Apoio.

Essa analogia ainda pode ser confirmada a partir do comentário de Barry (1982 apud RICCIO, 1989, p.110) “[...] A importância desses códigos é muito clara: eles facilitam sobremaneira o acúmulo, a análise, a sumarização e a emissão de relatórios contábeis de acordo com as responsabilidades [...]” (grifos acrescentados).

No caso das Fundações, as responsabilidades são claras, pois apesar do gerenciamento Administrativo-Financeiro dos Projetos serem da Fundação, a responsabilidade para autorização dos gastos é inerente à coordenação de cada projeto. Em outras palavras, a coordenação é a ordenadora de despesa do(s) projeto(s) sob sua responsabilidade.

Percebe-se claramente a importância do plano de contas no produto final do Sistema de Informação Contábil. A partir de relação existente entre a estruturação do plano de contas e a utilidade das demonstrações financeiras para as entidades sem fins lucrativos, o FASB apontou algumas informações básicas que podem melhorar a qualidade das demonstrações:

(a) Reportar ativos e passivos em grupos racionalmente homogêneos e seqüenciá-los ou classificá-los de forma que supram uma informação relevante sobre suas inter-relações, liquidez, e flexibilidade financeira. (b) Classificar e reportar ativos líquidos em três grupos – permanentemente restritos, temporariamente restritos, e irrestritos – baseado na existência ou falta de restrição na imposição da doação e na natureza dessas restrições. (c) Agregar itens de receitas, despesas, ganhos, e perdas em grupos racionalmente homogêneos e classificá-los e reportá-los com aumentos ou diminuições em permanentemente restritos, temporariamente restritos, ou ativos líquidos irrestritos. (d) Classificar e reportar recebimentos e pagamentos de caixa como resultado de investimentos, financiamentos, ou atividades operacionais (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.29, tradução livre).³⁸

Quanto à classificação das despesas das entidades sem fins lucrativos, o FASB recomenda a evidenciação nas demonstrações financeiras ou em notas explicativas, a seguinte classificação funcional³⁹, que pode ser percebida através da própria demonstração financeira, ou através de notas explicativas: “(a) classificação funcional, (b) classificação natural, (c) classificação funcional ou natural conforme opção da organização, ou (d) classificação funcional e natural.” (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.23, tradução livre).⁴⁰

³⁸ (a) Report assets and liabilities in reasonably homogeneous groups and sequence or classify them in ways that provide relevant information about their interrelationships, liquidity, and financial flexibility. (b) Classify and report net assets in three groups – permanently restricted, temporarily restricted, and unrestricted – based on the existence or absence of donor imposed restrictions and the nature of those restrictions. (c) Aggregate items of revenues, expenses, gains, and losses into reasonably homogenous groups and classify and report them as increases in permanently restricted, temporarily restricted, or unrestricted, net assets. (d) Classify and report cash receipts and cash payments as resulting from investing, financing, or operating activities.

³⁹ Similar à classificação funcional-programática da contabilidade pública

⁴⁰ (a) functional classification, (b) natural classification, (c) either functional or natural classification at the option of the organization, or (d) both functional and natural classification.

Entende-se que é interessante, tanto para prestar contas quanto para a tomada de decisão, que as demonstrações financeiras, levando em consideração um volume de informações necessárias, sejam o mais completas possível. Um plano de contas estruturado utilizando a classificação da despesa proposta pelo FASB poderia gerar informações segmentadas interessantes.

Numa visão mais sistêmica, os conceitos convergem para a necessidade da existência de Sistema Integrado de Informação Contábeis, cuja base seja um plano de contas único, que possibilite o controle isolado de cada fundo (projeto), da Fundação de Apoio Propriamente dita e o consolidado de todos os fundos (projetos) com o da Fundação.

Um exemplo de como poderiam ser estruturados alguns elementos do ativo circulante em um plano de contas para as Fundações de Apoio é apresentado no quadro a seguir:

x - Classe		
x.x - Grupo		
x.x.x - Subgrupo		
x.x.x.x - Elemento		
x.x.x.x.x - Subelemento		
x.x.x.x.x.xx - Item		

1	ATIVO	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	
1.1.1	Disponível	
1.1.1.1	Disponível em Moeda Nacional	
1.1.1.1.1	Caixa	
1.1.1.1.1.01	Fundo Fixo de Caixa	
1.1.1.1.1.01.01	C/C	<input type="text" value="Cód Projeto"/> + <input type="text" value="CPF do Resp."/>
1.1.1.1.2	Bancos c/ Movimento	
1.1.1.1.2.01	Banco do Brasil	

Quadro 3 - Modelo estruturado de plano de contas para Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES

Observa-se que na conta de registro das transações, existem dois mecanismos de controle: Código do Projeto e CPF do responsável.

O código do projeto identifica o fundo (projeto) que compete à transação de suprimento de fundos, enquanto que o CPF do responsável corresponde ao responsável (suprido) vinculado ao projeto que deverá prestar contas do suprimento de fundos.

Um plano de contas na íntegra que poderia ser utilizado para as Fundações de Apoio é apresentado no APÊNDICE-B.

3.4.3 As principais Demonstrações Contábeis a serem divulgadas pelo Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior

A Resolução nº 837/99 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica -NBC T nº 10-4, que dispõe sobre os Aspectos Contábeis Específicos das Fundações, na qual estabelece para estas entidades o dever de elaborar as seguintes Demonstrações Contábeis: “[...] Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1999).

A NBC T nº 10-4 do CFC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1999) trata dos ajustes nas nomenclaturas das demonstrações contábeis. Uma vez que, pela própria natureza, estas entidades não visem ao lucro, a resolução propôs que a conta Capital seja substituída pela conta Patrimônio Social e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados seja substituída pela Conta Superávits ou Déficits Acumulados. A norma ainda recomenda que a denominação da Demonstração do Resultado seja alterada para Demonstração do Superávit ou Déficit, a qual deve evidenciar a composição do resultado de um determinado período e que a denominação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido seja alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

Além das demonstrações contábeis, a NBC T nº 10-4 estabelece, ainda, a elaboração de notas explicativas que forneçam informações que afetam os resultados das Fundações de acordo com sua natureza (patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social), como segue:

(a) as principais atividades desenvolvidas pela Fundação;(b) as principais práticas contábeis adotadas;(c) os investimentos relevantes efetuados no período e os anteriormente existentes; (d) a origem e natureza das principais doações e outros recursos de valor significativo;(e) os detalhes dos financiamentos a longo prazo;(f) os detalhes das contingências na data do encerramento do exercício e dos prováveis efeitos futuros (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1999).

Ao sintetizar os aspectos das demonstrações financeiras para as entidades sem fins lucrativos, contidas no *Statement of Financial Accounting Standards*⁴¹ n° 117 (*Statement 117*) do FASB, Larsen (1999, p.735) descreve que as mesmas devem demonstrar: “[...] uma demonstração de posição financeira, uma demonstração de atividades, uma demonstração de fluxo de caixa e notas para essas demonstrações financeiras.” (tradução livre)⁴²

Vale salientar que a demonstração de posição financeira é o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Atividades engloba os dados inerentes à Demonstração do Superávit ou Déficit e a Demonstração do Patrimônio Social.

Ao confrontar as recomendações do CFC e do FASB, percebe-se, no geral, uma convergência nos elementos informacionais das demonstrações financeiras. No entanto, o FASB, apesar de não fazer referência a demonstrações financeiras com atributos iguais aos da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, recomenda uma demonstração de Fluxo de Caixa - que tem um maior potencial gerencial - como necessária para este tipo de entidade.

Sobre o propósito das demonstrações financeiras elaboradas pelo Sistema de Informação Contábil, incluindo as notas explicativas, o FASB estabelece que devem gerar informações sobre:

- (a) A quantidade e natureza dos ativos da organização, passivos, e patrimônio líquido; (b) Os efeitos das transações e outros eventos e circunstâncias que mudam a quantidade e natureza dos ativos líquidos; (c) A quantidade e os tipos de saídas e entradas dos recursos econômicos durante um período e a relação entre as entradas e saídas; (d) Como uma organização obtém e gasta caixa, seus empréstimos e amortização de empréstimos, e outros fatores que podem afetar sua liquidez; (e) Os serviços realizados de uma organização (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.2, tradução livre).⁴³

⁴¹ Termo em inglês significa Padrões de Demonstrativos de Contabilidade Financeira.

⁴² Financial statement of nonprofit organizations shall be a statement of financial position, a statement of activities, a statement of cash flows, and note to the financial statements.

⁴³ (a) The amount and nature of an organization’s assets, liabilities, and net assets; (b) The effects of transactions and other events and circumstances that change the amount and nature of net assets; (c) The amount and kinds of inflows and outflows of economic resources during a period and the relation between the inflows and outflows; (d) How an organization obtains and spend cash, its borrowing and repayment of borrowing, and other factors that may affect its liquidity; (e)The service efforts of an organization.

Até o momento, percebe-se uma sintonia dos órgãos regulamentadores (CFC e FASB) a respeito do conteúdo das informações financeiras. No entanto, o FASB descreve com maior coerência alguns dispositivos não contemplados pelo CFC que garantem a utilidade das informações para a tomada de decisão e prestação de contas conforme será discutido nos itens a seguir.

Destaca-se ainda que as demonstrações financeiras que serão comentadas a seguir necessitam retratar relevância e confiabilidade dos elementos demonstrados em seu conteúdo para que possam ser úteis para os usuários internos e/ou externos.

3.4.3.1 Balanço Patrimonial (Demonstração de Posição Financeira)

O balanço patrimonial é o instrumento básico em que a Fundação evidencia todo o patrimônio que está sob seu controle .

De acordo com Norma Brasileira de Contabilidade Técnica -NBC T nº 03 do CFC, o balanço patrimonial pode ser conceituado como: “[...] a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1991).

Destacando a relevância do Balanço Patrimonial, Assaf Neto (2002, p.58) descreve:

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

Ao reportar a respeito do conteúdo informacional do Balanço Patrimonial das entidades sem fins lucrativos, o FASB informa:

[...] uma demonstração de posição financeira deve prover informação relevante sobre os ativos, passivos, e patrimônio líquido de uma organização. Informação que ajuda os fornecedores e outros usuários a identificarem as forças e fraquezas financeiras, avaliarem suas performances durante um certo período (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.31, tradução livre).⁴⁴

Numa abordagem mais estrutural sobre o balanço, Larsen (1999, p.735), ao aclarar o *Statement 117* do FASB, assinala: “[..] O demonstrativo de posição financeira deve reportar as quantidades totais de cada um das três classes de ativos líquidos da organização: permanentemente restritos, temporariamente restritos, e irrestritos.” (tradução livre)⁴⁵

A recomendação trata de um Balanço Patrimonial estruturado com base em um sistema de contabilidade por fundos, conforme já discutido no item 3.4.1.

3.4.3.2 Demonstração de Superávit ou Déficit (Demonstração de Atividades).

A demonstração de superávit ou déficit de uma Fundação de Apoio corresponde ao instrumento básico no qual se evidencia o seu resultado social proveniente do desenvolvimento de suas atividades e manutenção de sua estrutura de produção de serviços de Gerenciamento de Projetos.

⁴⁴ [...] a statement of financial position (balance sheet) should provide relevant information about an organization's assets, liabilities, and net assets. Information that helps resource providers and others identify the organization's financial strengths and weaknesses, evaluate its performance during the period, and assess its ability to continue to render services is relevant.

⁴⁵ The statement of financial position shall report the amounts for each of the three classes of the organization's net assets: permanently restricted, temporally restricted, and unrestricted.

De acordo com a NBC T nº 03 do CFC, a demonstração de superávit ou déficit pode ser conceituada como:

[...] a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade. [...] evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1991).

Numa abordagem mais estrutural, Larsen (1999, p.735), ao comentar o *Statement 117* do FASB, destaca a seguinte afirmação sobre demonstração das atividades:

[...] (4) A demonstração de atividades deve reportar a quantidade de mudanças no ativo líquido para o período em conta como ***mudanças no Ativo ou mudanças no patrimônio líquido***. (5) A demonstração de atividades deve reportar a quantidade de mudanças em cada grupo das três classes do ativo líquido: restritos permanente, restritos temporariamente, e irrestritos. (6) A demonstração de atividades deve reportar os totais brutos de receitas e despesas da organização, exceto as receitas de investimentos que devem ser reportadas nas receitas líquidas e ganhos e perdas na alienação de ativos devem ser reportados pelo valor líquido. (7) A demonstração de atividades ou uma nota deve reportar despesas por classificação funcional tais como serviços programados e serviços de suporte (tradução livre).⁴⁶

Assim como no balanço patrimonial, o FASB ressalta a necessidade de segmentação das informações de cada categoria de Fundo: permanentemente restrito, temporariamente restrito e irrestrito.

⁴⁶[...] (4) The statement of activities shall report the amount of the change in the organization's net assets for the period with a caption such as **changes in net assets in or change in equity**. (5) The statement of activities shall report the amount of the changes in each of the three classes of the organization's net assets: permanently restricted, temporally restricted, and unrestricted. (6) The statement of activities shall report gross amounts revenues and expenses of the organization, expect that investment revenues may be reported net of expenses and gains or losses on disposal of plant assets may be reported net. (7) The statement of activities or a note thereto shall report expenses by functional classifications such as program services and supporting services.

3.4.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social evidencia a composição do patrimônio social de uma Fundação em um determinado período, identificando as movimentações e variações entre as contas do patrimônio social da Fundação.

A NBC T nº 03 do CFC conceitua a demonstração das mutações do patrimônio social como “[...] a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1991).

O FASB não faz referência específica a este demonstrativo. No entanto o potencial informacional do demonstrativo é suprido por outras recomendações informacionais contidas na demonstração de atividades.

3.4.3.4 Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

A demonstração de origens e aplicações de recursos visa a evidenciar como o fluxo de origem e aplicações de recursos afetam o capital circulante líquido da Fundação.

A NBC T nº 03 do CFC conceitua a demonstração das origens e aplicações da seguinte forma: “A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1991).

Ao reportar sobre a utilidade da Demonstração de origens e aplicações de recursos em um sentido amplo, Assaf Neto (2002, p.93) informa que é o demonstrativo que “[...] permite a identificação clara dos fluxos financeiros que aumentaram ou reduziram o capital circulante líquido, indicando suas origens (origens dos recursos que elevaram o capital circulante líquido) e aplicações (aplicações dos recursos que diminuíram a capital circulante líquido).”

O FASB não elabora pronunciamentos específicos para a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, por entender que estas já são contempladas pelo Fluxo de Caixa.⁴⁷

3.4.3.5 Fluxo de Caixa Real

As receitas decorrentes das atividades desenvolvidas pelas Fundações de Apoio são de caráter sazonal, uma vez que estes recursos são provenientes de taxa de administração dos projetos gerenciados, doações ou alguns resultados de aplicações financeiras. Daí surge a necessidade de um controle do fluxo de entradas e saídas no caixa da Fundação, através de um Fluxo de Caixa que gerem informações úteis para a tomada de decisão.

Embora não exista uma omissão legal da obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração do fluxo de caixa, diversas afirmações destacam sua importância para o processo de tomada de decisões financeiras de curto prazo nas entidades conforme relaciona-se a seguir:

No contexto de atividade financeira, Assaf Neto e Silva (2002, p.40) afirmam que o fluxo de caixa se destaca por ser: “[...] um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa. Gerencialmente, é indispensável ainda em todo o processo de tomada de decisões financeiras.”

O primeiro argumento proposto pelo FASB, ao recomendar a elaboração demonstração de fluxo de caixa parte do seguinte pressuposto: “O principal objetivo de uma demonstração de fluxo de caixa é fornecer informação relevante sobre os recebimentos de caixa e pagamentos de caixa de uma organização durante um determinado período.” (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.10, tradução livre, grifos acrescentados).⁴⁸

⁴⁷ SFAC 95

⁴⁸ The primary purpose of a statement of cash flows is to provide relevant information about the cash receipts and cash payments of an organization during a period.

O FASB ainda informa, de uma maneira geral, alguns elementos informacionais que poderiam ser considerados como informações relevantes fornecidas pelo fluxo de caixa:

Informações financeiras devem fornecer informação sobre as quantidades e os tipos de entradas e saídas de recursos durante um período. Deve distinguir fluxos de recursos que mudam os recursos líquidos, como uma entrada de caixa ou contribuições e saídas de caixa com salários, daquelas que não mudam os recursos líquidos, como empréstimos ou construções de prédios. Ela também deve identificar receitas e despesas de recursos restritos. [...]. Informações Financeiras devem fornecer informação sobre como uma organização obtém e gasta caixa ou outros recursos líquidos, sobre seus empréstimos e amortizações de empréstimos, e sobre outros fatores que podem afetar a sua liquidez (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1993b, p.19, tradução livre).⁴⁹

Sobre a possibilidade de captação dos dados para a elaboração do fluxo de caixa, Assaf Neto e Silva (2002, p.40) informam o seguinte: “[...] Dependendo evidentemente da qualidade do controle e complexidade de atuação da empresa, os dados financeiros necessários para a elaboração do fluxo de caixa podem ser levantados segundo outros critérios pelos analistas internos, inclusive a partir de sistemas de informações *on-line*.” (grifos acrescentados).

A citação antecedente destaca a importância de um sistema de informações que processe em modo *on-line* para captar as informações necessárias para elaboração do fluxo de caixa.

Apesar da sazonalidade, na captação de receitas, os fluxos financeiros decorrentes de pagamentos e recebimentos é uma característica constante, através dos pagamentos e recebimentos relativos aos projetos (fundos) que as Fundações gerenciam.

Com base no arcabouço anterior, pode-se destacar a obrigatoriedade, não legal, mas informacional do processamento e divulgação da demonstração de fluxo de caixa a partir de um sistema de informação contábil.

⁴⁹ Financial reporting should provide information about the amounts and kinds of inflows and outflows of resources during a period. It should distinguish resource flows that change net resources, such as inflows of fees or contributions and outflows for wages and salaries, from those that do not change net resources, such as borrowings or purchases of buildings. [...].Financial reporting should provide information about how an organization obtains and spends cash other liquid resources, about its borrowing and repayment of borrowing, and about other factors that may affect its liquidity.

3.4.3.6 Fluxo de Caixa Projetado (orçado)

Assim como o fluxo de caixa real, o fluxo de caixa projetado (orçado) pode gerar informações úteis para a tomada de decisão, e necessita dos mesmos elementos informacionais e instrumento de captação que o fluxo de caixa real. A diferença básica está em uma maior potencialidade do fluxo de caixa orçado gerar informações relevantes para a tomada de decisão.

De um modo bem objetivo, Almeida (1998, p.106) distingue demonstração de fluxo de caixa de fluxo de caixa projetado:

O fluxo de caixa é documentado pela “demonstração de fluxo de caixa”, que mostra as transações passadas em determinado período de tempo, e o “orçamento de caixa ou fluxo de caixa projetado”, instrumento de planejamento empresarial que fornecem estimativas das futuras entradas e saídas de caixa, para um dado horizonte temporal [...].

Ao discorrer a respeito de orçamento (projeção) de fluxo de caixa como um dos elementos do sistema orçamentários para avaliação econômica, Silva (1999, p.7) o define como: “[...] um instrumento que propicia condições de detectar se o somatório de ingressos e o somatório de desembolsos no período projetado irá apresentar escassez de recursos.”

A própria definição de orçamento de fluxo de caixa já evidencia a sua qualidade de funcionar como uma espinha dorsal do planejamento financeiro (planejamento de disponibilidades). Nesta condição, Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p.544) destacam: “O Orçamento de caixa é uma ferramenta indispensável para o planejamento financeiro de curto prazo. Permite ao administrador financeiro identificar necessidades (e oportunidades) financeiras de curto prazo.”

Ainda sob a ótica do planejamento financeiro, Martins e Assaf Neto (1986, p.301) descrevem que:

[...] a necessidade de manter um controle mais acurado na disponibilidade de uma empresa é determinada pelo objetivo de ajustar a manutenção de um saldo de caixa que atenda aos motivos de transação, precaução e especulação [...], sem que isso ocasione ao mesmo tempo uma ociosidade (inatividade) dos recursos.

Nas Fundações de Apoio, os gestores se deparam freqüentemente com decisões financeiras de curto prazo. Geralmente os mesmos têm que decidir sobre a contratação de colaboradores para a Fundação ou para os projetos gerenciados pela Fundação, sobre a realização de investimentos em ativos fixos e, a mais comum para as Fundações de Apoio, que a decisão de quando realizar uma aplicação financeira e quanto será o valor aplicado. A utilidade do Fluxo de Caixa Orçado na tomada de tais decisões é corroborada por diversos autores no qual destaca-se a seguir:

Numa perspectiva voltada para a administração de caixa, Martins e Assaf Neto (1986, p.303) destacam que “[...] é necessário ressaltar que uma administração eficiente de caixa prevê também, decisões de aplicações financeiras de recursos temporariamente inativos.”

Sendo mais focado no orçamento de caixa, Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p.547) enfatizam:

O administrador financeiro pode utilizar o orçamento de caixa para identificar necessidades de financiamento de curto prazo. O orçamento de caixa diz ao administrador que montante de recursos é necessário, ou que aplicações temporárias serão possíveis [...].

O mesmo pensamento é corroborado por Sanvicente e Santos (1983, p.156) ao afirmarem que: “[...] a preparação da projeção do fluxo de caixa permite a identificação dos excessos de caixa e possibilita a análise prévia das alternativas da aplicação desses excedentes.”

Sanvicente e Santos (1983, p.160), ainda fazem inferências a respeito do usuário da informação do saldo projetado de caixa da seguinte forma:

A projeção dos saldos de caixa poderá demonstrar que, em determinado mês, o saldo será negativo, ou que haverá excessos de caixa; quando isto acontece, é função do tesoureiro verificar as fontes alternativas para a obtenção dos fundos adicionais exigidos, e tomar as primeiras providências que se fizerem necessárias, ou, no caso de superávits excessivos, recomendar as melhores formas de aplicação desses recursos.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade substantiva de as Fundações de Apoio em possuírem um Subsistema Orçamentário que possua um módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa que gerem informações úteis para a tomada de decisões financeiras de curto prazo.

3.4.3.7 Demonstrativos para controle e prestação de contas dos Projetos

Conforme descrito no item 2.3, existem alguns projetos, cuja fonte de recursos é pública, que são gerenciados pelas Fundações que exigem demonstrativos específicos para a prestação de contas, tais como a conciliação bancária, balanços orçamentário e balanço financeiro.

Conciliação Bancária

No item 2.3.2 transcreve-se o artigo 28 da Instrução Normativa da STN – 01/97 que exige a conciliação bancária, quando for o caso de existirem pagamentos em trânsito até a data do vencimento do projeto.

A Conciliação Bancária é de extrema importância para a prestação de contas de projetos, pois funciona como um poderoso instrumento de controle interno das entradas e saídas de recursos financeiros.

Alguns projetos têm sua vigência expirada antes que todos os pagamentos e recebimentos sejam devidamente registrados pelo banco,. Neste caso, somente após a conciliação bancária é que se chega ao verdadeiro saldo financeiro do projeto.

Além da sua importância na composição do saldo bancário, a conciliação serve como ferramenta de ajuda para controlar todas as operações realizadas através do Banco, quer que seja de pagamentos, recebimentos, ou até mesmo os resultados provenientes das aplicações financeiras, garantindo, portanto, uma maior confiabilidade da informação contábil.

Balanco Orçamentário

O item 2.3.2 aborda ainda a necessidade de um plano de trabalho que integre a aplicação para os projetos gerenciados pela Fundação. No caso dos projetos gerenciados pelas Fundações, o plano de aplicação é delineado a partir do estabelecimento dos valores propostos à fixação dos gastos.

Kohama (1999, p.16) conceitua balanço orçamentário como:

[...] um quadro de duas seções, em que se distribuem não só as “receitas previstas” no orçamento, como também as “realizadas” e, identicamente, as “despesas fixadas” e as “realizadas”, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e realizado, e o déficit ou superávit.

Ao comentar a respeito dos fundos especiais aplicáveis a órgãos autônomos (projetos públicos gerenciados pelas Fundações), Petri (2002, p.3) aborda:

Para estes, no orçamento da entidade governamental onde o Fundo é instituído, tem-se sempre da mesma forma, a receita e despesa, respectivamente, prevista e fixada e em igual valor. Suas despesas são detalhadas em orçamento interno do próprio fundo, que corresponde ao seu Plano de Aplicação, aprovado geralmente por um colegiado de conselheiros do próprio fundo.

Em suma, o balanço orçamentário dos projetos é composto pelas receitas estabelecidas no cronograma de repasse, juntamente com a execução do plano de aplicação e sua obrigatoriedade na prestação de contas está intrínseca tendo em vista o controle da execução orçamentária do projeto.

Balanço Financeiro

O balanço financeiro corresponde a uma espécie de fluxo de caixa dos projetos. Nesse contexto, Kohama (1999, p.17) conceitua balanço financeiro como:

[...] um quadro de contabilidade com duas seções, “receita” e “despesa”, em que se distribuem entradas e saídas de numerário, demonstram-se as operações de tesouraria e de dívida pública e igualam-se as duas somas com os “saldos de caixa” (disponível), o inicial e o existente.

Segundo Petri (2002,p.3), os fundos institucionais ou especiais (projetos públicos) gerenciados pelas fundações devem, nas suas prestações de contas, observar o que segue:

As contas são prestadas mensalmente mediante elaboração de um balancete financeiro que incorpora todas suas operações de recebimento (por regime de caixa) e os pagamentos (por regime de competência, podendo a nota de empenho, se assim dispuser a legislação específica, ser emitida pelo total de despesa executada no mês). (grifos acrescentados)

O cronograma de desembolso juntamente com o plano de aplicação constituem instrumentos essenciais para a administração do fluxo de caixa do projeto, pois possibilita ao seu coordenador programar-se para efetuar os pagamentos em sincronia com os recebimentos.

Pode-se considerar que os aspectos teóricos delineados neste item, juntamente com os do item 2 (Fundações), tratam de aspectos proeminentes para a avaliação dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior.

No item seguinte, descreve-se o relacionamento desses aspectos teóricos à realidade empírica das Fundações de Apoio vinculadas às IFES, partindo de uma verificação da contemplação de seus Sistemas de Informação Contábil nos enquadramentos preconizados pelo arcabouço teórico.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Introdução

Do universo de 25 Fundações de Pesquisa vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior situadas no Nordeste do Brasil, após a devida validação das respostas, foram analisados 23 questionários respondidos, correspondente a 92% da população, visando à solução do problema proposto pela pesquisa. Vale salientar que todos os resultados que deram origem às tabelas e gráficos deste capítulo foram produzidos a partir dos dados coletados nos 23 questionários.

Com o objetivo de facilitar a operacionalização da análise, foram agrupadas as questões em sete blocos que caracterizam pontos de análise que sustentam as variáveis e hipótese de pesquisa estabelecida na apresentação da pesquisa (item 1.4). A saber:

- (a) o primeiro bloco visa a confirmar alguns dados de identificação evidenciados na PORTARIA INTERMINISTERIAL 2.089/97-MEC/MCT (BRASIL, 1997a) bem como identificar o tempo de atividade de cada Fundação de Pesquisa;
- (b) o segundo bloco visa a identificar o grau de aderência dos respondentes com as atividades da Fundação ou com o assunto pesquisado;
- (c) o terceiro bloco possibilita analisar elementos não financeiros e financeiros que geram um diagnóstico sobre a evolução das Fundações de Pesquisa dos anos de 1997 até 2002 e suas perspectivas a partir de 2003;
- (d) o quarto bloco busca detectar a existência de Sistemas de Informação Contábil e seu funcionamento em termos de integração sistêmica, entradas, processamento, módulos básicos, componentes informacionais básicos e saídas, que foi subdividido em 5 etapas:
 - (d.1) a primeira etapa do quarto bloco, visa identificar o nível de processamento das transações e a avaliação individual do processamento das transações proporcionadas pelos sistemas das Fundações de Apoio às IFES;
 - (d.2) na segunda etapa, descreve-se como estão funcionando os Sistemas de Informação Contábil em termos de integração sistêmica;
 - (d.3) a terceira etapa identifica os módulos básicos que compõem o sistema e suas respectivas importâncias no processo de tomada de decisão da entidade;

- (d.4) na quarta etapa, identifica-se os componentes informacionais básicos: contabilidade financeira e contabilidade gerencial e os confronta com o resultado da segunda etapa (integração sistêmica);
- (d.5) na quinta e última etapa do quarto bloco, descrevem-se os relatórios de saídas dos sistema que visam ao processo de tomada de decisão e ao processo de prestação de contas.
- (e) o quinto bloco visa a identificar se os sistemas contemplam a metodologia de controle, registro e consolidação contábil baseado na “contabilidade por fundos”;
- (f) o sexto bloco tem como objetivo identificar a potencialidade dos módulos (subsistema) que compõem o Sistemas de Informação Contábil (módulo financeiro/contábil e módulo de orçamento de fluxo de caixa da Fundação) gerarem informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas; a avaliação deste bloco foi subdividida em cinco etapas:
- (f.1) a primeira etapa refere-se a uma análise geral da utilidade da informação;
- (f.2) a segunda etapa refere-se a uma análise individual de cada subsistema do Sistema de Informação Contábil para cada elemento da relevância (Valor Preditivo, Oportunidade e Valor como *feedback*);
- (f.3) a terceira etapa refere-se a uma análise individual de cada subsistema do Sistema de Informação Contábil para cada elemento da Confiabilidade (Fidelidade de representação, Verificabilidade e Neutralidade).
- (f.4) na quarta etapa, descreve-se a utilidade da informação gerada pelo sistema a partir do confronto dos resultados da primeira etapa (relevância) com os da segunda (confiabilidade) e consolidam-se para subsidiar as conclusões finais (item 5).

4.2 Análise dos dados

4.2.1 Análise do Primeiro Bloco – Elementos de Identificação das Fundações

Conforme evidenciado no item anterior, o primeiro bloco de questões está vinculado a alguns pontos de identificação das Fundações, tais como: Nome da Fundação, Sigla da Fundação, Localização, Vinculação Institucional/IFES e Data de constituição da Fundação, este último correspondendo ao único ponto que ainda não era conhecido até o processo de análise dos dados.

De um total de 25 Fundações de Pesquisa vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior situadas no Nordeste do Brasil que estão credenciadas pelo MEC (PORTARIA INTERMINISTERIAL 2.089/97-MEC/MCT – ANEXO-A), oito estão localizadas no Estado da Bahia, correspondendo a 32,0 % do total, uma no Estado de Sergipe, correspondendo a 4% do total, uma no Estado de Alagoas, também correspondendo a 4% do total, duas no Estado de Pernambuco, correspondendo a 8,0% do total, quatro no Estado da Paraíba, correspondendo a 16,0% do total, três no Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 12,0% do total, uma no Estado do Ceará, correspondendo a 4,0% do total, três no Estado do Piauí, correspondendo a 12% do total e, por último, duas no Estado do Maranhão, correspondendo a 8% do total.

Das oito Fundações visitadas na Bahia, foram obtidos seis questionários respondidos, apesar do expressivo percentual de respostas (75% das visitadas), a diferença corresponde justamente ao total de não respondentes na pesquisa. As novas composições quantitativas e percentuais das Fundações, levando em consideração as que responderam o questionário, é a seguinte:

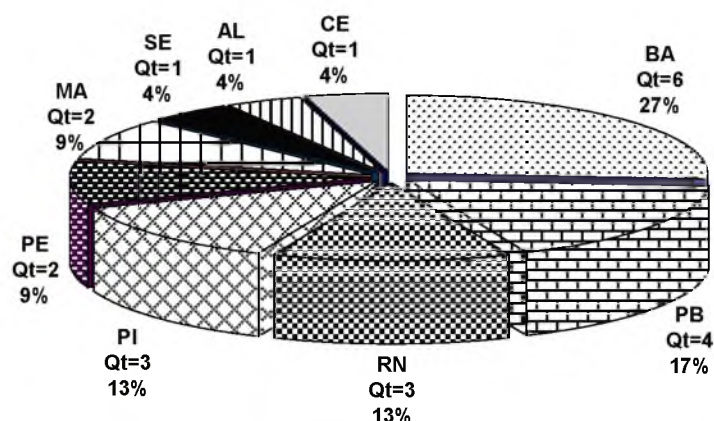


Gráfico 1 - Distribuição das Fundações Respondentes por Unidade da Federação

Das 23 Fundações da região, 78,3% são vinculadas às Universidades, 17,4% vinculadas aos Centros de Ensino Tecnológico e 4,3% vinculadas às Instituições Isoladas. Este aspecto fica mais interessante de ser analisado quando confrontado com a faixa de ano em que as Fundações foram constituídas conforme tabela a seguir.

Tabela 1 - Vinculação Institucional por faixa de ano de constituição da Fundação

IFES	Faixa de ano de constituição								Total	
	até 1932		De 1961 até 1976		de 1976 Até 1989		Acima de 1989			
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Universidades	1	4,3%	2	8,7%	8	34,8%	7	30,4%	18	78,3%
Centros de Ensino Tecnológico							4	17,4%	4	17,4%
Instituições Isoladas			1	4,3%					1	4,3%
Total	1	4,3%	3	13,0%	8	34,8%	11	47,8%	23	100,0%

Observa-se claramente que a constituição de Fundações de Pesquisa vinculadas às IFES é um processo bastante recente, uma vez que grande parte das Fundações de Pesquisa iniciaram suas atividades a partir de 1989. Vale salientar que todas as Fundações Vinculadas aos Centros de Ensino Tecnológico são entidades que foram constituídas recentemente. Esse fato se explica pelo motivo de terem sido criados a partir de 1993, através da Lei 8.711 (28.09.93), que transformou as antigas “Escolas Técnicas Federais” em Instituições Federais de Ensino Superior⁵⁰.

⁵⁰ (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA, 2003).

4.2.2 Análise do Segundo Bloco – Aderência dos Respondentes dos Questionários

Questão de Análise 01: Qual a posição hierárquica do(s) respondente(s) - (pode ser assinalada mais de uma alternativa)?

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Diretor Financeiro | <input type="checkbox"/> Diretor Administrativo | <input type="checkbox"/> Controller |
| <input type="checkbox"/> Contador(a) | <input type="checkbox"/> Chefe de Área/Grupo | <input type="checkbox"/> Superintendente |
| <input type="checkbox"/> Outra Posição: Especificar _____ | | |

O resultado da questão ressalta o percentual dos respondentes por posição hierárquica da fundação, na qual pode-se realizar uma análise preliminar à aderência do respondente com os elementos dispostos no questionário de pesquisa.

Nas Fundações de pesquisa, o dirigente máximo é Superintendente ou Secretário Executivo, conforme a nomenclatura utilizada em cada Fundação.

Durante as visitas realizadas nas 25 Fundações existentes no Nordeste, foi constatado que geralmente o Superintendente/Secretário Executivo é assessorado diretamente por um Diretor Financeiro e/ou Diretor Administrativo que, por sua vez, são assessorados pelos Chefes de Área (Grupo) e pela Contabilidade.

Como o questionário não foi endereçado para um cargo específico, o pesquisador sempre se reportava ao dirigente máximo da Fundação, para que o mesmo autorizasse e indicasse a pessoa habilitada para o responder, por entender que tal atitude serviria como um facilitador para assegurar uma maior aderência do respondente ao conteúdo do questionário, bem como agilizar o seu preenchimento.

O resultado da questão, bem como sua análise serão relatados juntamente com a análise da questão a seguir (questão de análise 02).

Questão de Análise 02: Qual a formação acadêmica do(s) respondente(s) ?

Após a categorização da questão aberta para os 23 questionários respondidos, chega-se ao grupo de variáveis composto pelas seguintes áreas de formação acadêmica: Contabilidade, Administração, Engenharia, Economia e Serviço Social.

O resultado das questões de análise 01 e 02 pode ser observado e analisado através do gráfico exposto a seguir.

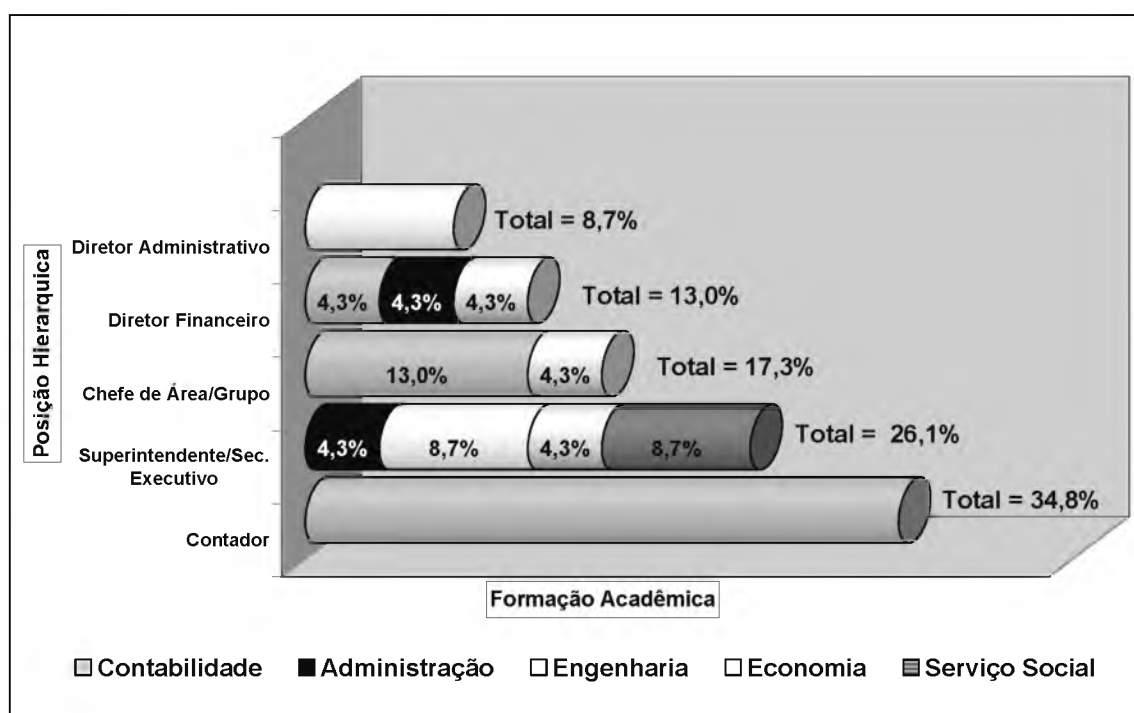


Gráfico 2 - Posição Hierárquica x Formação Acadêmica

Dos 23 questionários respondidos, observa-se que 47,8% (8,7%+13,0%+26,1%) dos respondentes são gestores de elevada posição hierárquica da Fundação. O fato é explicado pela ação do pesquisador em procurar inicialmente o dirigente máximo da Fundação que estava presente no momento da visita, e somente quando o mesmo não respondia o questionário é que repassava para outro gestor, geralmente de nível hierárquico inferior.

Outro ponto importante a destacar é a participação dos profissionais de Formação Contábil (52,5%) e áreas afins à Contabilidade, como Administração (8,6%) e Economia (12,9%), perfazendo um total de 74% de respondentes habilitados plenamente para responder o questionário.

Quanto ao restante (26%), apesar de não serem da área contábil ou afim, encontram-se em posições hierárquicas de alto escalão, com profundo conhecimento da Fundação, elevado poder de decisão e, conseqüentemente, são principais usuários das informações, possibilitando, portanto, uma plena aderência com o objeto da pesquisa.

4.2.3 Análise do Terceiro Bloco – Evolução das Fundações

Questão de análise 03: Qual a quantidade de projetos (convênios, contratos, acordos e protocolo de intenção) administrados em...?								
Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D	Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D	Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

Um dos parâmetros que mede a carga de trabalho dos colaboradores da Fundação e, conseqüentemente, a necessidade de utilização do Sistema de Informação Contábil é a quantidade de serviços prestados pela Fundação, neste caso, representado pelo gerenciamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A partir das informações fornecidas, foram distribuídas as respostas por classe, identificado o maior resultado de um ano para os projetos gerenciados entre 1997 e 2002, chegando-se, com isso, à seguinte distribuição de freqüência:

Tabela 2 - Freqüência de quantidade máxima de projetos gerenciados em um ano (1997-2002) por faixa

Classe	Freq.	% Válido	% Acum.
N/D	1	4,35%	4,35%
de 1 até 129	15	65,20%	69,55%
de 130 até 257	4	17,40%	86,95%
de 258 até 386	1	4,35%	91,30%
de 387 até 514	1	4,35%	95,65%
Acima de 514	1	4,35%	100,00%
Total válido	23	100,0%	

Os percentuais auferidos mostram uma tendência das Fundações em gerenciarem uma quantidade de projetos inseridos na primeira faixa. Isoladamente, a informação não demonstra um crescimento no volume de atividades.

Para se ter uma visão do crescimento da atividade fundacional, é necessário totalizar a quantidade de projetos gerenciados individualmente, ao ano, pelas Fundações, chegando-se ao somatório da quantidade de projetos gerenciados ano a ano para todas as Fundações do Nordeste do Brasil. A tabela a seguir evidencia os resultados da evolução das Fundações em detrimento da quantidade de Projetos gerenciados.

Tabela 3 - Evolução da quantidade de projetos gerenciados pelas fundações ente 1997 e 2002

Ano	Período ⁵¹	Quantidade de Projetos Administrados	
		Quantidade em Unidades	% Crescimento acumulado em relação a 1997
1997	n= -5	1.250	
1998	n= -4	1.694	35,5%
1999	n= -3	1.837	47,0%
2000	n= -2	1.991	59,3%
2001	n= -1	2.120	69,6%
2002	n= 0	2.410	92,8%
Total		11.302	
Crescimento médio mensal (ao ano)			18,6%

Apesar de a maior frequência estar na primeira classe, conforme mostra a análise individual descrita anteriormente, no geral, as fundações obtiveram um crescimento anual médio de 18,6% a.a e um crescimento acumulado no ano de 2002 de 92,8%, quando comparado com a quantidade de projetos gerenciados no ano de 1997.

Uma tendência de crescimento anual pode ser observada ao se utilizar a ferramenta de regressão linear simples para detectar se o crescimento da quantidade de projetos é explicado pela variável tempo.

Utilizando a “Ferramenta Regressão” do *Microsoft Excel 2002*[®], chega-se ao resultado a seguir:

⁵¹ Para facilitar a análise, utilizou-se o período de 2002 como base (n=0), e os períodos que antecedem é igual a (n-1), logo 2001 = -1, 2000 = -2, e assim sucessivamente.

Tabela 4 - Resultados da regressão do Excel para a quantidade de projetos gerenciados ano a ano

RESUMO DOS RESULTADOS

Estatística de regressão

R múltiplo	0,97617512
R-Quadrado	0,95291786
R-quadrado ajustado	0,94114732
Erro padrão	96,0682297
Observações	6

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MO</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	747.169	747.169	80,96	0,0008447
Resíduo	4	36.916	9.229		
Total	5	784.085			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	2.400	70	34,52	0,000004
Variável X 1	207	23	9,00	0,000845

O resultado mostra que cerca de 95% da quantidade anual de projetos gerenciados pela Fundações é explicado pela seguinte equação:

$$\text{Quantidade de Projetos a Gerenciar no período (n)} = 2.400 + (n \times 207)$$

Logo, a previsão da quantidade de projetos para serem gerenciados em 2003, seria:

$$\text{Quantidade de Projetos a Gerenciar no período (1)} = 2.400 + (1 \times 207) = 2.607 \text{ projetos}$$

Como existe uma tendência comprovada estatisticamente do volume de projetos, os Sistemas de Informação Contábil devem estar preparados para absorver tal crescimento, e serem capazes de processar cada vez mais um maior volume de transações que possam se tornar em informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.

Questão de análise 04: Qual o montante de recursos financeiros gerenciados em...?								
Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

Outro parâmetro que, além de refletir na carga de trabalho dos colaboradores da Fundação, exige um maior controle no processamento das transações e efetividade do Sistema de Informação Contábil é o montante de recursos financeiros gerenciados pela entidade.

A partir das informações fornecidas, e utilizando-se do mesmo procedimento ao descrito anteriormente, quando foram distribuídas as respostas por classe, foi identificado o maior resultado de um ano para os montantes de recursos gerenciados entre 1997 e 2002, chegando-se a seguinte distribuição de frequência:

Tabela 5 - Frequência de quantidade máxima de recursos financeiros gerenciados em um ano (1997-2002) por faixa

Classe	Freq.	% Válido	% Acum.
N/D	3	13.00%	13.00%
de R\$ 1 até R\$ 26.416.174	14	60.90%	73.90%
de R\$ 26.416.175 até R\$ 52.832.348	2	8.70%	82.60%
de R\$ 52.832.349 até R\$ 79.248.523	2	8.70%	91.30%
de R\$ 79.248.524 até R\$ 105.664.697	1	4.35%	95.65%
Acima de R\$ 105.664.697	1	4.35%	100.00%
Total válido	23	100.0%	

Analisando os resultados, entende-se a similaridade dos resultados desta questão em relação à questão anterior, pois existe uma tendência de o montante de recursos financeiros sofrer uma variação diretamente proporcional à quantidade de projetos gerenciados em cada ano. A afirmativa pode ser validada se for utilizado um teste de correlação utilizando a “Ferramenta Correlação” do *Microsoft Excel 2002*[®].

Tabela 6 - Resultado proporcionado pelo Excel da correlação entre quantidade de projetos e recursos financeiros

	Coluna 1	Coluna 2
Coluna 1	1	
Coluna 2	95.0%	1

Para se ter uma visão do crescimento no gerenciamento de recursos por parte das Fundações, foi identificado o montante de recursos financeiros gerenciados anualmente por cada Fundação, chegando-se ao somatório do montante de recursos financeiros gerenciados

ano a ano para todas as Fundações do Nordeste do Brasil. A tabela a seguir evidencia os resultados da evolução a valores históricos.

Tabela 7 - Evolução dos recursos financeiros gerenciados pelas Fundações ente 1997 e 2002

Ano	Período	Recursos Financeiros Administrados	
		Valores Em R\$	% Crescimento acumulado em relação a 1997
1997	n=-5	165.572.090	
1998	n=-4	242.615.435	46,5%
1999	n=-3	250.064.866	51,0%
2000	n=-2	325.207.362	96,4%
2001	n=-1	422.147.012	155,0%
2002	n= 0	525.067.453	217,1%
Total		1.930.674.218	
Crescimento médio mensal (ao ano)			43,4%

Uma questão importante a considerar é a perda do poder aquisitivo da moeda em comparações financeiras anuais. Neste sentido, Bierman Jr. e Drebin (1979, p.331) relatam:

De forma a tratar os efeitos causados pela mudança no nível de preços é necessário ter algumas maneiras de medir o nível de preço. Poderíamos querer utilizar um índice de nível de preço geral que considera os preços de todos os produtos e serviços numa data específica e compara-os com os preços dos produtos e serviços de um período base estabelecido. Ao índice no período base pode ser atribuído o valor 100, e o valor do índice em qualquer outro período será proporcional ao índice do período básico, dependendo dos preços relativos dos produtos e serviços dos dois períodos.

A tabela 7 proporciona uma visão da evolução do gerenciamento de recursos financeiros a valores históricos. No entanto, é pertinente fazer uma comparação da evolução levando em consideração a mudança nível de preço ano a ano, com base no ano de 2002, utilizando o IPCA – IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003) acumulado anual para avaliar o nível de reajuste dos preços dos produtos ou serviços utilizados pelas Fundações. Após a atualização para o ano de 2002, chega-se aos seguintes resultados:

Tabela 8 - Evolução das recursos financeiros gerenciados pelas fundações ente 1997 e 2002 considerando a inflação

Ano	IPCA-IBGE	Período	Recursos Financeiros Administrados	
			Valores em R\$ atualizados para 2002 pelo IPCA	% Crescimento acumulado em relação a 1997
1997	5,22%	n=-5	247.700.081	
1998	1,65%	n=-4	339.353.056	37,0%
1999	8,9%	n=-3	321.069.199	29,6%
2000	5,97%	n=-2	394.024.658	59,1%
2001	7,67%	n=-1	475.042.033	91,8%
2002	12,53%	n= 0	525.067.453	112,0%
Total			2.302.256.479	
Crescimento médio mensal (ao ano)				22,4%

A fim de se testar a validade da atualização dos valores financeiros, calcula-se novamente a correlação, utilizando a “Ferramenta Correlação” do *Microsoft Excel 2002*[®], utilizando, agora, os valores atualizados até 2002. O resultado é o seguinte:

Tabela 9 - Resultado proporcionado pelo Excel da correlação entre quantidade de projetos e recursos financeiros considerando os efeitos da inflação

	Coluna 1	Coluna 2
Coluna 1	1	
Coluna 2	95,6%	1

Observa-se que a correlação aumentou sensivelmente em 0,6%, comprovando uma maior validade de uma análise sob a perspectiva de valor presente dos Recursos Financeiros Gerenciados.

Percebe-se que o percentual de crescimento médio mensal reduz-se quase à metade, quando é considerado o valor corrigido pela taxa de inflação ano a ano. Mesmo com a redução, um crescimento médio anual é bastante significativo, uma vez que existe uma tendência de crescimento nos próximos anos que pode ser explicada pela regressão linear simples, calculada pela “Ferramenta Regressão” do *Microsoft Excel 2002*,[®] a qual apresenta o seguinte resultado:

Tabela 10 - Resultados da regressão do *Excel* para a quantidade de recursos financeiros gerenciados ano a ano considerando os efeitos da inflação

RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,970875378
R-Quadrado	0,942599
R-quadrado ajustado	0,92824875
Erro padrão	27531432,11
Observações	6

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	4,9788E+16	4,979E+16	65,6851969	0,001260013
Resíduo	4	3,03192E+15	7,58E+14		
Total	5	5,282E+16			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	517.056.502	19.925.788	25,95	0,000013
Variável X 1	53.338.836	6.581.271	8,10	0,001260

O resultado mostra que cerca de 94% do Montante total de Recursos gerenciados pelas Fundações é explicado pela seguinte equação:

$$\text{Montante de Recursos Financeiros a Gerenciar no período } (n) = 517.056.502 + (n \times 53.338.836)$$

Logo o montante de recursos financeiros previstos para serem gerenciados em 2004 é igual a:

$$\text{Montante de Recursos Financeiros a Gerenciar no período } (2) = 517.056.502 + (2 \times 53.338.836)$$

$$= \$ 623.734.174$$

Caso os resultados da regressão sejam comprovados ano a ano, o comportamento do volume financeiro gerenciado pelas Fundações a partir de 2003 pode ser demonstrado conforme tabela a seguir:

Tabela 11 - Comportamento do gerenciamento de recursos financeiros a partir de 2003

Ano	n	Previsão do Montante de Recursos Financeiros a Gerenciar no ano	% de Crescimento em relação ao ano anterior
2003	1	570.395.338	8,6%
2004	2	623.734.174	9,4%
2005	3	677.073.010	8,6%
2006	4	730.411.845	7,9%
2007	5	783.750.681	7,3%
2008	6	837.089.517	6,8%
2009	7	890.428.352	6,4%
2010	8	943.767.188	6,0%
2011	9	997.106.024	5,7%
2012	10	1.050.444.860	5,3%
2013	11	1.103.783.695	5,1%
⋮	⋮	⋮	⋮
2023	21	1.637.172.053	3,4%
2024	22	1.690.510.888	3,3%
2025	23	1.743.849.724	3,2%

Como se observa na tabela, existe uma tendência de o montante de recursos financeiros gerenciados pelas Fundações de Apoio às IFES no Nordeste do Brasil crescer anualmente. No entanto, a taxa de crescimento decresce sensivelmente ano após ano.

Questão de análise 05: Qual a quantidade de colaboradores da Fundação (funcionários, estagiários, bolsistas etc):?								
Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

A questão nos mostra uma perspectiva à quantidade de usuários em potencial dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações, conforme tabela de distribuição de frequência apresentada a seguir:

Tabela 12 - Freqüência de quantidade máxima de colaboradores em um ano (1997-2002) por faixa

Classe	Freq.	% Válido	% Acum.
N/D	3	13,00%	13,00%
de 1 até 229	11	47,90%	60,90%
de 230 até 458	3	13,00%	73,90%
de 459 até 687	2	8,70%	82,60%
de 688 até 916	2	8,70%	91,30%
Acima de 916	2	8,70%	100,00%
Total válido	23	100,00%	

Conforme os dados da tabela, as Fundações são entidades que contam com a participação de diversos colaboradores para o desenvolvimento de suas atividades, chegando a alcançar níveis de geração de empregos diretos e indiretos quando comparado ao de certas empresas de grande porte.

A explicação do resultado pode ser associada à necessidade individual de cada projeto contar com um volume de colaboradores adequado para o desenvolvimento da atividade de ensino, pesquisa ou extensão.

É importante observar a evolução da quantidade total de colaboradores das Fundações desde o ano de 1997 para se ter idéia do crescimento médio mensal do nível de colaboradores da Fundação conforme apresentado a seguir.

Tabela 13 - Evolução da quantidade de colaboradores das fundações ente 1997 e 2002

Ano	Período	Quantidade de Colaboradores	
		Quantidade Em Unidades	% Crescimento acumulado em relação a 1997
1997	-5	2.937	
1998	-4	6.559	123,3%
1999	-3	6.222	111,8%
2000	-2	6.563	123,5%
2001	-1	7.499	155,3%
2002	0	10.428	255,1%
Total		40.208	
Crescimento médio mensal (ao ano)			51,0%

Conforme apresenta a tabela, os usuários em potencial dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações crescem substancialmente ano a ano, reforçando as análises das

questões anteriores que identificam claramente o crescimento substancial das atividades direcionadas às Fundações de Apoio vinculadas às IFES no Nordeste do Brasil.

4.2.4 Análise do Quarto Bloco – Sistema de Informação Contábil

A questão inicial do bloco visa a identificar, de maneira geral, a existência de um Sistema de Informação Contábil que funcione numa perspectiva gerencial proporcionando, assim, informações para a tomada de decisão e prestação de contas, conforme o descrito a seguir:

Questão de Análise 06: A fundação dispõe de um sistema integrado de informação gerencial que proporcione o processamento dos dados resultantes de todas as suas atividades (assinalar apenas uma alternativa)?

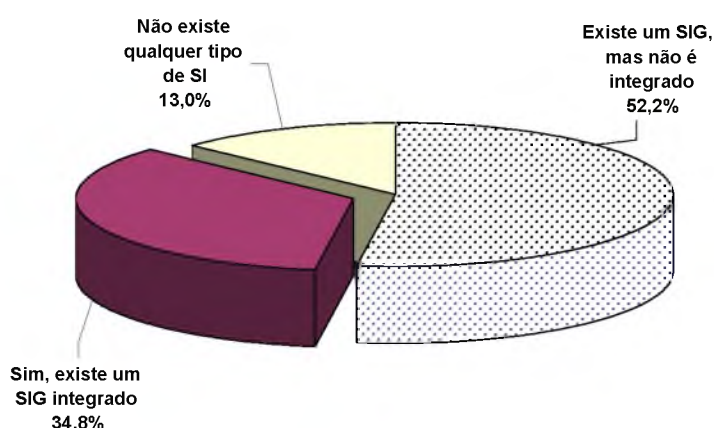
- Sim, existe um sistema estruturado de acordo com a pergunta.
- Sim, mas o sistema não é integrado, ou seja, os dados são consolidados isoladamente para uma ou outra atividade e/ou grupo de atividades e, em seguida, trabalhados separadamente conforme as necessidades específicas de cada usuário da informação através de planilhas eletrônicas e/ou processo manual.
- Não existe qualquer tipo de sistema de informação (caso este quesito seja assinalado, favor encerrar o preenchimento do questionário aqui).

Como se observa, a questão faz referência ao “sistema integrado de informação gerencial”. No entanto, a afirmativa apontada no referencial teórico enfatiza que o Sistema de Informação Contábil é o principal elemento do Sistema de Informação Gerencial - muitas vezes, um chega até a sobrepor outro, o que foi confirmado no momento da validação do questionário piloto.

Entende-se que apesar de a pesquisa focar no Sistema de Informação Contábil, e o fato de o pesquisador só identificar o respondente, e conseqüentemente a sua formação, no momento em que o questionário foi devidamente preenchido, tornou-se prudente utilizar a nomenclatura mais abrangente - Sistema de Informação Gerencial - para indicar as Fundações que possuem Sistema Integrado de Informação Contábil, conforme resultado apresentado na tabela e gráfico a seguir:

Tabela 14 – Distribuição do Sistema de Informação Gerencial

	Freq.	%	% Acum.
Sim, existe um SIG integrado	8	34,8%	34,8%
Existe um SIG, mas não é integrado	12	52,2%	87,0%
Não existe qualquer tipo de SI	3	13,0%	100,0%
Total	23	100,0%	

**Gráfico 3 - Composição das Respostas existência de Sistema de Informação Gerencial (SIG)**

Dos 23 questionários respondidos, 34,8% indicaram a existência de um Sistema Integrado de Informações Gerenciais que proporciona o processamento dos dados resultantes de todas as atividades da Fundação e, 48,0% informaram que, apesar de existir um Sistema de Informações Gerenciais, o mesmo não se encontra integrado.

A informação é um dos componentes fundamentais do Sistema Empresa que, em sintonia com os demais conceitos estabelecidos no referencial teórico, deixam claro o diferencial competitivo proporcionado pela existência de um Sistema de Informação Contábil, logo as três Fundações em que não existe qualquer tipo de Sistema de Informação, representando 13% das entrevistadas, estão plenamente sensíveis ao descontrole informacional e plenamente impossibilitadas de converterem dados em informações, pois há uma inobservância plena em um dos postulados fundamentais do Sistema Empresa das Fundações que é responsável pelo suporte a todas as etapas do processo de gestão (Planejamento, Execução e Controle).

Com a fragilidade do processo de gestão, os gestores ficam desprovidos de dados financeiros e operacionais da entidade, impossibilitando o delineamento e validação de políticas estratégicas, estabelecimento do plano operacional, e a avaliação do desempenho organizacional realizada através do controle. Em outra perspectiva de usuário da informação, os demais colaboradores da entidade sofrem restrições na execução de suas atividades pela falta de registro das informações pertinentes aos eventos e de dados dos eventos decorrentes das transações.

4.2.4.1 Primeira etapa do quarto bloco – Processamento das Transações

A fim de confirmar o processamento de algumas atividades das Fundações, bem como o processamento de alguns demonstrativos financeiros proporcionados pelos Sistemas de Processamento de Transações que integram o Sistema de Informação Contábil, foi estruturada a questão a seguir:

Questão de Análise 07: Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, assinale, nos espaços abaixo, que tipos de dados são processados (pode ser assinalada mais de uma alternativa):

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Compras/serviços internacionais | <input type="checkbox"/> Mensalidades de cursos de especialização |
| <input type="checkbox"/> Execução dos Planos de Aplicação | <input type="checkbox"/> Alterações de planos de aplicação |
| <input type="checkbox"/> Fluxo de Caixa Projetado (orçado) | <input type="checkbox"/> Compras/serviços nacionais |
| <input type="checkbox"/> Controle de taxas de Administração | <input type="checkbox"/> Fluxo de Caixa real |
| <input type="checkbox"/> Exportação de produtos e serviços | <input type="checkbox"/> Conciliação das contas |
| <input type="checkbox"/> Controle de folha de pagamento | <input type="checkbox"/> Contas a Receber |
| <input type="checkbox"/> Informações operacionais do projeto (dados de coordenadores etc) | <input type="checkbox"/> Contabilidade |
| <input type="checkbox"/> Cadastro de fornecedores, prestadores de serviços e bolsistas | <input type="checkbox"/> Pagamentos |
| <input type="checkbox"/> Controle de empréstimos entre projetos | |

Os resultados da questão em frequência e em percentual do processamento de cada elemento é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 15 - Frequência de Processamento das Atividades e Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Elementos (Atividades/Demonstrativos)	Frequência e percentual das Fundações que processam os elementos	
	Freq.	%
Contabilidade	20	87,0%
Pagamentos	19	82,6%
Controle de folha de pagamento	17	73,9%
Controle de taxas de Administração	16	69,6%
Cadastro de fornecedores, prestadores de serviços e bolsistas	15	65,2%
Contas a Receber	14	60,9%
Compras/serviços Nacionais	12	52,2%
Conciliação das contas	12	52,2%
Informações operacionais do projeto	11	47,8%
Mensalidades de cursos de especialização	11	47,8%
Controle de empréstimos entre projetos	9	39,1%
Fluxo de Caixa real	9	39,1%
Execução dos Planos de Aplicação	8	34,8%
Alterações de planos de aplicação	7	30,4%
Compras/serviços internacionais	6	26,1%
Fluxo de Caixa Projetado	6	26,1%
Exportação de produtos e serviços	1	4,3%
Total das Fundações Respondentes	23	100,0%

Como se observa, apenas 13% (100%-87%) das Fundações não possuem pelo menos o processamento de informações contábeis. O percentual corresponde justamente às três Fundações que não possuem qualquer tipo de Sistema de Informação.

Quanto à execução do plano de aplicação, apenas 34,8% das Fundações processam tais informações através de mecanismos de controles específicos.

Outro ponto que merece destaque é a ausência generalizada do processamento de Exportação de produtos e serviços por parte das Fundações, perfazendo um total de apenas 4,3%, correspondente a somente uma Fundação.

Entende-se que todas as Fundações devem processar os dados contábeis, pois, conforme regulamentação destacada no referencial teórico, é recomendável a apresentação de demonstrações, cuja evidenciação é obrigatória para estas entidades.

Um outro resultado nos mostra uma visão geral do nível de processamento das transações nas Fundações de Apoio, conforme tabela a seguir:

Tabela 16 - Nível de processamento das transações por faixa

	Freq.	% Válido	% Acum.
Não existe SI	3	13,0%	13,0%
até 30%	2	8,8%	21,8%
de 31% a 50%	5	21,7%	43,5%
de 51% a 70%	8	34,8%	78,3%
acima de 70%	5	21,7%	100,0%
Total	23	100,0%	

O resultado já sinaliza uma deficiência generalizada no processamento das transações, uma vez que apenas 21,7% das Fundações estão processando mais de 70% dos elementos contemplados na pesquisa. Nas avaliações a seguir, o assunto será melhor discutido.

A partir dos resultados pode-se ainda realizar uma avaliação individual de alguns Sistemas de Processamento de Transações que subsidiam o Sistema de Informação Contábil em confronto com o que está delineado no referencial teórico.

O Subsistema de projetos deve ser capaz de processar dados relativos aos Planos de Trabalhos que norteiam a execução dos projetos gerenciados pelas Fundações, logo informações operacionais do projeto, alterações do plano de aplicação e execução do plano de aplicação, tornam-se imprescindíveis para um funcionamento adequado do sistema.

A tabela a seguir confronta o processamento de informações operacionais dos projetos, processamento de alterações do plano de aplicação e processamento da execução do plano de aplicação.

Tabela 17 - Processamento de informações operacionais dos projetos x Alterações e execução do plano de aplicação

Alterações e execução do plano de aplicação	Informações Operacionais dos Projetos		Total
	Processa	Não Processa	
Processa a alteração e a execução	22,7%	8,7%	30,4%
Processa somente a execução	4,4%		
Não processa nenhum dos dois	22,7%	43,5%	69,6%
Total	47,8%	52,2%	100,0%

O resultado mostra uma tendência de apenas 22,7% das Fundações em contemplarem um Processamento das transações dos projetos adequadamente, logo em 77,3% (100% - 22,7%) o sistema de contabilidade financeira não consegue captar as informações financeiras

que servirão como norte para a execução financeira, nem as demais informações necessárias para o processo de prestação de contas.

Quanto ao subsistema de Recursos Humanos, além de receber o reflexo da ausência do processamento das informações operacionais dos projetos, nas quais estão inseridos os cadastros das equipes que compõem cada projeto, deve-se observar também o reflexo financeiro dos colaboradores através de um controle da folha de pagamento, conforme tabela a seguir:

Tabela 18 - Processamento das informações operacionais dos projetos x processamento da folha de pagamento

Controle da Folha de Pagamento	Informações Operacionais dos Projetos		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	43,5%	30,4%	73,9%
Não Processa	4,3%	21,8%	26,1%
Total	47,8%	52,2%	100,0%

A contabilidade da maioria das Fundações (73,9%) consegue captar as informações da folha de pagamento, no entanto percebe-se uma provável ineficiência (apenas 43,5%) do fornecimento de informações sobre folha de pagamento para a gestão de Recursos Humanos, que pode afetar negativamente o processo de prestação de contas.

Apesar de todas as Fundações que processam dados de pagamento processarem também as compras/serviços nacionais, o mesmo não acontece com o processamento de compras/serviços internacionais nem com o controle da folha de pagamento, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Tabela 19 - Processamento dos pagamento x processamento de compras mat./serv. Internacionais

Compras/serviços Internacionais	Pagamentos		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	21,7%	4,4%	26,1%
Não Processa	60,9%	13,0%	73,9%
Total	82,6%	17,4%	100,0%

Como se observa, em 60,9% das Fundações, um Subsistema de Pagamentos não conseguiria captar as informações de compras/serviços internacionais, podendo gerar ineficiências no planejamento financeiro por falta de informações inerentes às importações (câmbio, despesas alfandegárias etc.).

O processamento dos pagamentos é o que apresenta frequência mais satisfatória (82,6%). Apesar do percentual satisfatório, o subsistema de Contas a Pagar sofre reflexos da ineficiência de outros subsistemas, pois o mesmo capta do subsistema de compras de materiais e serviços e importações os valores referentes a gastos com as aquisições de materiais e serviços e seus respectivos prazos de pagamentos e capta ainda do subsistema de recursos humanos os valores e datas de pagamentos dos diversos colaboradores da Fundação.

Quanto ao subsistema de recursos humanos, chega-se à seguinte tabela:

Tabela 20 - Processamento dos pagamentos x processamento da folha de pagamento

Controle da Folha de Pagamento	Pagamentos		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	69,6%	4,4%	74,0%
Não Processa	13,0%	13,0%	26,0%
Total	82,6%	17,4%	100,0%

Além de uma possível ineficiência de um subsistema de contas a pagar captar os dados relativos às compras/serviços internacionais, o mesmo acontece com os dados da folha de pagamento, porém em percentual inferior, uma vez que 13% das Fundações não estão processando informações de folha de pagamento para subsidiar o processamento de contas a pagar. Assim, como na situação anterior, esta deficiência de captação pode refletir no planejamento financeiro das Fundações.

O subsistema de contas a receber monitora o fluxo de entrada de fundos aos agentes financiadores dos projetos conforme o cronograma de repasse armazenado no subsistema de projetos. Logo se faz necessário um controle das taxas de administração da Fundação com o objetivo de maximizar o controle de receita da entidade.

Uma avaliação do processamento de contas a receber das Fundações pode ser realizada através do cruzamento entre o controle da taxa de administração dos projetos e o processamento de contas a receber conforme demonstrado a seguir:

Tabela 21 - Processamento de contas a receber x processamento de controle da taxa de administração

Controle de taxa de administração	Contas a receber		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	52,2%	17,4%	69,6%
Não Processa	8,7%	21,7%	30,4%
Total	60,9%	39,1%	100,0%

Somente 52,2% das Fundações têm a capacidade de alimentar um subsistema de Contas a Receber contando com um controle efetivo da taxa de administração. Isto pode dificultar a elaboração de um fluxo de caixa ou até mesmo resultar em perda de Receitas.

No caso dos Cursos de Especialização⁵² que, em alguns casos, são projetos gerenciados pelas Fundações, os agentes financiadores, geralmente, são os alunos dos cursos e/ou a entidade interessada em qualificar seus colaboradores. Logo se trata de uma situação bastante comum que gera receita para a Fundação e merece um controle específico.

Um cruzamento entre o processamento de contas a receber e o controle de mensalidade de Cursos de Especialização estabelece o seguinte resultado:

Tabela 22 - Processamento de contas a receber x Processamento do controle de mensalidade de cursos de especialização

Controle de mens. Curso de Esp.	Contas a receber		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	43,5%	4,4%	47,9%
Não Processa	17,4%	34,7%	52,1%
Total	60,9%	39,1%	100,0%

Apenas 43,5% das Fundações têm a capacidade de alimentar um subsistema de contas a receber contando com um controle efetivo de mensalidade de Curso de Especialização, o que pode dificultar a elaboração de um fluxo de caixa ou, até mesmo, resultar em perda de Receitas provenientes de inadimplência.

Uma atividade não muito comum, mas que pode ser plenamente desenvolvida pelas Fundações, é a exportação de produtos ou serviços que proporcione a transferência para o exterior de tecnologia provenientes das pesquisas desenvolvidas pelas IFES, gerando, portanto entradas de recursos para as Fundações. O resultado do processamento das exportações de produtos ou serviços em confronto com o processamento de contas a pagar é apresentado na tabela a seguir:

⁵² Os cursos de Especialização *lato sensu*, geralmente têm seus gastos gerenciados pelas Fundações de Apoio das Instituições Federais de Ensino Superior no qual estão vinculadas.

Tabela 23 - Processamento de Contas a Receber x Processamento de exportação de produtos ou serviços

Exportação de Produtos/Serviços	Contas a receber		Total
	Processa	Não Processa	
Processa		4.4%	4.4%
Não Processa	60.9%	34.7%	95.6%
Total	60.9%	39.1%	100.0%

Observa-se que nenhuma Fundação que processa contas a receber processa dados relativos à exportação de produtos ou serviços, evidenciando, portanto, um indício de deficiência generalizada em tal processamento.

As carências apontadas no processamento das contas a receber, assim como nas contas a pagar, repercutem em deficiências significativas no processo de comunicação contábil, através de uma possível falta de agilidade no registro das transações de pagamentos e recebimento, na elaboração do fluxo de caixa real e projetado e na prestação de contas.

As compras de materiais e/ou serviços nacionais relativos aos projetos devem acompanhar o que foi estabelecido no plano de trabalho delineado para o projeto, logo é pertinente identificar as Fundações que processam informações de compras e/ou serviços nacionais com base nas informações operacionais do projeto conforme tabela abaixo:

Tabela 24 - Processamento das compras de materiais ou serviços nacionais x Processamento de informações operacionais dos projetos

Informações oper. do projeto	Compras/Serviços nacionais		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	30.5%	17.4%	47.9%
Não Processa	21.7%	30.4%	52.1%
Total	52.2%	47.8%	100.0%

O resultado evidencia que apenas 30,5% das Fundações processam as informações de compras/serviços nacionais baseadas no processamento das informações operacionais dos projetos. O resultado aponta a possibilidade do descontrole do vínculo das compras dos materiais ou serviços com seus respectivos projetos, comprometendo, assim, o processo de prestação de contas.

Outro aspecto que pode ser observado é a economicidade das compras proporcionadas por um cadastro de fornecedores de materiais e de prestadores de serviços com cotações de preços que auxiliem o processo de otimização dos recursos. Um confronto para verificar se os

dados de compras estão sendo processados com base neste cadastro é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 25 - Processamento de compras de materiais ou serviços nacionais x Processamento de Cadastro de Fornecedores

Cadastro de fornec. prest. serv. etc.	Compras/Serviços nacionais		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	43,5%	21,7%	65,2%
Não Processa	8,7%	26,1%	34,8%
Total	52,2%	47,8%	100,0%

O resultado mostra que apenas 43,5% das Fundações estão processando as informações de compras baseadas em um cadastro de fornecedores de materiais e de prestadores de serviços.

Vale salientar que a Contabilidade possivelmente não recebe informações sobre o processamento de compras em 47,8% das Fundações de Apoio, sinalizando, portanto, uma carência da Contabilidade em receber tais informações.

O mesmo procedimento dado ao processamento de compras e/ou serviços nacionais deve ser observado no processamento das importações de produtos ou serviços. As importações geralmente encontram-se delineadas no plano de trabalho dos projetos, logo é necessário realizar-se um confronto do processamento de compras/serviços internacionais com o processamento de informações operacionais dos projetos, conforme tabela a seguir:

Tabela 26 - Processamento das compras de materiais ou serviços internacionais x Processamento de informações operacionais dos projetos

Informações oper. do projeto	Compras/Serviços internacionais		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	21,7%	26,1%	47,8%
Não Processa	4,4%	47,8%	52,2%
Total	26,1%	73,9%	100,0%

Apenas 21,7% das Fundações estão trabalhando as importações baseadas nas informações operacionais dos projetos. Assim como o processamento das compras/serviços nacionais, o resultado apresentado demonstra a possibilidade do descontrole do vínculo das compras dos materiais com seus respectivos projetos, comprometendo também o processo de prestação de contas.

Diferente do processamento das compras/serviços nacionais, as compras/serviços internacionais baseiam-se plenamente em um cadastro de fornecedores e/ou prestadores de serviços.

Resta agora apenas um confronto do processamento de compras/serviços nacionais com exportações de produtos/serviços para identificar quantas Fundações contemplam um subsistema de importação/exportações de produtos ou serviços conforme tabela abaixo:

Tabela 27 - Processamento de compras/serviços internacionais x Processamento de exportação de produtos ou serviços

Exportação de Produtos/Serviços	Compras/Serviços Internacionais		Total
	Processa	Não Processa	
Processa	4.4%		4.4%
Não Processa	21.7%	73.9%	95.6%
Total	26.1%	73.9%	100.0%

Apesar de 26,1% das Fundações contemplarem o processamento das importações, apenas uma Fundação (4,4%) contempla um subsistema que é capaz de processar tanto as importações como as exportações de produtos ou serviços. A provável carência gera deficiência nas informações sobre negociações em moeda estrangeira, o tipo da moeda estrangeira negociada, fechamento de câmbio da moeda na qual a importação ou exportação foi negociada e remessa das divisas, fretes e seguros internacionais obrigatórios, taxas de incorporação no Sistema de Informações de Comércio Exterior do Governo Federal (Siscomex) e prazo de entrega, informações que afetam significativamente o desenvolvimento e contabilização das atividades.

As carências apontadas no processamento de compras de materiais/serviços nacionais e internacionais afetam substancialmente o funcionamento dos subsistemas de Almoxarifado e Patrimônio, por depender substancialmente dos mesmos.

O processamento das informações contábeis pode ficar comprometido substancialmente, uma vez que, conforme o referencial teórico, depende de um processamento adequado de todos os subsistemas de processamento de informações acima descritos. Resta agora realizar uma análise individual do processamento da contabilidade em confronto com o processamento das conciliações, do Fluxo de Caixa Real e do Fluxo de Caixa Projetado, conforme tabela a seguir:

Tabela 28 - Processamento da contabilidade x Processamento de conciliação de contas e fluxo de caixa (real e projetado)

Processa Contabilidade			
Atividade/Demonstrativo	Freq.	% Processa Contabilidade	% Total
Processa Conciliação das Contas	12	60,0%	52,2%
Processa o Fluxo de Caixa Real	9	45,0%	39,1%
Processa o Fluxo de Caixa Projetado	6	30,0%	26,1%

Como se observa, apenas 52,2% das Fundações possuem um Processamento Contábil associado ou processamento das conciliações das contas. Este percentual corresponde a 60% das Fundações que têm processamento contábil.

Quanto ao processamento dos Fluxos de Caixa Real e Projetado, somente 45% e 65%, respectivamente, estão sendo elaborados a partir do processamento contábil. Os resultados sinalizam uma deficiência da contabilidade em processar demonstrativos gerenciais que auxiliam o processo de administração de disponibilidades.

A ausência de processamento dos demonstrativos gerenciais de Fluxo de Caixa das Fundações pode ser causada pela sobrecarga da contabilidade que se encarrega de processar todas as transações sem um pleno suporte dos sistemas processadores de transação discutidos anteriormente.

A contabilidade capta informações de diversos subsistemas de processamento de transações. Como tais informações são indispensáveis para execução e prestação de contas dos projetos gerenciados pelas Fundações, provavelmente, a contabilidade absorve mais esta carga de trabalho.

Uma avaliação da absorção da carga de trabalho do processamento assumida pela contabilidade das Fundações, proveniente de processamento de transações que poderiam ser realizadas por subsistema de processamento de transação específico, pode ser visualizada na tabela a seguir:

Tabela 29 - Avaliação da carga de processamento da contabilidade

	Freq.	% Válido	% Acum.
Não existe SI	3	13,0%	13,0%
Até 15%	3	13,0%	26,0%
De 16% a 30%	1	4,4%	30,4%
De 31% a 45%	5	21,7%	52,1%
De 46% a 60%	7	30,5%	82,6%
Acima de 60%	4	17,4%	100,0%
Total	23	100,0%	

A tabela mostra que, no geral, a carga de trabalho no processamento das transações assumida pela contabilidade é bastante elevada, pelo fato de que em 47,9% (30,5%+17,4%) das Fundações, a contabilidade provavelmente estará processando uma carga adicional de pelo menos 46% das transações que poderiam ser desenvolvidas por sistemas específicos.

4.2.4.2 Segunda etapa do quarto bloco – Integração Sistêmica

As duas questões a seguir, juntamente com a questão de análise 06, serão analisadas conjuntamente, visando a descrever o funcionamento do Sistema de Informação Contábil quanto à integração sistêmica.

Conforme estabelecido no item 3.2.4 do referencial teórico, uma integração adequada só é possível quando existem duas condições: Integração Física e Integração Funcional.

Uma questão desta análise visa a identificar a integração física a partir do processamento das transações, conforme indicado a seguir:

Questão de Análise 08: Como são processados os dados assinalados na questão anterior (assinalar apenas uma questão)?

- Através de sistema informatizado.
- Parte através de planilhas eletrônicas e parte via sistema informatizado.
- Parte através de planilhas eletrônicas, parte manualmente e parte via sistema informatizado.
- Todo o processamento é efetuado manualmente.

A questão visa a identificar como são processadas as transações utilizadas pelo Sistema de Informação Contábil. O processamento das transações realizadas pelos subsistemas integrantes do sistema de informação das Fundações indica uma provável integração física entre estes e a contabilidade. Caso algumas ou todas as transações não sejam realizadas pelo próprio sistema, sendo processadas através de planilhas eletrônicas ou processo manual, sinaliza a carência de uma integração física adequada e sem a integração física não é possível a integração funcional.

A outra questão visa a avaliar o nível de integração funcional entre os diversos subsistemas do Sistema de Informação Contábil, conforme descrita a seguir:

Questão de Análise 09: Todos os setores da Fundação têm acesso às informações no modo *on-line*, definida na mesma base de dados para os diversos sistemas de informação? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, todos os setores têm acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados.
- Apenas alguns setores têm acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados:
- Não, nenhum setor tem acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados.

O item 3.2.4 do referencial teórico deixa claro o fato de que todos os setores que necessitam da informação estejam abrangidos por um único sistema de informação. Tal condição permite o fornecimento de informações para os diversos setores da Fundação, possibilitando, portanto, a integração funcional.

Entende-se que navegabilidade da informação em modo *on-line* seja a recomendável porque todos os setores estão providos das informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades e tomada de decisão e/ou prestação de contas em tempo real, oportunamente e estruturado em uma única base de dados de todo o sistema.

O resultado da análise conjunta das questões possibilita o entendimento de como os Sistemas de Informação Contábil das Fundações estão funcionando em termos de integração sistêmica categorizada em quatro classes⁵³:

1ª Classe: Sistemas de Informação Contábil que funcionam plenamente integrados – Aqueles que todas as transações são processadas pelo próprio sistema (integração física) e todos os setores tem acesso às informações necessários no modo *on-line* (integração funcional);

2ª Classe: Sistemas de Informação Contábil que funcionam parcialmente integrados – Aqueles que todas ou pelo menos algumas informações são processadas pelo sistema e que no mínimo possibilite o acesso no modo *on-line* para alguns setores;

⁵³ A categorização é baseada nas convergências conceituais de integração delineada no item 3.2.4 do referencial teórico.

3ª Classe: Sistemas de Informação Contábil que funcionam sem integração sistêmica – Aqueles cujos setores não têm acesso às informações necessárias no modo *on-line*, independentemente da forma de processamento;

4ª Classe: Não existe qualquer tipo de SI – Representa as Fundações que responderam a questão de análise 06 informado que não processam qualquer tipo de informação.

Vale salientar que a classificação acima considera a importância do recebimento das informações no modo *on-line* pelos usuários, ou seja, entende-se que apesar de a integração funcional depender da integração física, o objetivo final é uma integração que possibilite o recebimento da forma mais ágil possível pelo usuário.

O cruzamento das questões de análise 06, 08 e 09 gera o seguinte resultado para descrever a integração do Sistema de Informação Contábil das Fundações:

Tabela 30 - Resultado da integração sistêmica a partir dos cruzamento das questões de controle

	Sim Existe	Existe, mas não integrado
	Freq - %Total	Freq - %Total
Processa todas as transações no próprio sistema Todos os setores têm acesso às informações <i>on-line</i> . Apenas alguns setores têm acesso às informações <i>on-line</i> . Nenhum setor tem acesso às informações <i>on-line</i> .	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: black; color: white;">4</div> 17,4% <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">1</div> 4,35%	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">3</div> 13,0% <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">1</div> 4,35%
Processa algumas transações no próprio sistema e outras através de planilhas eletrônicas Apenas alguns setores têm acesso às informações <i>on-line</i> . Nenhum setor tem acesso às informações <i>on-line</i> .	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">2</div> 8,7%	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">3</div> 13,0% <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">2</div> 8,7%
Processa algumas as transações no próprio sistema e outras através de planilhas eletrônicas ou processo manual Todos os setores têm acesso às informações <i>on-line</i> . Apenas alguns setores têm acesso às informações <i>on-line</i> . Nenhum setor tem acesso às informações <i>on-line</i> .	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">1</div> 4,35%	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">2</div> 8,7% <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block; background-color: #cccccc;">1</div> 4,35%
Não existe SI		3 13,0%

Legenda:

- Considerado com a potencialidade de ser plenamente integrado
- Considerado com a potencialidade de ser parcialmente integrado
- Considerado como sem integração sistêmica

O resultado demonstra a situação provável que apenas 17,4% das Fundações de Apoio possuem um Sistema de Informação Contábil plenamente integrado. Uma melhor análise poderá ser realizada após o transporte dos resultados acima para uma tabela que contemple a nomenclatura das classes, conforme tabela a seguir:

Tabela 31 - Frequência da integração sistêmica

	Freq.	% Válido	% Acum.
Sistema de Informação Contábil não contempla a integração	4	17.4%	17.4%
Sistema de Informação Contábil é parcialmente integrado	12	52.2%	69.6%
Sistema de Informação Contábil é plenamente integrado	4	17.4%	87.0%
Não existe SI	3	13.0%	100.0%
Total respondentes	23	100.0%	

O resultado mostra que 69,6% dos sistemas existentes nas Fundações não estão funcionando adequadamente em termos de integração sistêmica.

Os aspectos conceituais abordados no referencial destacam a importância da integração sistêmica na eficiência organizacional, uma vez que facilitam o processo de comunicação e, conseqüentemente, o fluxo da informação na entidade.

Conforme demonstra a tabela, 82,6% (69,6%+13,0%) das Fundações de Apoio não possuem um Sistema de Informação Contábil plenamente integrado. Logo, fatalmente tais entidades sofrem um elevado nível de ruídos no sistema de comunicação organizacional, pois, na maioria dos casos, os dados são consolidados isoladamente para uma ou outra atividade e/ou grupo de atividades e, em seguida, trabalhados separadamente conforme as necessidades específicas de cada usuário da informação através de planilhas eletrônicas e/ou processo manual, neste caso, contribuindo para uma possível existência de mesmo tipo de informações, geradas por setores diferentes (ex. Valor do Estoque no Almojarifado x Valor do Estoque na Contabilidade) com resultados divergentes, afetando portanto a **confiabilidade** das informações; por outro lado, a impossibilidade de acessar e trabalhar as informações, através de uma interação dos diversos setores, pode gerar uma morosidade no processamento de informações **relevantes** para tomada de decisão e prestação de contas.

4.2.4.3 Terceira etapa do quarto bloco – Módulos básicos e sua importância

Após a identificação da integração sistêmica, inicia-se agora uma avaliação dos principais elementos que compõe o Sistema de Informação das Fundações, conforme questão delineada a seguir:

Questão de análise 10: Quais os módulos que integram o Sistema de Informação

Gerencial?

- Projetos (contratos/convênios)
 Financeiro/Contábil
 Compras/serviços – Nacionais
 Compras/serviços – Internacionais
 Orçamento (projeção) de Fluxo de Caixa da Fundação
 Outros (especificar)

A questão de análise foi estruturada sob a mesma ótica da questão de análise 06, uma vez que a pergunta referencia o Sistema de Informação Gerencial e não o Sistema de Informação Contábil.

O resultado dá a idéia de alguns módulos que integram os Sistemas de Informações das Fundações conforme tabela a seguir:

Tabela 32 - Módulos básicos identificados nas questões fechadas

Módulo Situação	Financeiro/ Contábil		Projetos		Compras e Serviços Nacionais		Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação		Compras e Serviços Internacionais	
	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido
O módulo integra	20	87.0%	15	65.2%	8	34.8%	6	26.1%	4	17.4%
O Módulo não integra			5	21.8%	12	52.2%	14	60.9%	16	69.6%
Não existe SI	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%
Total respondentes	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%

É importante destacar que os resultados confirmam o resultado anterior do processamento das informações contábeis (questão de análise 07), uma vez que todas as Fundações que possuem Sistema de Informação possuem o Sistema de Contabilidade.

Outro ponto que chama a atenção é uma ausência de 69,6% no módulo de orçamento de Fluxo de caixa da Fundação que confirma o nível de processamento do Fluxo de Caixa projetado na questão de análise 07.

Ao especificar outros módulos que integram o sistema, os respondentes informaram alguns módulos por meio dos quais, depois de categorizados, chega-se ao seguinte resultado:

Tabela 33 - Módulos básicos identificados após tratamento das questões abertas

Módulo Situação	Pessoal		Patrimônio		Protocolo		Pagamento		Controle de Estoque		Gestão de Cursos	
	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido	Freq.	% Válido
O módulo integra	2	8.7%	4	17.4%	1	4.4%	1	4.4%	2	8.7%	1	4.4%
O Módulo não integra	18	78.3%	16	69.6%	19	82.6%	19	82.6%	18	78.3%	19	82.6%
Não existe SI	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%	3	13.0%
Total respondentes	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%	23	100.0%

Apesar da pouca representatividade (17,4%), o subsistema de patrimônio foi o que alcançou um maior percentual de existência. Quanto ao subsistema de pessoal, apenas duas Fundações informaram a existência do subsistema com integrante do sistema de informação das Fundações.

De uma forma geral, os resultados confirmam o que já foi discutido na avaliação da questão de análise 07; resta agora identificar se existe ociosidade de alguns módulos que integram o sistema de informação, confrontando a existência do módulo com o processamento da transação, conforme tabela a seguir:

Tabela 34 - Ociosidade dos módulos do sistema

Processamento das Atividades /Demonstrativo Módulo	Informações Operacionais dos Projetos		Contabilidade		Compras/ Serviços Nacionais		Compras/ Serviços Internacionais		Fluxo de Caixa Projetado	
	Proc.	Não Proc.	Proc.	Não Proc.	Proc.	Não Proc.	Proc.	Não Proc.	Proc.	Não Proc.
	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %	Freq. %
Módulo de Projetos	11	73%	4	27%						
Módulo Financeiro/Contábil			20	100%						
Módulo de Compras/Serviços Nac.					7	87%	1	13%		
Módulo de Compras/Serviços Int.							4	100%		
Módulo de Orç. FC									3	50%
									3	50%

Apesar de não existir ociosidade nos Subsistema de Contabilidade e no Subsistema de Compras e Serviços Nacionais, o Subsistema de Projetos e o Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa apresentaram uma ociosidade de 27% e 50%, respectivamente. Vale salientar que o processamento de ambos é de extrema importância para o planejamento, execução, controle e

prestação de contas das Fundações. Logo uma suposta ociosidade de tais sistemas poderia ser minimizada, visando a uma maior eficiência organizacional.

Foi perguntado ainda qual o grau de importância de cada elemento no processo de tomada de decisão, conforme apresentado a seguir:

Questão de Análise 11: Com base na resposta anterior, indicar os sistemas que auxiliam o processo de tomada de decisão indicando o grau de importância.

	Muito Importante	Razoavelmente Importante	Pouco Importante	Indiferente
<input type="checkbox"/> Projetos (contratos/convênios)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Orçamento (projeção) de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O resultado é calculado a partir do confronto da questão de análise 10 com a questão de análise 11, conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 35 - Importância dos elementos que compõem o sistema

Elemento	Grau de Importância							
	Muito Importante		Razoavelmente Importante		Pouco Importante		Total Importante	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Subsistema de Projetos	13	86,7%	1	6,7%	1	6,7%	15	100,0%
Subsistema Financeiro/Contábil	18	90,0%	1	5,0%	1	5,0%	20	100,0%
Subsistema Compras/Serviços Nac.	5	62,5%	2	25,0%	1	12,5%	8	100,0%
Módulo de Compras/Serviços Int.			3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
Módulo de Orçamento FC da Fundação	6	100,0%					6	100,0%

O resultado mostra a importância dada pelos respondentes aos elementos que compõem o Sistema de Informação.

O subsistema de projetos é considerado como um elemento muito importante (86,7%) pelos respondentes, devido a sua extrema utilidade na execução e prestação de contas dos projetos. Apesar da importância dada, o subsistema conta ainda com uma provável ociosidade de 27% (vide tabela 24) na sua efetiva utilização, mostrando uma provável falta de aderência dos usuários com o Sistema de Informação.

A atividade de compras é uma das mais freqüentes nas Fundações de Apoio. Dos Subsistemas de compras existentes, apenas 62,5% dos respondentes indicaram que o elemento é muito importante para o processo de tomada de decisão. Vale salientar que, quando este subsistema funciona adequadamente, o mesmo pode subsidiar plenamente decisões entre as diversas alternativas de compras, possibilitando, portanto, uma maximização dos resultados das compras.

Os respondentes não deram muita importância para o Módulo de Compras/Serviços Internacionais do Subsistema de Importação/Exportação de Produtos ou Serviços. Ressalta-se que o módulo é extremamente importante devido à contínua demanda de importações para execução dos projetos de pesquisa.

Na verdade, o resultado mostra apenas o sentimento dos respondentes, podendo a opinião variar de usuário para usuário das informações geradas a partir de cada elemento na Fundação.

No entanto, o resultado deixa clara a importância dada aos elementos com maiores potenciais gerenciais (Subsistema de contabilidade financeira – 90% e Módulo de orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação do Subsistema de Contabilidade Gerencial – 100%), segundo aponta o item 3.3 do referencial teórico.

Após a identificação de alguns elementos que compõem o sistema de informação das Fundações, outro aspecto importante é descrever os Sistemas de Informação Contábil das Fundações com base nos seus componentes informacionais básicos (contabilidade financeira e contabilidade gerencial).

4.2.4.4 Quarta etapa do quarto bloco – Componentes informacionais básicos

O item 3.3.1 do referencial teórico deixa claro a função da contabilidade gerencial em fornecer informações úteis para os usuários internos como subsídios para o planejamento e controle das atividades administrativas.

Transcreve-se a seguir, a pergunta que visa a identificar se os Sistemas de Informação Contábil existentes, além de trabalharem numa perspectiva de Contabilidade Financeira, estão processando informações gerenciais (subsistema gerencial).

Questão de análise 12: Para a fundação preparar o seu planejamento operacional, o sistema de informações fornece subsídios aos seus gestores para tomar a decisão de fazer investimentos permanentes, contratar pessoal, fazer aplicações financeiras, investir em divulgação, treinamento de pessoal etc.? (assinalar apenas um quesito)

- Fornece todos os subsídios necessários
 Fornece subsídios de forma parcial
 Não fornece qualquer subsídio

O resultado da questão apresentada pelos respondentes foi o seguinte:

Tabela 36 - Fornecimento de subsídios informacionais para o planejamento operacional

	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece todos os subsídios	4	17,4%	17,4%
Fornece subsídios de forma parcial	9	39,1%	56,5%
Não fornece qualquer subsídio	7	30,5%	87,0%
Não existe SI	3	13,0%	100,0%
Total Respondentes	23	100,0%	

Pelos menos 56,5% das Fundações sinalizaram processar, no mínimo de forma parcial, informações gerenciais para subsidiar o planejamento e controle administrativo das Fundações. Entende-se que isto sinaliza que estas fundações, independentemente da eficácia do sistema, possuem um componente informacional para desenvolver a Contabilidade Gerencial.

Um resultado segregando os Sistemas de Informação Contábil das Fundações que processam somente informações de contabilidade financeira (subsistema de contabilidade financeira) dos que processam informações da contabilidade financeira e gerencial (subsistema de contabilidade financeira + subsistema de contabilidade gerencial) pode ser alcançado se forem confrontados os resultados desta questão com os resultados da existência dos “Módulo Financeiro/Contábil” (vide questão de análise 10) . A tabela a seguir mostra os resultados após categorização por elementos dos Sistemas de Informação Contábil.

Tabela 37 - Frequência do processamento da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial

	Freq.	% Válido	% Acum.
Processa a Contabilidade Financeira e Gerencial	13	56,6%	56,5%
Processa somente a Contabilidade Financeira	7	30,4%	87,0%
Não existe SI	3	13,0%	100,0%
Total Respondentes	23	100,0%	

Em 56,6% das Fundações, deve existir um Sistema de Informação Contábil que processe informações para usuários internos e externos das fundações; em 30,4%, provavelmente a contabilidade serve somente para a prestação de contas e/ou subsidiar tomadas de algumas decisões que podem ser realizadas com base nos demonstrativos processados pela contabilidade financeira. Quanto às que não possuem o sistema de informação, já ficou clara a condição da carência plena de informações tanto para a tomada de decisão, quanto prestação de contas.

A partir do confronto da tabela 37 com a tabela 31, pode-se realizar uma observação quanto ao funcionamento dos Sistemas de Informação Contábil em termos de integração sistêmica e componentes informacionais básicos, conforme apresentado a seguir:

Tabela 38 - Confronto da integração sistêmica com os componentes informacionais básicos

Integração Sistêmica \ Componentes Informacionais	Processa a contabilidade financeira e gerencial	Processa somente a Contabilidade Financeira
	Freq - %Total	Freq - %Total
Sistema de Informação Contábil é plenamente integrado	3 13,0%	1 4,4%
Sistema de Informação Contábil é parcialmente integrado	9 39,2%	3 13,0%
Sistema de Informação Contábil não contempla a integração	1 4,4%	3 13,0%
Não existe SI	3	13,0%

Apesar de a maioria dos Sistemas de Informação Contábil processarem a contabilidade e contabilidade gerencial, em apenas três Fundações (13%) o sistema funciona plenamente integrado.

A vantagem proporcionada pela integração sistêmica já foi discutida em análises anteriores (item 3.2.4 do referencial teórico e item 4.2.4.2 da análise dos dados), no entanto os resultados da tabela n.º 38 servem para descrever o funcionamento dos Sistemas de

Informação Contábil, descrição essa que será utilizada como subsídio no processo de avaliação final dos Sistemas, conforme a seguinte categorização:

- (a) SIC – Financeiro/Gerencial Plenamente Integrado – O SIC que processa informações da contabilidade financeira e gerencial, cujas relações com todos os subsistemas são determinadas através de uma integração plena.
- (b) SIC – Financeiro/Gerencial Parcialmente Integrado – O SIC que processa informações da contabilidade financeira e gerencial, cujas relações com os subsistemas são determinadas através de uma integração parcial.
- (c) SIC – Financeiro/Gerencial sem Integração Sistêmica – O SIC que processa informações da contabilidade financeira e gerencial sem existirem relações de integração com os demais subsistemas.
- (d) SIC – somente Financeiro Plenamente Integrado – O SIC que processa somente as informações da contabilidade financeira, cujas relações com todos os subsistemas são determinadas através de uma integração plena.
- (e) SIC – somente Financeiro Parcialmente Integrado – O SIC que processa somente as informações da contabilidade financeira, cujas relações com os subsistemas são determinadas através de uma integração parcial.
- (f) SIC – somente Financeiro sem Integração Sistêmica – O SIC que processa somente as informações da contabilidade financeira sem existirem relações de integração com os demais subsistemas.
- (g) Não existe SI – Corresponde às Fundações que não possuem qualquer Sistema de Informação.

O resultado após a categorização é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 39 - Categorização final do Sistema de Informação Contábil

	Freq.	% Válido	% Acum.
SIC - Financeiro/Gerencial Plenamente Integrado	3	13,0%	13,0%
SIC - Financeiro/Gerencial Parcialmente Integrado	9	39,0%	52,0%
SIC - Financeiro/Gerencial sem Integração Sistêmica	1	4,4%	56,4%
SIC - somente Financeiro Plenamente Integrado	1	4,4%	60,8%
SIC - somente Financeiro Parcialmente Integrado	3	13,0%	73,9%
SIC - somente Financeiro sem Integração Sistêmica	3	13,0%	86,9%
Não existe SI	3	13,0%	100,0%
Total	23	100,0%	

Os resultados da tabela já foram comentados anteriormente. Entretanto, os mesmos são apresentados aqui com o objetivo de ilustrar a categorização Final dos Sistemas de Informação Contábil para a avaliação final da utilidade das informações geradas pelos Sistemas para a tomada de decisão e prestação de contas.

4.2.4.5 Quinta etapa do quarto bloco – Relatórios de saídas do sistema

Além das avaliações dos componentes informacionais básicos e da integração sistêmica, é importante identificar os instrumentos de evidenciação processados pelo Sistema de Informação Contábil. Na questão apresentada a seguir, foram listados alguns instrumentos de evidenciação que visa a proporcionar alguns dados para esta avaliação.

Questão de Análise 13: Quais os instrumentos utilizados pela Fundação para processar as informações divulgadas nos relatórios contábeis/gerenciais a seguir: (assinalar apenas uma coluna para cada tipo de relatório)				
Instrumento de processamento/divulgação	Através de planilhas eletrônicas	Através do próprio sistema	Através de processo manual	Não é processado/divulgado
Demonstrativos Financeiros/Sociais				
Balanço Financeiro dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço orçamentário dos projetos públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço patrimonial para os projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço patrimonial da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço social da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Resultado do Exercício da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Fluxo de Caixa Real da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Fluxo de Caixa Projetado da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração de Lucros e prejuízos acumulados da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstrativo de estatísticas financeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A consolidação das respostas evidencia o nível de processamento e formas de divulgação da maioria das demonstrações financeiras estabelecidas no referencial teórico, bem como o mecanismo de processamento das demonstrações, conforme tabela a seguir:

Tabela 40 – Percentual dos Demonstrativos Financeiros/Sociais processados e divulgados pelo sistema

Instrumento de processamento/divulgação	Sistema	Planilha ou outro Software	Manual	Total	Não processa nem divulga
	Demonstrativos Financeiros/Sociais				
Balanço Financeiro dos Projetos	43,5%	43,5%		87,0%	13,0%
Balanço Orçamentário dos Projetos Públicos	21,7%	30,4%	4,3%	56,4%	43,6%
Balanço Patrimonial para os Projetos	26,1%	30,4%	13,0%	69,5%	30,5%
Balanço Patrimonial para da Fundação	30,4%	43,5%	8,7%	82,6%	17,4%
Demonstração de Superávits ou Déficits da Fundação	26,1%	47,8%	8,7%	82,6%	17,4%
Demonstração dos Superávits ou Déficits Acumulados da Fundação	26,1%	39,1%	8,7%	73,9%	26,1%
Demonstração do Patrimônio Social da Fundação	17,4%	34,8%	13,0%	65,2%	34,8%
Demonstração de Fluxo de Caixa da Fundação (Real)	21,7%	13,0%	8,7%	43,4%	56,6%
Demonstração de Fluxo de Caixa da Fundação (Orçado)	8,7%	8,7%	4,3%	21,7%	78,3%
Demonstrativo de Estatísticas Financeiras	21,7%	8,7%	4,3%	34,7%	65,3%
Balanço Social da Fundação	8,7%	8,7%	17,4%	34,8%	65,2%
Média	22,9%	28,1%	9,1%	59,3%	40,7%

A distribuição mostra um processamento médio de 59,3% dos demonstrativos propostos nos questionários. Vale salientar que a grande maioria dos demonstrativos são fundamentais para atender ao processo de decisão e o processo de prestação de contas com os agentes financiadores e/ou agentes fiscalizadores e regulamentadores.

O resultado já sinaliza um comprometimento da qualidade da informação contábil em detrimento de uma média de ausência no processamento e/ou divulgação de 40,7% dos demonstrativos.

Em aspectos individuais de cada demonstrativo, existe uma possibilidade de 43,6% de as Fundações não atenderem às necessidades inerentes ao processo de prestação de contas pelo fato de não processarem e não divulgarem o Balanço Orçamentário dos Projetos Públicos (vide item 3.4.3.7 do referencial teórico). O processo de prestação de contas e de projetos públicos é regulamentado pela administração pública e como as Fundações gerenciam tais projetos, faz-se necessário que todas processem e divulguem este demonstrativo juntamente com o Balanço Financeiro, conforme estabelecido no referencial teórico.

Quanto aos demonstrativos recomendados através da Resolução N° 837 do CFC (vide item 3.4.3 do referencial teórico), inseridos na questão de análise n.º 13 (Balanço Patrimonial da Fundação, Demonstração de Superávits ou Déficits da Fundação, Demonstração dos Superávits ou Déficits Acumulados da Fundação e/ou Demonstração do Patrimônio Social da Fundação), os resultados apresentam que nem todas as Fundações estão cumprindo o que foi

recomendado, pois 17,4% das mesmas não estão sequer processando e divulgando o Balanço Patrimonial da Fundação e a Demonstração de Superávits ou Déficits da Fundação.

Apesar de o Balanço Social não se constituir de um demonstrativo obrigatório, 65,2% das Fundações de Apoio não possuem um sistema que processe e divulgue esse demonstrativo cuja divulgação é de fundamental importância na transparência das contribuições proporcionadas pelas Fundações à sociedade, e, mais especificamente, a todo um conjunto de pessoas que direta ou indiretamente participam do desenvolvimento de suas atividades.

Quanto aos demonstrativos com um maior potencial gerencial (Demonstração de Fluxo de Caixa da Fundação Real e Orçado – itens 3.4.3.5 e 3.4.3.6 do referencial teórico), os resultados apontam uma tendência de carência devido aos elevados percentuais de ausência no processamento e divulgação de 56,6% e 78,3% para as Demonstrações de Fluxo de Caixa real e Orçada das Fundações, respectivamente.

A situação pode trazer problemas sérios para as Fundações que apresentam carência no processamento e divulgação dos demonstrativos comentados, uma vez que são entidades sob constantes fiscalizações por parte de diversos agentes e, por outro lado, seus gestores necessitam freqüentemente de informações úteis para a tomada de decisão.

Outro demonstrativo processado pela contabilidade é a conciliação bancária, que corresponde a uma importante ferramenta de controle interno que aumenta o grau de confiabilidade das informações da Fundações, e que, em muitos casos, é exigida nos processos de prestação de contas dos projetos públicos (Instrução Normativa da STN nº 01/97 – vide item 2.3.2). O processamento da conciliação das contas de uma maneira geral pode ser identificada a partir da questão a seguir:

Questão de Análise 14: O sistema de informações efetua a conciliação das contas?

(assinalar apenas um quesito)

- Sim. todas as contas são conciliadas pelo sistema.
- O sistema efetua apenas a conciliação bancária.
- Apenas a conciliação bancária é efetuada. utilizando planilha eletrônica.
- As contas com maiores movimentações financeiras são conciliadas e as de menores movimentações financeiras não são conciliadas pelo sistema.
- As contas com maiores movimentações financeiras são conciliadas através de planilhas eletrônicas e as de menores movimentações financeiras não são conciliadas pelo sistema.
- O sistema não efetua qualquer tipo de conciliação.

Após o tratamento das respostas assinaladas pelos respondentes, chega-se ao seguinte resultado:

Tabela 41 - Frequência das conciliações de contas

	Freq.	% Válido	% Acum.
Todas as contas são conciliadas pelo sistema	6	26,1%	26,1%
Apenas a bancária é conciliada pelo sistema	3	13,0%	39,1%
Somente as de maior movimentação são conciliadas pelo sistema	2	8,7%	47,8%
Não efetua qualquer tipo de conciliação	12	52,2%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%	

Os resultados apontam que pelo menos 52,2% das Fundações não possuem um Sistema de Informação Contábil com um potencial capaz de processar pelo menos a conciliação bancária. Estas Fundações provavelmente contam com uma carência nos processos de prestação de contas, no qual a conciliação bancária é exigida, além da deficiência no processo de prestação de contas, as ausências das conciliações podem afetar o processo de tomada de decisão, uma vez que aumenta a potencialidade de a informação contábil ser confiável.

A partir do cruzamento desta questão com a questão de análise 13, pode-se identificar os Sistemas de Informações Contábeis que têm plena capacidade de processar e divulgar demonstrativos para a prestação de contas das Fundações e dos projetos por ela gerenciados, conforme resultados demonstrados a seguir.

Tabela 42 - Frequência de Processamento dos demonstrativos contábeis para prestação de contas da própria Fundação

	Freq.	% Válido	% Acum.
Não existe SI	3	13,0%	13,0%
Não processa nem divulga nenhum demonstrativo	1	4,4%	17,4%
Processa e divulga todos os demonstrativos	19	82,6%	100,0%
Total Respondentes	23	100,0%	

Quanto à prestação de contas da própria Fundação, apenas 17,4% não possuem qualquer sistema de informação que processe os demonstrativos necessários. Estas Fundações possivelmente terão problemas com os agentes fiscalizadores por não conseguirem processar e divulgar os instrumentos necessários para a fiscalização.

Tabela 43 - Frequência de Processamento dos demonstrativos contábeis para prestação de contas dos projetos gerenciados pelas Fundações

	Freq.	% Válido	% Acum.
Não existe SI	3	13,0%	13,0%
Processa e divulga apenas o Balanço Financeiro	3	13,0%	26,0%
Processa e divulga apenas Balanço Financeiro e a Conciliação Bancária	4	17,4%	43,4%
Processa e divulga apenas Balanço Financeiro e Orçamentário	6	26,1%	69,5%
Processa e divulga todos os demonstrativos	7	30,5%	100,0%
Total Respondentes	23	100,0%	

No caso dos projetos públicos, apenas 30,5% das Fundações possuem um Sistema de Informação Contábil que corresponde adequadamente ao processo de prestação de contas. O resultado sinaliza que a maioria das Fundações possivelmente têm problemas com a prestação de contas de projetos públicos, podendo até, em certos casos, ficar inadimplentes com determinados agentes financiadores de projetos governamentais.

4.2.5 Análise do Quinto Bloco – Contabilidade por Fundos

Um mecanismo que facilita o processo de tomada de decisões individuais para cada projeto gerenciado pelas Fundações e, conseqüentemente, o processo de prestação de contas, é o “Sistema de Contabilidade por Fundos” (vide item 3.4.1 do referencial teórico), cuja avaliação é apresentada a seguir.

As três questões a seguir, juntamente com a questão de análise 13, ao serem analisadas conjuntamente, possibilitam identificar se a metodologia da contabilidade por Fundos é contemplada adequadamente pelo Sistema de Informação Contábil.

Questão de análise 15: Os recursos de cada projeto são controlados e contabilizados separadamente, em unidades de gestão, segregando os “fundos” em função de sua natureza, origem ou finalidade? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, todos os projetos são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos públicos são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos privados são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos mistos (público+privado) são controlados e contabilizados separadamente .
- Somente alguns projetos, independente de sua natureza, são controlados e contabilizados separadamente.
- Não, os projetos não são controlados nem contabilizados separadamente.

O resultado da questão indica se as Fundações estão registrando e processando as transações de acordo com a metodologia de contabilidade por Fundos. Conforme apontado no referencial teórico, é premissa básica de um sistema contábil por Fundos que os “Fundos”, no caso das Fundações representados pelos projetos, sejam considerados como uma “entidade contábil independente”, ou seja, que suas transações sejam contabilizadas e controladas de forma individual para que possibilite a geração de relatórios específicos de cada projeto.

Questão de análise 16: O sistema processa demonstrativos contábeis para cada projeto (fundo) e um outro consolidado, este último agregando todos os projetos (fundos) para representar o patrimônio total gerido pela Fundação? (assinalar apenas um quesito)

- Sim. o sistema processa os demonstrativos conforme a pergunta.
- O sistema processa demonstrativos individuais para cada fundo sem a eventual consolidação.
- O sistema processa demonstrativos individuais para cada fundo com a consolidação realizada manualmente ou através de planilhas eletrônicas.
- O sistema processa somente o demonstrativo consolidado.
- O sistema processa somente o demonstrativo consolidado, sendo os demonstrativos individuais elaborados manualmente ou através de planilhas eletrônicas.
- Não. o sistema não processa nenhum demonstrativo definido na pergunta.

Apesar de o sistema de contabilidade por “Fundos” processar as informações individuais de cada projeto, segundo o referencial teórico, o sistema deve estar preparado para gerar relatórios individuais de cada projeto que evidenciem suas posições financeiras individuais e um outro consolidado que evidencie o total dos recursos sob o controle da Fundação.

A questão acima visa a identificar se as Fundações que utilizam a metodologia de contabilidade por fundos têm o sistema preparado para gerar demonstrativos individuais de cada fundo e um outro consolidado da Fundação.

Questão de Análise 17: O sistema da fundação contempla um plano de contas flexível que possibilite se adequar à estrutura das contas de entes públicos (União, Estados e Municípios)? (assinalar apenas um quesito)

- Sim. o sistema contempla um plano de contas conforme a pergunta.
- Sim. mas o plano de contas não é flexível o bastante para se adequar à estrutura governamental.
- Não. o sistema não contempla um plano de contas conforme a pergunta.

O referencial teórico atenta para a característica particular das Fundações de Apoio. Pelo fato de as mesmas trabalharem com a contabilidade pública e a contabilidade privada, torna-

se necessário um Sistema de Informação Contábil com uma base flexível o bastante para se adequar às duas situações (base modificada).

A questão acima identifica os sistemas que trabalham a base modificada e proporcionada por um plano de contas flexível para o processamento das transações.

O resultado do cruzamento das questões é o seguinte:

Tabela 44 – Resultado dos SICs que funcionam utilizando a contabilidade por fundos

Processamento	Processa demonstrativos individuais e consolida		Processa demonstrativos individuais, mas não consolida		Processa demonstrativos individuais, mas a consolidação por processo manual ou planilha		Processa demonstrativos consolidado, mas os individuais por processo manual ou planilha		Não processa os demonstrativos individuais, nem o consolidado		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Controle/Contabilização dos projetos e Flexibilização do Plano de contas												
Todos são controlados e contabilizados separadamente.	11	47,8%	2	8,7%	2	8,7%	3	13,0%			18	78,3%
Existe um plano de contas Flexível	7	30,4%			1	4,4%	1	4,3%			9	39,1%
Sistema processa balanço orçamentário e financeiro.	2	8,7%									2	8,7%
Balanço orçamentário e financeiro processado por planilha eletrônica ou outro sistema independente.	2	8,7%									2	8,7%
O balanço orçamentário não é processado.	3	13,0%									3	13,0%
Não existe um plano de contas Flexível	4	17,4%	2	8,7%	1	4,4%	2	8,7%			9	39,1%
Somente alguns, independente de sua natureza.							1	4,4%	1	4,4%	2	8,7%
Existe um plano de contas flexível.							1	4,4%			1	4,4%
Não existe um plano de contas flexível.									1	4,4%	1	4,4%
Não Existe SI									3	13,0%	3	13,0%
Total	11	47,8%	2	8,7%	2	8,7%	4	17,4%	4	17,4%	23	100,0%

No geral, a maioria das Fundações (78,3%) está utilizando a metodologia de contabilidade por fundos para controlar e registrar as transações, corroborando, portanto, com o que está definido no item 3.4.1 do referencial teórico.

Vale salientar o fato de três Fundações utilizarem o sistema de contabilidade por fundos e processarem os demonstrativos individuais através de planilhas ou processo manual, sinalizando, portanto, uma menor agilidade e confiabilidade na divulgação das informações individuais dos projetos destinadas a prestações de contas dos projetos.

Apesar de a maior parte das Fundações utilizarem a técnica de contabilidade por fundos, apenas 8,7% conta com Sistema de Informação Contábil que processa as informações de contabilidade por fundos adequadamente, ou seja, registram individualmente os projetos, processam demonstrativos individuais e possuem um plano de contas que permite o funcionamento da contabilidade por fundos.

Quanto às que não utilizam a técnica de contabilidade por fundos, ou não possuem qualquer tipo de Sistema de Informações (8,7% + 13,0% = 21,7%), o controle dos projetos tende a ser mais precário devido à impossibilidade de registrar, controlar e avaliar os projetos individualmente, comprometendo, portanto, todo um processo de gerenciamento dos projetos que vai desde a execução físico-financeira dos projetos até a prestação de contas individuais dos projetos, quando for o caso.

É importante que todas as Fundações trabalhem com a metodologia de contabilidade por Fundos e sejam contempladas por Sistema de Informação Contábil capaz de captar as informações de acordo com esse procedimento, servindo como um facilitador no gerenciamento dos projetos, uma vez que possibilita um planejamento físico-financeiro individual de cada fundo (projeto), e, conseqüentemente, uma avaliação de desempenho individual e uma geral a partir da consolidação de todos os fundos (projetos).

4.2.6 Análise do Sexto Bloco – Potencialidade do Sistema em gerar informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.

A análise deste bloco focará o Subsistema Contabilidade Financeira e o Módulo de Orçamento do Subsistema de Contabilidade Gerencial, em função dos motivos a saber:

- (1) os módulos de Projetos, Compras e serviços Nacionais e Compras e serviços Internacionais (importação) foram inseridos nas questões referentes ao bloco para que estas fossem interpretadas, caso necessário, como questões de controle que visam a verificar a coerência entre as respostas que efetivamente correspondem ao objeto da pesquisa: Sistema de Informação Contábil (Financeiro/Contábil e Orçamento do Fluxo de Caixa);
- (2) como existe coerência entre as respostas, as questões de controle se tornaram sem efeito para a análise dos resultados.

4.2.6.1 Primeira etapa do sexto bloco – Sentimento inicial dos respondentes face à utilidade das informações geradas pelo sistema

Conforme estabelecido no item 4.1, a questão a seguir visa a realizar uma análise preliminar a fim de verificar se os sistemas, de um modo geral, estão atendendo às necessidades dos gestores no processo de tomada de decisão e prestação de contas.

Questão de análise 18: Os relatórios finais gerados a partir de cada sistema de informações atende às necessidades dos gestores na tomada de decisão e na prestação de contas?

	Atende plenamente	Atende Parcialmente	Não Atende
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. Intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O resultado da questão foi o seguinte:

Tabela 45 - Resultado do sentimento inicial dos respondentes face à utilidade das informações geradas pelo sistema

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Atende plenamente	9	39,1%	39,1%	3	13,0%	13,0%
Atende parcialmente	10	43,5%	82,6%	1	4,4%	17,4%
Não atende	1	4,4%	87,0%	2	8,7%	26,1%
Não existe o módulo	3	13,0%	100,0%	17	73,9%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%		23	100,0%	

O resultado evidencia que apenas 17,4% (4,4% + 13,0%) das Fundações estão completamente desprovidas de informações geradas pelo subsistema de contabilidade financeira para a tomada de decisão e prestação de contas.

Nas fundações em que existe o subsistema de contabilidade financeira, que perfaz um total de 20 das 23 Fundações pesquisadas, constata-se que existe uma percepção dos respondentes de que 19 Fundações contam com um Subsistema de Contabilidade Financeira que gere, na pior das hipóteses, informações que atendem parcialmente às necessidades dos usuários.

Quanto ao módulo de orçamento de fluxo de caixa do subsistema orçamentário, o resultado é mais preocupante, uma vez que 82,6% (8,7% + 73,9%) das Fundações não possuem tal módulo.

De imediato, pode-se perceber que, ao se confrontar o referencial teórico estabelecido nos itens 3.4.3.5 e 3.4.3.6, apenas 17,4% das Fundações são capazes de gerenciar suas disponibilidades de uma forma efetiva que possibilite a tomada de decisão de curto prazo, uma vez que um orçamento de fluxo de caixa é elemento indispensável neste processo.

Devido ao elevado percentual de inexistência no módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação, cabe um cruzamento da questão de análise 10 com a questão de análise 18 para observar a efetividade do módulo em função da sua existência.

Tabela 46 - Utilidade dos módulos de Fluxo de Caixa existentes nas Fundações

	Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.
Atende plenamente	3	50,0%	50,0%
Atende parcialmente	1	16,7%	66,7%
Não atende	2	33,3%	100,0%
Total Fundações c/ módulo	6	100,0%	

Mesmo considerando somente os resultados das Fundações que contam com um módulo de Orçamento de Fluxo de caixa das Fundações, 33,3% não estão funcionando com efetividade no processo de tomada de decisão.

Os resultados apurados até o momento sinalizam um bom funcionamento do subsistema de contabilidade financeira no processo de tomada de decisão e de prestação de contas. No entanto, as Fundações de Apoio, no geral, estão desprovidas de um Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação, e, conseqüentemente, não corroborando com o referencial teórico (itens 3.4.3.5 e 3.4.3.6) que destaca o orçamento de caixa como elemento indispensável no planejamento financeiro.

Vale salientar que este resultado sinaliza uma avaliação preliminar que será validada ou não com o fechamento da análise do bloco.

4.2.6.2 Segunda etapa do sexto bloco – Relevância das Informações geradas pelo sistema

Conforme definido na introdução da análise (vide item 4.1), esta etapa avalia se o Subsistema de Contabilidade Financeira e do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa das Fundações estão gerando informações relevantes para a tomada de decisão.

Conforme definido no referencial teórico (item 3.3.3), para que a informação seja relevante, é necessário que a mesma contenha os três elementos básicos: Valor Preditivo, Oportunidade e Valor como *feedback*.

Logo, as três questões a seguir visam a detectar a existência de cada elemento nos Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio.

A primeira questão dessa etapa visa a identificar se o Sistema de Informação Contábil está gerando informações de caráter preditivo para a tomada de decisão:

Questão de Análise 19: O Sistema de Informações existente fornece informações do tipo aceitar ou rejeitar um projeto, realizar ou não realizar uma aplicação financeira, efetuar ou não efetuar uma compra a determinado fornecedor?			
	Sim, fornece	Fornece em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A pergunta foi estruturada de uma forma que indique a capacidade de o sistema gerar informações que contemplem a previsibilidade dos resultados dos eventos que geram as transações.

No momento em que o sistema sinaliza a previsão de que um determinado projeto apresentaria Receitas inferiores aos Gastos Previstos, neste caso, a informação poderá ter utilidade para decidir ou não na execução do projeto.

Em outro caso, o sistema gera informações de previsão dos gastos associados a uma receita prevista de aplicação. Neste caso, a informação prevista pelo sistema tem utilidade para as decisões de aplicação dos recursos ociosos, conforme o que está delineado no item 3.3.3 do referencial teórico.

Entende-se que a resposta da questão descreve a potencialidade do sistema conforme resultado apresentado na tabela a seguir.

Tabela 47 - Freqüência de disponibilidade de informações preditivas

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	6	26,1%	26,1%	2	8,7%	8,7%
Fornece em parte	1	4,4%	30,5%	4	17,4%	26,1%
Não fornece	13	56,5%	87,0%			26,1%
Não existe o módulo	3	13,0%	100,0%	17	73,9%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%		23	100,0%	

No elemento “valor preditivo”, 69,5% (56,5%+13,0%) não contam com um subsistema de contabilidade financeira que seja capaz de gerar previsões financeiras para os diversos eventos da Fundação; mais crítico que a situação anterior, é o fato de que 73,9% das Fundações não possuem um módulo que possibilite o processamento do orçamento do Fluxo de Caixa da Fundação.

O resultado sinaliza a deficiência do Subsistema Orçamentário, uma vez que apenas 8,7% das Fundações recebem informações de caráter preditivo do subsistema.

Os resultados estão em desacordo com o que foi estabelecido no referencial teórico, uma vez que não existe orçamento sem informações de caráter preditivo.

Outra avaliação pode ser realizada para verificar a potencialidade de os sistemas existentes nas fundações estarem gerando informações de caráter preditivo conforme demonstrado a seguir.

Tabela 48 - Frequência de geração de informações preditivas através dos subsistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	6	30,0%	30,0%	2	33,3%	33,3%
Fornece em parte	1	5,0%	35,0%	4	66,7%	100,0%
Não fornece	13	65,0%	100,0%			100,0%
Total Fundações c/ módulo	20	100,0%		6	100,0%	

Dentre os 20 subsistemas contábeis existentes, apenas 30% estão funcionando adequadamente; quanto às 6 Fundações cujos subsistemas orçamentários contemplam o Módulo de Fluxo de Caixa das Fundações, os mesmos têm um potencial razoável de gerarem informações de caráter preditivo.

Vale salientar que todos os elementos integrantes do Sistema de Informação Contábil deveriam contemplar o processamento e a divulgação de informações de caráter preditivo para que realmente possibilitassem o subsídio informacional na maior abrangência possível do processo de tomada de decisão.

O outro elemento essencial da relevância é a oportunidade que corresponde à tempestividade da informação para o usuário tomador da decisão. Como já foi apresentado nos itens 3.2.2 e 3.3.3 do referencial teórico, a informação que não chega a tempo de ser utilizada no processo de tomada de decisão, não passa de um mero dado. Logo a pergunta a seguir serve para sinalizar se o sistema está correspondendo às expectativas dos usuários na oportunidade da informação processada.

Questão de análise 20: O sistema da fundação fornece informações tempestivas diante da necessidade urgente de se tomar uma decisão?

	Sim, fornece	Fornece em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O resultado da questão mostra se o sistema esta disponibilizando as informações para os seus usuários em tempo de serem tomadas as decisões cabíveis. Os resultados são apresentados a seguir.

Tabela 49 - Frequência de disponibilidade de informações oportunas

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	6	26.1%	26.1%	2	8.7%	8.7%
Fornece em parte	5	21.8%	47.9%	4	17.4%	26.1%
Não fornece	9	39.1%	87.0%			
Não existe o módulo	3	13.0%	100.0%	17	73.9%	100.0%
Total respondentes	23	100.0%		23	100.0%	

De um modo geral, grande parte das Fundações (39,1%+13,0% = 52,1%) não contemplam um sistema de informação contábil que gere informações oportunas para os seus usuários. Isto significa que existe uma grande possibilidade de as mesmas não contarem com informações para tomada de decisões de caráter urgente, chegando até a possibilidade de afetar os resultados da Fundação, ou por provocar uma ineficiência na negociação dos projetos e, conseqüentemente, afetando diretamente a receita da fundação, ou por decisões que foram tomadas sem estarem fundamentadas em uma informação enviada em tempo hábil que podem afetar tanto as receitas quanto as despesas da Fundação.

O resultado indica que provavelmente a maioria das Fundações processam as informações “caso a caso” dificultando, sobremaneira, a disponibilização oportuna das informações necessárias.

Ao se avaliar somente os 20 Subsistemas de Contabilidade Financeira existentes, chegou-se ao resultado que segue.

Tabela 50 - Frequência de geração de informações preditivas através dos subsistemas financeiro/contábil existentes

	Financeiro/Contábil		
	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	6	30.0%	30.0%
Fornece em parte	5	25.0%	55.0%
Não fornece	9	45.0%	100.0%
Total Fundações c/ módulo	20	100.0%	

De uma maneira geral, os subsistemas de contabilidade financeira existentes não estão gerando informações em tempo hábil para a tomada de decisão uma vez que somente 30% dos subsistemas existentes estão fornecendo informações plenamente oportunas para a tomada de decisão.

Na oportunidade, o módulo de orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação também apontou resultados desfavoráveis, uma vez que 73,9% das Fundações não contam sequer com o módulo para auxiliar na tomada de decisão.

Estas Fundações estão plenamente vulneráveis ao fornecimento de subsídios para tomada de decisões de curto prazo uma vez que a oportunidade não é um elemento contemplado pela maioria dos sistemas, e conseqüentemente, entrando em conflito com o que foi delineado nos itens 3.3.3 e 3.4.3 do referencial teórico.

O resultado do Módulo de Orçamento de Fluxo de caixa das Fundações pode ser melhor avaliado considerando apenas a frequência das Fundações que possuem o módulo conforme tabela que segue.

Tabela 51 - Frequência de geração de informações preditivas através dos módulos de orçamento de fluxo de caixa existentes

	Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	2	33,3%	33,3%
Fornece em parte	4	66,7%	100,0%
Total Fundações c/ módulo	6	100,0%	

Mais uma vez o resultado sinaliza que a maioria dos módulos de orçamento de fluxo de caixa existentes nas Fundações de apoio não estão funcionando adequadamente, tendo em vista que 66,7% dos módulos não estão sequer gerando informações oportunas para a tomada de decisão, comprometendo, portanto, a administração de disponível das Fundações.

Em termos práticos, o Sistema de Informação Contábil das Fundações provavelmente não fornece os subsídios necessários para tomada de decisão de custo prazo, como, por exemplo, as que ajudam a decidir sobre o montante que deve ser utilizado em Aplicações Financeiras ou outro produto financeiro.

A questão a seguir fecha a avaliação da relevância uma vez que seus resultados apontam a potencialidade do sistema em gerar informações para o *feedback* da Fundação.

Questão de análise 21: O sistema fornece informações para auxiliar nas correções dos desvios e/ou aprimoramento das atividades internas (feedback) da Fundação?			
	Sim, fornece	Fornece em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A resposta à questão evidencia uma posição de como os sistemas estão atendendo às expeditivas informacionais dos gestores na identificação dos acertos, correção dos desvios e/ou aprimoramento das atividades da Fundação. O resultado foi o seguinte:

Tabela 52 - Frequência de disponibilidade de informações que tenha valor como *feedback*

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	10	43,5%	43,5%	2	8,7%	8,7%
Fornece em parte	2	8,7%	52,2%	4	17,4%	26,1%
Não fornece	8	34,8%	87,0%			26,1%
Não existe o módulo	3	13,0%	100,0%	17	73,9%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%		23	100,0%	

Informações do tipo análise das variações entre os gastos previstos e realizados nos diversos projetos estarão ajudando a verificar onde estão ocorrendo os acertos e os erros de previsões para auxiliar no processo de estimativa mais próxima da realidade, bem como a avaliação de desempenho dos diversos setores da fundação sendo, portanto, extremamente importantes para o processo de tomada de decisão. Neste caso, 47,8% (34,8% + 13,0%) das Fundações provavelmente não estão contando com este dispositivo informacional

Ao serem computadas somente as frequências das Fundações que contêm os elementos avaliados, chegou-se aos seguintes resultados:

Tabela 53 - Frequência de geração de informações para *feedback* através dos subsistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Fornece	10	50.0%	50.0%	2	33.3%	33.3%
Fornece em parte	2	10.0%	60.0%	4	66.7%	100.0%
Não fornece	8	40.0%	100.0%			100.0%
Total Fundações c/ módulo	20	100.0%		6	100.0%	

Apesar do bom desempenho dos subsistemas de contabilidade financeira existentes, apenas 33,3% do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa das Fundações estão gerando a análise das variações orçamentárias adequadamente, conseqüentemente, ajudando os tomadores de decisão no controle do processo de gestão que levam em consideração decisões financeiras de curto prazo.

Conforme já enfocado anteriormente (item 3.3.3 do referencial teórico), a relevância de uma informação só pode ser alçada se a mesma possuir simultaneamente os três elementos básicos (oportunidade, valor preditivo e valor como *feedback*). Neste caso, uma análise conjunta das questões de análise 19, 20 e 21 permitem avaliar se as Fundações de Apoio estão recebendo informações plenamente relevantes. O resultado do cruzamento das questões é apresentado nas tabelas 54 e 55.

Tabela 54 - Frequência da relevância proporcionada pelo subsistema financeiro/contábil

Oportunidade	Fornece Informações Oportunas	Fornece em parte Informações Oportunas	Não Fornece Informações Oportunas	Não Existe o Subsistema
Valor Preditivo e Valor como Feedback				
Fornece Informações Preditivas				
Fornece Informações para Feedback	5	1		
Fornece em Parte Informações Preditivas				
Fornece em parte Informações para Feedback	1			
Não Fornece Informações Preditivas				
Fornece Informações para Feedback		2	2	
Fornece em parte Informações para Feedback			1	
Não Fornece Informações para Feedback		2	6	
Não existe o subsistema				3

Tabela 55 - Frequência da relevância proporcionada pelo módulo de orçamento de fluxo de caixa

Oportunidade	Fornece Informações Oportunas	Não Fornece Informações Oportunas	Não Existe o Subsistema
	Valor Preditivo e Valor como Feedback		
Fornece Informações Preditivas			
Fornece Informações para Feedback	2		
Não Fornece Informações Preditivas			
Não Fornece Informações para Feedback		4	
Não existe o subsistema			14

A partir dos resultados, pode-se chegar à seguinte categorização para facilitar a avaliação da relevância dos subsistemas:

- (a) o sistema gera informações plenamente relevantes quando o mesmo fornece informações oportunas, preditivas e que possuam valor como *feedback*;
- (b) o sistema gera informações parcialmente relevantes quando o sistema fornece em parte as informações no conjunto, sem deixar de fornecer as informações sem qualquer elemento;
- (c) o sistema não gera informações relevantes quando fornece as informações com a ausência de qualquer um dos elementos da relevância.

Após a alocação das frequências na categorização, chega-se à seguinte tabela:

Tabela 56 - Resultado da frequência categorizada para a relevância

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Gera informações plenamente relevantes	5	21.8%	21.8%	2	8.7%	8.7%
Gera informações parcialmente relevantes	2	8.7%	30.5%			8.7%
Não gera informações relevantes	13	56.5%	87.0%	4	17.4%	26.1%
Não existe o módulo	3	13.0%	100.0%	17	73.9%	100.0%
Total respondentes	23	100.0%		23	100.0%	

O resultado evidencia que provavelmente 69,5% (56,5%+13,0%) das Fundações pesquisadas não têm disponível um Subsistema de Contabilidade Financeira e que gerem informações relevantes para a tomada de decisão.

Conforme já foi sinalizado anteriormente, apenas 8,7% das Fundações de Apoio contemplam um Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação que gera informações plenamente relevantes para a tomada de decisão.

Possivelmente, a maioria das informações já sinaliza uma tendência de carência generalizada de informações úteis para os usuários tomadores de decisão, seja pela falta de capacidade de ser gerada em tempo oportuno, seja pela falta de potencialidade do sistema em processar previsões ou por não gerar informações para o *feedback* das Fundações de Apoio.

Conforme procedimento adotado nos itens anteriores, far-se-á uma avaliação da relevância da informação gerada pelos sistemas existentes com base na tabela apresentada a seguir.

Tabela 57 - Resultado da freqüência categorizada para a relevância dos sistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Gera informações plenamente relevantes	5	25.0%	25.0%	2	33.3%	33.3%
Gera informações parcialmente relevantes	2	10.0%	35.0%			33.3%
Não gera informações relevantes	13	65.0%	100.0%	4	66.7%	100.0%
Total Fundações c/ módulo	20	100.0%		6	100.0%	

Dos subsistemas de contabilidade financeira existentes, apenas 25% contemplam os elementos da relevância adequadamente. Entende-se que qualquer subsistema de contabilidade financeira, independentemente do tipo de entidade que seja utilizado, deve contemplar todos os elementos da relevância, conforme estabelecido pelo CFC, IASB e FASB (vide item 3.3.3).

Quanto ao Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa do Subsistema de Contabilidade Gerencial da Fundação, apenas 33,3% dos Módulos existentes estão funcionando adequadamente, e, conseqüentemente, gerando informações relevantes para a tomada de decisão.

Vale salientar que estes são resultados preliminares que indicam os percentuais máximos de utilidade de uma informação até o momento. O resultado final da utilidade das informações geradas pelo sistema só será conhecido após conclusão da avaliação da confiabilidade da Informação descrita no item a seguir.

4.2.6.3 Terceira etapa do sexto bloco – Confiabilidade das Informações geradas pelo sistema

Conforme definido na introdução da análise (vide item 4.1), esta etapa refere-se a uma avaliação do Subsistema de Contabilidade Financeira e do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa das Fundações que geram informações confiáveis para a tomada de decisão.

Segundo o definido no referencial teórico (item 3.3.3), para que a informação seja confiável, é necessário que a mesma contenha os três elementos básicos: fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade.

Logo, as três questões a seguir visam a detectar a existência de cada elemento nos Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio.

A primeira questão dessa etapa visa a identificar se o Sistema de Informação Contábil está gerando informações com representações fidedignas para a tomada de decisão e/ou prestação de contas.

Questão de análise 22: Indique em que nível as informações fornecidas pelo sistema representam as transações e eventos que elas dizem representar ou razoavelmente espera-se que ela represente.

	Representa Fielmente	Representa Razoavelmente	Não Representa
Projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O resultado da questão apontará a percepção dos respondentes acerca da fidelidade de representação dos relatórios processados e emitidos pelo sistema conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 58 - Frequência de disponibilidade de fidelidade de representação da informação

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Representa fielmente	13	56,5%	56,5%	3	13,0%	13,0%
Representa razoavelmente	6	26,1%	82,6%	1	4,4%	17,4%
Não representa	1	4,4%	87,0%	2	8,7%	26,1%
Não existe o Módulo	3	13,0%	100,0%	17	73,9%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%		23	100,0%	

Este elemento alcançou percentuais um pouco mais satisfatórios que os anteriores, uma vez que pelo menos 82,6% das Fundações possuem um Subsistema de Contabilidade Financeira que gera informações que representam, pelo menos razoavelmente, o que se pretende representar.

Das três Fundações que não possuem sistema, provavelmente, além de não estarem gerando informações úteis para a tomada de decisão, podem ter problemas com os relatórios de prestação de contas.

Quanto ao Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação, apenas 13% das Fundações possuem um módulo que represente adequadamente as informações processadas pelo referido dispositivo.

Quanto à avaliação voltada para os sistemas existentes, pode-se realizar alguns comentários adicionais a respeito do funcionamento dos subsistemas integrantes conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 59 - Frequência de geração de informações fidedignas através dos subsistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Representa fielmente	13	65,0%	65,0%	3	50,0%	50,0%
Representa razoavelmente	6	30,0%	95,0%	1	16,7%	66,7%
Não representa	1	5,0%	100,0%	2	33,3%	100,0%
Total Fundações c/ módulo	20	100,0%		6	100,0%	

Dos subsistemas de contabilidade financeira existentes, 95% estão representando as informações pelo menos de forma razoável. Este percentual decresce para 66,7% quando se trata do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação.

Em termos práticos, existe uma possibilidade de 50% das informações geradas pelo Módulo de Fluxo de Caixa das Fundações não emitir o demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado que represente adequadamente os recursos ociosos das Fundações que podem ser aplicados financeiramente. Em outra situação, 35% das Fundações poderiam gerar Balanços Patrimoniais, cujo saldo das aplicações financeiras não corresponde aos constantes dos relatórios fornecidos pelo Banco.

O referencial teórico deixa clara a necessidade primordial de o sistema gerar informações que representem adequadamente as transações. Logo, todas as Fundações deveriam contemplar um sistema, com seus subsistemas e módulos integrantes, que representem fidedignamente as informações.

Outro elemento da Confiabilidade é a verificabilidade que consiste na validade dos critérios de mensuração e avaliação por parte dos profissionais que elaboram e/ou utilizam as informações para tomada de decisão e prestação de contas.

A maioria dos procedimentos de mensuração e avaliação das Fundações de pesquisa estão padronizados na lei 6.404/76 ou por um conjunto normativo que rege a administração pública, conforme descrita anteriormente; isto permite que se faça uma análise da verificabilidade à luz da contemplação de tais procedimentos pelo sistema de informação.

A questão a seguir observa a tendência de o sistema contemplar a verificabilidade da informação por ele processada.

Questão de Análise 23: Indicar para cada sistema a seguir qual o grau de aceitação atribuído à mensuração das transações realizadas pela Fundação.

	São plenamente aceitos	São Parcialmente aceitos	Não são aceitos
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Os resultados da questão são apresentados a seguir.

Tabela 60 - Freqüência de disponibilidade de informações verificáveis

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
São plenamente aceitos	12	52,2%	52,2%	4	17,4%	17,4%
São parcialmente aceitos	3	13,0%	65,2%			17,4%
Não são aceitos	5	21,8%	87,0%	2	8,7%	26,1%
Não existe o Módulo	3	13,0%	100,0%	17	73,9%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%		23	100,0%	

Os resultados apresentam que 47,8% das Fundações de Apoio não possuem qualquer mecanismo informacional que processe informações verificáveis para a tomada de decisão ou prestação de contas, sob o prisma de vista dos respondentes.

No caso do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa, apenas 17,4% dos respondentes possuem o sentimento de que o módulo produz informação adequadamente verificável para a tomada de decisão.

Na análise dos subsistemas e módulos existentes, pode-se verificar se existe um sentimento dos respondentes de que os mesmos estão funcionando adequadamente conforme tabela a seguir.

Tabela 61 - Freqüência de geração de informações verificáveis através dos subsistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
São plenamente aceitos	12	60,0%	60,0%	4	66,7%	66,7%
São parcialmente aceitos	3	15,0%	75,0%			66,7%
Não são aceitos	5	25,0%	100,0%	2	33,3%	100,0%
Total Fundações c/ módulo	20	100,0%		6	100,0%	

Apenas 25% e 33,3% dos respondentes apontaram uma plena deficiência do subsistema de Contabilidade Financeira e Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação, respectivamente, na verificabilidade das informações por eles processadas.

É fundamental que todos os elementos informacionais das Fundações contemplem a verificabilidade das informações processadas pelo mesmo.

O último elemento a ser avaliado individualmente é a neutralidade. A questão desenvolvida para identificar a neutralidade dos sistemas no processamento e divulgação das informações é a seguinte:

Questão de Análise 24: As informações geradas no sistema para subsidiar o processo decisório são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério para os eventos/transações similares? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, todos os eventos/transações similares são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério.
 Apenas alguns eventos/transações são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério e outras não.
 Não, nenhum evento/transação é mensurado ou avaliado com base em algum critério ou padrão.

A resposta que apresenta o sentimento dos respondentes quanto à neutralidade dos sistemas é a seguinte:

Tabela 62 - Freqüência de disponibilidade de informações neutras

	Freq.	% Válido	% Acum.
Todos com mesmo critério	6	26,1%	26,1%
Alguns com mesmo critério, outros não	6	26,1%	52,2%
Nenhum com mesmo critério	8	34,8%	87,0%
Não existe SI	3	13,0%	100,0%
Total respondentes	23	100,0%	

Existe um sentimento por parte dos respondentes de que apenas 26,6% dos sistemas processam informações sem contemplar a neutralidade da informação. Tal situação pode facilitar a possibilidade dos tomadores de decisão com base em julgamentos particulares.

Conforme já referido, é de acordo com o referencial teórico, a confiabilidade de uma informação só pode ser alcançada se a mesma possuir simultaneamente os três elementos básicos (fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade). Neste caso, uma análise conjunta das questões de análise 22, 23 e 24 permitem avaliar se as Fundações de Apoio estão recebendo informações plenamente confiáveis. O resultado do cruzamento das questões foram os que seguem (tabelas 63 e 64):

Tabela 63 - Frequência da confiabilidade proporcionada pelo subsistema financeiro/contábil

Fidelidade de representação	Informações Representam Fielmente	Informações Representam Razoavelmente	Informações Não Representam	Não Existe o Subsistema
Verificabilidade e Neutralidade				
Fornece Informações Plenamente Aceitas				
Todas tratadas com o mesmo critério	<u>3</u>	1		
Algumas com um mesmo critério e outras não	3	1		
Nenhuma com mesmo critério	3	1		
Fornece Informações Parcialmente Aceitas				
Algumas com um mesmo critério e outras não			1	
Nenhuma com mesmo critério	1	1		
Não Fornece Informações Aceitas				
Todas tratadas com o mesmo critério	2			
Algumas com um mesmo critério e outras não	1			
Nenhuma com mesmo critério		2		
Não existe o subsistema				3

Tabela 64 - Frequência da confiabilidade proporcionada pelo módulo de orçamento de fluxo de caixa

Fidelidade de representação	Informações Representam Fielmente	Informações Representam Razoavelmente	Informações Não Representam	Não Existe o Módulo
Verificabilidade e Neutralidade				
Fornece Informações Plenamente Aceitas				
Todas tratadas com o mesmo critério	<u>1</u>		1	
Algumas com um mesmo critério e outras não		1		
Nenhuma com mesmo critério	1			
Não Fornece Informações Aceitas				
Todas tratadas com o mesmo critério	1		1	
Não existe o Módulo				17

A partir dos resultados, pode-se chegar à seguinte categorização para facilitar a avaliação da confiabilidade dos subsistemas:

- (a) o sistema gera informações plenamente confiáveis quando fornece informações com representação fidedigna, verificável e neutra;
- (b) o sistema gera informações parcialmente confiáveis quando fornece em parte as informações no conjunto, sem deixar de fornecer as informações sem qualquer elemento;
- (c) o sistema não gera informações confiáveis quando as fornece com a ausência de qualquer um dos elementos da confiabilidade.

Após a alocação das frequências na categorização, chega-se à seguinte tabela:

Tabela 65 - Resultado da frequência categorizada para a confiabilidade

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Gera Informações Plenamente Confiáveis	3	13.1%	13.1%	1	4.4%	4.4%
Gera Informações Parcialmente Confiáveis	5	21.7%	34.8%	1	4.4%	8.8%
Não Gera Informações Confiáveis	12	52.2%	87.0%	4	17.3%	26.1%
Não existe o módulo	3	13.0%	100.0%	17	73.9%	100.0%
Total respondentes	23	100.0%		23	100.0%	

O resultado evidencia que, provavelmente, 65,2% (52,2%+13,0%) não têm disponível um Subsistema de Contabilidade Financeira que gere informações confiáveis para a tomada de decisão.

Apenas 4,4% das Fundações de Apoio contemplam um Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação que gera informações plenamente relevantes para a tomada de decisão.

Os resultados apresentados confirmam a tendência de carência generalizada de informações úteis para a os usuários tomadores de decisão, quer pela falta de relevância, quer pela falta de potencialidade de o sistema gerar informações confiáveis.

Para verificar a potencialidade de os sistemas existentes gerarem informações confiáveis, far-se-á uma avaliação da relevância da informação gerada pelos sistemas existentes com base na tabela apresentada a seguir.

Tabela 66 - Resultado da frequência categorizada para a confiabilidade dos sistemas existentes

	Financeiro/Contábil			Orçamento Fluxo Caixa Fundação		
	Freq.	% Válido	% Acum.	Freq.	% Válido	% Acum.
Gera Informações Plenamente Confiáveis	3	15.0%	15.0%	1	16.7%	16.7%
Gera Informações Parcialmente Confiáveis	5	25.0%	40.0%	1	16.7%	33.3%
Não Gera Informações Confiáveis	12	60.0%	100.0%	4	66.7%	100.0%
Total Fundações c/ módulo	20	100.0%		6	100.0%	

Dos subsistemas de contabilidade financeira existentes, apenas 15% contemplam os elementos da confiabilidade adequadamente. Entende-se que qualquer subsistema de contabilidade financeira, independentemente do tipo de entidade em que seja utilizado, deve

contemplar todos os elementos da confiabilidade, conforme estabelecido pelo CFC, IASB e FASB (vide item 3.3.3).

Quanto ao Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa do Subsistema de Contabilidade Gerencial da Fundação, apenas 16,7% dos Módulos existentes estão funcionando adequadamente e, conseqüentemente, gerando informações confiáveis para a tomada de decisão.

4.2.6.4 Quarta etapa do sexto bloco – Utilidade das Informações geradas pelo sistema

Conforme foi estabelecido no referencial teórico (item 3.3.3), para que uma informação seja útil ela precisa ser ao mesmo tempo **relevante e confiável**. Logo, o resultado final da utilidade das informações geradas pelo sistema somente será conhecido após o cruzamento dos resultados da Relevância com a Confiabilidade da Informação descrita no item a seguir.

Inicialmente, será procedida à consolidação da utilidade das informações geradas pelo Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa do Subsistema de Orçamento das Fundações devido sua importância já delineada desde o referencial teórico no planejamento financeiro que proporciona subsídios para tomada de decisões de curto prazo.

Tabela 67 - Confronto da Relevância com a Confiabilidade do Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa do Subsistema de Orçamento da Fundação

Relevância \ Confiabilidade	Gera informações plenamente confiáveis	Gera informações parcialmente confiáveis	Não gera informações confiáveis
	Freq - %Total	Freq - %Total	Freq - %Total
Gera informações plenamente relevantes			2 8,7%
Não gera informações relevantes	1 4,35%	1 4,35%	2 8,7%
Não existe o Módulo			16 60,9%
Não existe SI			3 13,0%

O resultado mostra a possibilidade de que nenhuma Fundação de Apoio possui um Módulo de Orçamento de Fluxo de Caixa para gerar informações úteis para o processo de tomada de decisões financeiras de curto prazo, uma vez que nenhum módulo proporcionou simultaneamente informações relevantes e confiáveis para o processo de tomada de decisão.

A situação representa um forte indício de carência generalizada no planejamento e controle de disponibilidades das Fundações de Apoio.

Possivelmente os gestores das Fundações não consigam decidir com segurança a respeito de investimentos em aplicações financeiras, investimento em ativo fixo, ou até mesmo, em investimentos em recursos humanos, devido à falta de informação útil que indique a provável situação de folga ou escassez de recursos.

Já foi discutida a importância da existência de um módulo de orçamento de fluxo de caixa que gere informações úteis para o processo de tomada de decisões financeiras de curto prazo, pois as Fundações necessitam continuamente de informações que sinalizem a ociosidade de recursos financeiros para a realização das aplicações financeiras.

Uma ingerência desses recursos pode provocar sérios problemas de liquidez, tanto da Fundação quanto dos projetos por ela gerenciados os quais, por sua vez, contribuirão negativamente no resultado geral das Fundações.

Resumindo, existe um forte sentimento por parte dos respondentes de que dos poucos Módulos de Orçamento de Fluxo de Caixa existentes nas Fundações (apenas 6), nenhum gera informações úteis para a tomada de decisões financeiras de curto prazo, por não confiarem nas informações processadas pelos mesmos ou por não acharem que as informações são relevantes para a tomada de decisão.

Após a sinalização de que os Sistemas de Informação Contábil não estão garantindo um subsídio informacional útil para decisões financeiras de curto prazo, e tendo em vista ter-se desenvolvido uma avaliação para identificar se o Sistema de Informação Contábil está atendendo às necessidades dos gestores em processarem e divulgarem informações úteis para o processo geral de tomada de decisões e para o processo de prestação de contas, apresentam-se os dados conforme tabela que segue.

Tabela 68 - Confronto da Relevância com a Confiabilidade do Subsistema de Contabilidade Financeira e integração do Sistema de Informação Contábil

Relevância \ Confiabilidade	Gera informações plenamente confiáveis	Gera informações parcialmente confiáveis	Não gera informações confiáveis
	Freq - %Total	Freq - %Total	Freq - %Total
SIC - Financeiro/Gerencial Plenamente Integrado Gera informações plenamente relevantes	2 8,7%		1 4,35%
SIC - Financeiro/Gerencial Parcialmente Integrado Gera informações plenamente relevantes		1 4,35%	
Gera informações parcialmente relevantes		1 4,35%	
Não gera informações relevantes	1 4,35%	3 13,0%	3 13,0%
SIC - Financeiro/Gerencial sem integração sistêmica Gera informações plenamente relevantes			1 4,35%
SIC - somente Financeiro Plenamente Integrado Não gera informações relevantes			1 4,35%
SIC - somente Financeiro Parcialmente Integrado Gera informações parcialmente relevantes			1 4,35%
Não gera informações relevantes			2 8,7%
SIC - somente Financeiro sem Integração Sistêmica Não gera informações relevantes			3 13,0%
Não existe SI			3 13,0%

Os resultados podem ser resumidos após uma nova categorização que permite estruturar o enquadramento das Fundações de Apoio nas hipóteses de pesquisa, conforme descrição apresentada na tabela e no gráfico dispostos a seguir:

Tabela 69 - Consolidação da utilidade por categoria de sistema

Utilidade da Informação Tipo de SIC	Gera informações plenamente úteis	Gera informações parcialmente úteis	Não gera informações úteis	Total
	Freq. % Total	Freq. % Total	Freq. % Total	Freq. % Total
Plenamente Integrado	2 8,70%		2 8,70%	4 17,40%
SIC - Financeiro/Gerencial Plenamente Integrado	2 8,70%		1 4,35%	3 13,05%
SIC - somente Financeiro Plenamente Integrado			1 4,35%	1 4,35%
Parcialmente Integrado		2 8,70%	10 43,48%	12 52,17%
SIC - Financeiro/Gerencial Parcialmente Integrado		2 8,70%	7 30,43%	9 39,13%
SIC - somente Financeiro Parcialmente Integrado			3 13,04%	3 13,04%
Sem integração sistêmica			4 17,39%	4 17,39%
SIC - Financeiro/Gerencial sem Integração Sistêmica			1 4,35%	1 4,35%
SIC - somente Financeiro sem Integração Sistêmica			3 13,04%	3 13,04%
Não existe SI			3 13,04%	3 13,04%
Total	2 8,7%	2 8,7%	19 82,6%	23 100,0%

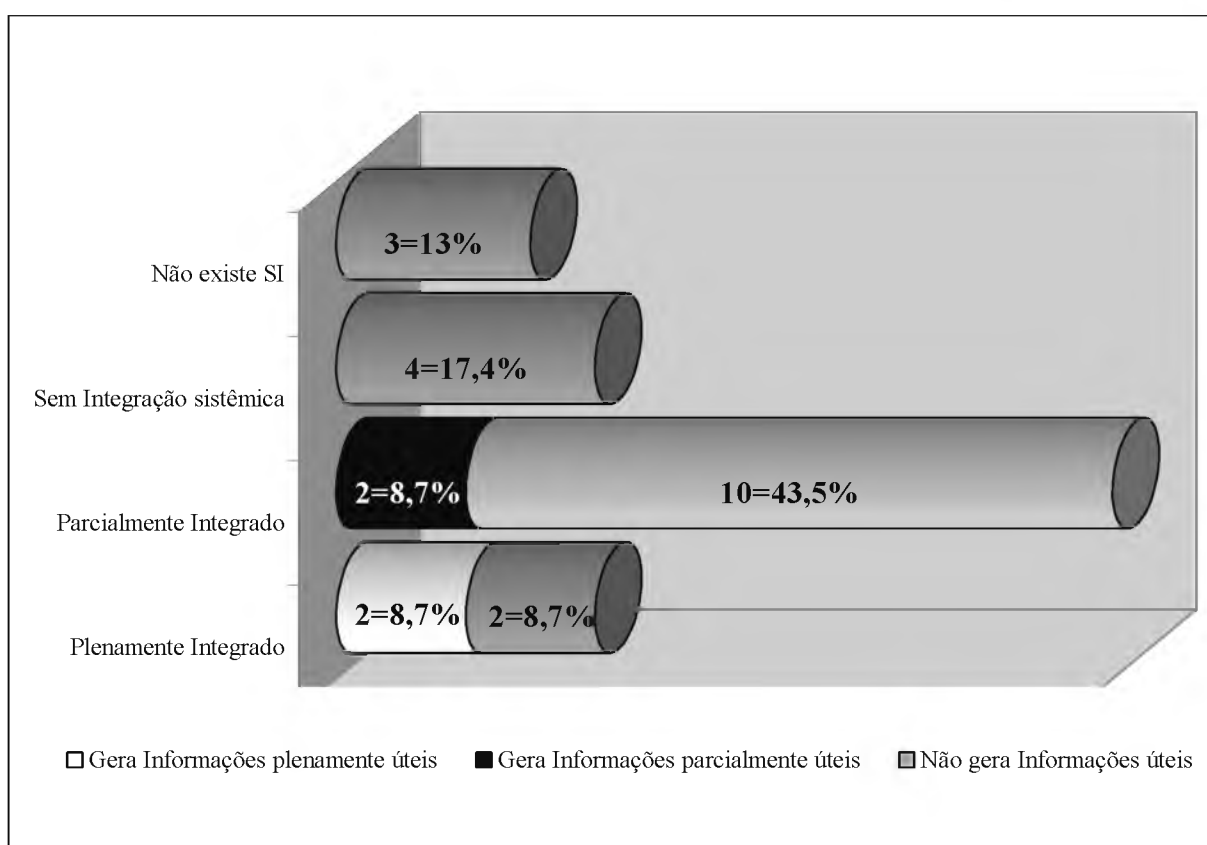


Gráfico 4 - Consolidação da utilidade por categoria de sistema

No geral, provavelmente apenas 8,7% das Fundações de apoio possuem um Sistema de Informação Contábil que gerem informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas, o que revela uma carência generalizada de informações nestes ambientes organizacionais.

Todos os Sistemas de Informação Contábil que processam somente os dados da Contabilidade Financeira das Fundações provavelmente não correspondem às expectativas de seus usuários tomadores de decisão.

Assim como a situação dos Sistemas de Informação contábil frente aos seus componentes informacionais básicos (contabilidade financeira e contabilidade gerencial), nenhum sistema, com exceção dos plenamente integrados, proporcionam um sentimento para os respondentes de que processam informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas. O resultado confirma o que está delineado no item 3.2.4 do referencial teórico, o qual relaciona a vinculação entre a integração do sistema e a utilidade das informações geradas pelo mesmo.

As desvantagens organizacionais proporcionadas pela falta de utilidade das informações já foram comentadas anteriormente quando se avaliou individualmente cada elemento básico da relevância e da confiabilidade, evidenciando, portanto, as preocupações da carência informacional das Fundações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se enquadrarem como entidades sem fins lucrativos tendo em vista as questões de avaliação de desempenho e prestação de contas, as Fundações de Apoio Vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior necessitam absorver a perspectiva empresarial, que visa à maximização do resultado global da organização e, conseqüentemente, garantir a continuidade no cumprimento de suas atividades.

As facilidades proporcionadas pelos Sistemas de Informação na maximização desses resultados têm gerado uma dependência natural das necessidades de informações úteis que facilitem o gerenciamento dos negócios. As Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior não fogem à regra, uma vez que as necessidades são impostas pela própria lógica subjacente a todo um processo de comunicação de qualquer entidade, elementos, que por necessidades obrigatórias substantivas ou regulamentais, tem de comunicar informações para outros elementos através dos mais diversos mecanismos disponíveis.

Neste momento, é que o Sistema de Informação Contábil se insere de forma mais veemente, ou seja, como o mecanismo essencial que possibilita o maior volume de comunicação informacional de qualquer entidade.

Para o desenvolvimento das suas atividades, as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior gerenciam execução de atividades e consolidação de informações para os seus diversos usuários internos e externos. Nessa atividade específica, o volume de informações que devem ser processadas apresenta-se de forma substancial. O fato deve-se ao grande volume de transações realizadas em todo um ciclo operacional de uma entidade que gerencia recursos de diversas origens, no qual o controle individual gera uma série de entidades, cada uma com suas respectivas necessidades informacionais.

No cumprimento da sua missão que engloba o apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, prestando serviços de gerenciamento administrativo e financeiro para a execução desses projetos, as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior executam algumas atividades secundárias que garantem o cumprimento das atividades primárias de planejamento, execução e controle físico-financeiro bem como a apresentação das devidas prestações de contas dos recursos utilizados.

Em tese, o exposto reflete que as necessidades informacionais para as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior são revestidas de uma proporcionalidade em relação ao número de projetos que as mesmas gerenciam.

Dessa forma, percebe-se o elevado grau de importância do Sistema de Informação Contábil no processamento e comunicação das informações para seu composto diversificado de usuários ligados aos projetos e à própria Fundação.

Para os usuários internos, o Sistema de Informação Contábil deve garantir um suporte informacional que possibilite aos usuários internos tomarem as decisões corretas nas captações e utilizações de recursos, ou seja, informações que fazem a diferença nos diversos processos de tomada decisão que visam à efetividade na captação e aplicação dos recursos; por outro lado, os usuários externos buscam captar informações que garantem o cumprimento de todas as formalidades que revestem essas entidades, inclusive no aspecto legal e de adequada utilização dos recursos.

Todos os colaboradores (funcionários, pesquisadores, bolsistas etc) das Fundações de Apoio são usuários em potencial do Sistema de Informação Contábil, pois a qualquer momento, qualquer um desses colaboradores pode necessitar de informações para tomada de decisão que afetam os resultados.

Por outro lado, usuários externos como Ministério Público, Universidades instituidoras, Agentes Financiadores, Tribunais de Contas (União, Estados e Municípios), Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Receita Federal, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Nacional, Secretaria de Tributação dos Estados e Secretaria de Tributação dos Municípios necessitam de informações que garantem o cumprimento das obrigações legais, impostas por cada órgão, através das prestações de contas.

Alguns organismos nacionais e internacionais, como o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o *International Accounting Standards Board* – IASB e o *Financial Accounting Standards Board* – FASB, demonstram preocupações quanto aos requisitos mínimos que garantem a qualidade das informações proporcionadas pela contabilidade ao contemplarem seus conceitos em suas regulamentações.

Existem ainda algumas obrigatoriedades legais ou substantivas de formas de divulgação proporcionadas pela contabilidade, tais como Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Fluxo de Caixa Real, Fluxo de Caixa Projetado (orçado) e

Demonstrativos para controle e prestação de contas dos Projetos (Balanço orçamentário, balanço financeiro e conciliação bancária).

Essas são as principais formas de evidenciação que correspondem ao produto final do Funcionamento de um Sistema de Informação Contábil destinada às Fundações de Apoio, vinculadas às IFES.

Vale salientar que, se as informações proporcionadas pelo Sistema de Informação Contábil não se revestirem de utilidade, o desenvolvimento das atividades ficam a mercê do descontrole pelo fato de os usuários internos não contarem com a correspondência informacional de planejamento, execução e controle das atividades.

Assim como a inutilidade de informação gera um descontrole no desenvolvimento das atividades, possivelmente esse descontrole repercutirá em reflexos nos produtos finais do Sistema de Informação Contábil destinados à tomada de decisão e prestação de contas.

Neste sentido, conhecer e/ou identificar as atividades, os organismos controladores e fiscalizadores, as formas de divulgação das Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, juntamente com a descrição do funcionamento dos seus Sistemas de Informação Contábil e identificação da relevância e confiabilidade das informações por eles gerados, é que se alcança o objetivo geral da pesquisa: de verificar se as informações geradas pelos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são úteis para o processo de tomada de decisão e para a prestação de contas.

A fim de atingir os objetivos estabelecidos, necessitou-se de uma observação empírica, realizada através de observação direta e levantamento de questionário em 23 Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior no Nordeste do Brasil.

Vale salientar que a particularidade do objetivo da pesquisa exige uma aderência dos respondentes com o objeto da pesquisa. Este aspecto foi alcançado ao identificar-se que todos o respondentes eram plenamente habilitados para responder o questionário.

Com o alcance do objetivo geral apresentado acima, resolve-se o problema imposto pela pesquisa:

As Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são contempladas com um Sistema Integrado de Informação Contábil que gere informações úteis, atendendo aos seus gestores no processo de tomada de decisão e na prestação de contas?

Como já foi delineado no referencial teórico, o Sistema de Informação Contábil deve ser composto por dois componentes informacionais básicos, Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial, que, associado a uma integração sistêmica, deve garantir informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas.

Esta perspectiva ajuda a confirmar empiricamente se há existência de relação entre a integração sistêmica e a utilidade da informação e se a utilidade depende da composição dos componentes informacionais básicos.

No item 3.3.3 do referencial teórico foi comentada a vantagem dos aspectos conceituais de utilidade da informação contábil desenvolvidos pelo FASB, no qual estabelece que a utilidade de uma informação deriva de uma decorrência simultânea da relevância e confiabilidade da informação.

Com o resultado final da pesquisa, revela-se que 82,6% das Fundações de Apoio vinculadas às IFES não possuem um sistema integrado de informação contábil que gere informações com qualquer utilidade, mesmo de forma parcial, para a tomada de decisão e prestação de contas.

O percentual é bastante representativo e sinaliza uma carência generalizada de informações úteis para tomada de decisão e prestação de contas decorrentes das atividades das Fundações de Apoio vinculadas às IFES.

De todos os Sistemas de Informação Contábil, apenas 8,7% geram informações plenamente úteis e, correspondem, justamente, a sistemas que contemplam a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira, funcionando plenamente integrados.

Apesar de todos os sistemas que geram informações úteis contemplarem a contabilidade gerencial, e existência do componente não garante a utilidade da informação, uma vez que dos 12 existentes, apenas 2 geram informações plenamente úteis para a tomada de decisão.

O mesmo não acontece com a integração sistêmica, pois os 2 sistemas plenamente integrados correspondem justamente aos que geram informações plenamente úteis para a tomada de decisão, ou seja, neste caso empírico, a utilidade da informação foi substancialmente afetado pela integração sistêmica.

O referencial teórico ressalta a necessidade da contemplação da “contabilidade por fundos” pelo Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES, uma vez que possibilita um controle individual por projeto, facilitando, portanto, o processo de tomada de certas decisões específicas de determinados projetos.

O resultado evidencia que 91,3% das Fundações de Apoio não são contempladas por um Sistema de Informação Contábil que esteja devidamente estruturado para controlar e processar as informações a partir da “contabilidade por fundos”, o que sinaliza uma dificuldade na elaboração de prestação de contas dos projetos.

A confirmação da dificuldade das fundações na prestação de contas do projeto, sinalizada anteriormente, pode ser confirmada a partir do resultado obtido: 69,5% das Fundações de Apoio às IFES não são contempladas por um sistema que possibilite o processamento e a divulgação de todos os demonstrativos para a prestação de contas.

Quanto aos demonstrativos de prestação de contas da própria Fundação, 17,4% não processam qualquer demonstrativo.

Para as decisões financeiras de curto prazo, nenhuma Fundação apresentou qualquer dispositivo que garanta a utilidade das informações para a tomada dessas decisões, o que sinaliza uma carência generalizada na decisão mais freqüente para as Fundações de Apoio vinculadas às IFES.

Apesar das deficiências informacionais encontradas, verifica-se, ainda, que existe uma provável ociosidade de 50% na utilização dos subsistemas de orçamento de fluxo de caixa existentes.

Face ao exposto, rejeita-se a hipótese de nulidade e aceita-se as hipóteses H_1 e H_2 , tendo em vista que as Fundações não dispõem de Sistema Integrado de Informação Contábil que gerem informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas, pois produzem informações “caso a caso”, o que dificulta sobremaneira o processo decisório e de prestação de contas. Assim, responde-se ao problema definido pela pesquisa.

Conclui-se, assim, que dispor de um Sistema Integrado de Informação Contábil que gere informações úteis para a tomada de decisão e prestação de contas é um fator primordial no desenvolvimento das atividades inerentes às Fundações de Apoio vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, destacando-se o montante de recursos financeiros,

controlados por essas entidades, cresceram, em média, 22,4% a.a no período entre 1997 e 2002, com perspectiva de 8,6% em 2003 e 9,4% em 2004.

Acredita-se, por fim, que a pesquisa empírica pode contribuir com importantes informações que descrevem o funcionamento dos Sistemas de Informação Contábil das Fundações de Apoio, podendo ser utilizada como referencial para identificar a potencialidade do sistema em gerar informações.

Pelo fato de a pesquisa tratar de avaliação do Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio vinculadas às IFES no Nordeste do Brasil, sob uma perspectiva geral de utilidade da informação, pode-se apresentar algumas sugestões para os próximos trabalhos, visando a um maior aprofundamento do assunto:

- expandir a pesquisa para os demais Estados do Brasil, contemplando todas as Fundações vinculadas às Instituições de Ensino Superior - IES;
- explorar os modelos de decisão existentes nessas entidades;
- desenvolver uma análise dos Sistemas de Informações Contábeis, visando à construção de um modelo teórico para essas entidades.

BIBLIOGRAFIA

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 3.ed.. São Paulo: Atlas, 1999.

ALMEIDA, Ronaldo Schimidt G. de. Análise da demonstração dos fluxos de caixa. *UnB Contábil*, Brasília, v. 3, n.2, p 105-144, jul/dez. 2000.

ALVES, Francisco de Assis. *Fundações, organizações sociais, agências executivas: organizações da sociedade civil de interesse público e demais modalidades de prestação de serviços públicos*. São Paulo: LTr, 2000.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Administração de capital de giro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSIS, José Vicente de. *Um estudo da adequação do sistema de controle interno de uma fundação de apoio a uma universidade pública: uma estratégia de apoio à decisão para implantação de um órgão de auditoria interna*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Finanças e Contabilidade. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

BERTALANFFY, Luding Von. *Teoria geral dos Sistemas: aplicação à psicologia*. Tradução Maria da Graça Lustosa Bacskeházy. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. p. 1-20. (Série Ciências Sociais)

BIERMAN JR., Harold; DREBIN, Allan R. *Contabilidade gerencial*. 2. ed. Tradução Mauro Batista Temer. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1979.

BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informação: um enfoque gerencial*. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 29, de 05 de fevereiro de 1986. Aprova e referenda o pronunciamento do IBRACON sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 fev. 1986.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 jul. 1994a.

BRASIL. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez. 1994b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Portaria Interministerial nº 2.089, de 05 de novembro de 1997. Determina que o registro e o credenciamento das Fundações de Apoio, serão feitos mediante requerimento à Secretaria de Educação Superior do MEC Ministério da Educação e do Desporto Gabinete do Ministro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 nov. 1997a.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Instrução Normativa nº 01/97, de 15 de janeiro de 1997. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 jan. 1997b.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA (CEFET-BA). *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.cefetba.br/apresentação.html>>. Acesso em: 3 de mar. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) nº 01, de 28 de julho de 1995. Das Características da Informação Contábil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 ago. 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) nº 03, de 14 de dezembro de 1990. Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 ago. 1991.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) nº 10-4, de 22 de fevereiro de 1999. Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas – 10.4 – Fundações. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 fev. 1999.

CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (CONFIES). *Presidente diz que setores de pesquisa vão receber R\$ 250 milhões*. Brasília: Agência Zap, 2001. Disponível em: <<http://www.confies.org.br>>. Acesso em: 17 mar. 2002.

CRUZ, Rosany Ipavez. *Uma contribuição à definição de um modelo conceitual para a gestão econômica*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. São Paulo: Saraiva, 1999. 1 v.

ESKEW, Robert K.; JENSEN, Daniel L. *Financial accounting*. New York: McGraw-Hill, 1996.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). *FINEP relatório de atividades 2000*, Brasília, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em 15 jul. 2002.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). *FINEP relatório de gestão 2002*, Brasília, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em 9 jul. 2003.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Statements of financial accounting concepts*. New York: John Wiley & Sons, 1998.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Statements of financial accounting standards N° 116*. Norwalk: FASB, 1993a.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Statements of financial accounting standards N° 117*. Norwalk: FASB, 1993b.

FREZATTI, Fábio. *Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial*. São Paulo: Atlas, 1999.

GARRISON, Ray H.; NORREN, Eric W.. *Contabilidade gerencial*. 9. ed. Tradução José Luiz Paravato. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GIL, Antônio de Loureiro. *Sistemas de informações contábeis: o enfoque sistêmico para a contabilidade, a computadorização dos dados contábeis, a auditoria de sistemas computadorizados*. São Paulo: Atlas, 1978.

GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações contábil/financeiros*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON). *Princípios contábeis, normas e procedimentos de auditoria: pronunciamentos do IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores, IFAC – International Federation of Accountants e IASC – International Accounting Standards Committee*. São Paulo: Atlas, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Índice nacional de preços ao consumidor - IPCA*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 de mar 2003.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). *Normas internacionais de contabilidade: Textos completos das Normas Internacionais de Contabilidade vigentes em 1997 e da Norma Revisada NIC 12 em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1998*. São Paulo: IBRACON, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. A contabilidade como sistema de informação empresarial (SIE). *Boletim do IBRACON*, São Paulo, p. 7-9, out/nov. 1998.

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KERRIGAN, Harry D. *Fund accounting*. New York: McGraw-Hill, 1969.

KOHAMA, Heilio. *Balanços públicos: Teoria e Prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas 2000.

LARSEN, E. John. *Modern advanced accounting*. 8. ed. New York: McGraw-Hill, 1999.

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOSCOVE, A. Stephen; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. *Accounting information systems: concepts and practice for effective decision making*. 4.ed. EUA: Wiley & Sons, 1990.

MOSCOVE, A. Stephen; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. *Sistemas de informações contábeis*. Tradução Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Silvio. *Controladoria: seu papel na administração de empresas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação*. São Paulo: Atlas, 1993.

OLAK, Paulo Arnaldo. *Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PADOVEZE, Clovis Luiz. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. São Paulo: Atlas, 1998.

PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos contábeis e tributários*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. 591p.

PAULO, Edilson. *comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Finanças e Contabilidade. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: Universidade de Brasília, Brasília: Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

PETRI, Nelson. *Fundos contábeis: aplicação prática*. São Paulo: [s.n.], 2002. Notas de sala de aula.

PINHO, Manoel Orlando de Moraes Pinho. *Dicionário de termos de negócios: português-inglês:english-portuguese*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RAMIDOFF, Cláudio Iporan; ROCHA, Dagmar Anjos de Oliveira. *Convênios: celebração; execução; prestação de contas; licitações e contratos; tomadas de contas especial*. Brasília: [s.n.], 2001.

RAMIDOFF, Cláudio Iporan; ROCHA, Dagmar Anjos de Oliveira. *Gestão de convênios: solicitação, celebração, execução e prestação de contas*. Brasília: [s.n.], 1998.

RICCIO, Edson Luiz. *Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação*. Tese (Doutorado em Administração). – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. *Administração financeira: corporate finance*. Tradução Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1995.

- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RUSSO, J. Edward; SCHOEMAKER, Paul J.H. *Tomada de decisões: armadilhas*. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Saraiva, 1993.
- SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana M. Lopes de. *Dicionário de contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS Celso da Costa. *Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1987. 2 v.
- SILVA, José Dionísio Gomes da. O planejamento financeiro com instrumento de avaliação das estratégias organizacionais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTRATÉGIA, 12., 1999, [s.l.]. *Anais...*Chile: [s.n.], 1999. p. 1-9.
- STAIR, Ralph M. *Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Tradução Maria Lúcia Lecker Vieira e Dalton Conde de Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- TURBAN, Efraim. *Decision support and expert systems: management support systems*. 4. ed. New Jersey-EUA: Prentice Hall, 1995.
- UNITED STATES GENERAL ACCOUNTING OFFICE (GAO). *Standards for internal control in the federal government*. Washington: GAO, 1999.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- WELSH, Glenn Albert. *Orçamento empresarial*. 4. ed. Tradução Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1983.

Bibliografia Consultada

ACKOFF, Russell L. *Planejamento empresarial*. Tradução Marco Túlio de Freitas. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BEUREN, Ilse Maria. *Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial*. São Paulo: Atlas, 1998.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. *A arte da pesquisa*. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 dez. 1976.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 686, de 14 de dezembro de 1990. Aprova a NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 jan. 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 785, de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1 – Das Características da Informação Contábil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 ago. 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 837, de 22 de fevereiro de 1999. Aprova a NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, o item: NBC T 10.4 – Fundações. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 fev. 1999.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*: (NBR 14724/2002). Maringá: Dental Press, 2002.

FILHO, João Isaia. *Manual de convênios*. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 1996.

FLORENZANO, Everton. *Dicionário escolar inglês-português-português-inglês*. 42. ed. São Paulo: Ediouro, 1998.

FORRESTER, Jay Wright. *Industrial dynamics*. Cambridge, Massachussets: M. I. T. Press, 1961.

GIL, Antonio Carlos. *Pesquisa social*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GRAEML, Alexandre Reis. *Sistemas de informação: o alinhamento de estratégia de TI coma estratégia corporativa*. São Paulo: Atlas, 2000.

GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

JIAMBALVO, James. *Contabilidade gerencial*. Tradução Tatiana Carneiro Quírico. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.

KUGLER, José Luiz Carlos; FERNANDES, Aguinaldo Aragon. *Planejamento e controle de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Gerenciamento de sistemas de informação*. 3. ed. Tradução Alexandre Oliveira. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; DAVID, Stephan. *Statistics for managers using Microsoft Excel*. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

MACHADO JR., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. *A lei 4.320 comentada: com introdução de comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000/2001.

MOST, Kenneth s. *Accounting theory*. Columbus: Grid Inc., 1977.

FELICIANO NETO, Acácio; SHIMIZU, Tamio. *Sistemas flexíveis de informação*. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Sistemas de informações gerenciais*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1993.

PARISI, Cláudio. *Uma contribuição ao estudo de modelos de identificação e acumulação de resultado*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

PELEIAS, Ivan Ricardo. *Avaliação de desempenho: um enfoque de gestão econômica*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Atlas 1993.

ROSANA, Kisil. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*: edição universitária. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SILVA, José Dionísio Gomes da. *Investigação da prática da gestão econômica na atividade hoteleira no Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

STEVENSON, William J. *Stevenson. estatística aplicada à administração*. Tradução Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.

WALTON, Richard E. *Tecnologia de informação: o uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva*. Tradução Edson Luiz Riccio. São Paulo: Atlas, 1994.

**ANEXO A – Fundações de Apoio Credenciadas – Lei nº 8.958/94
Portaria Interministerial nº 2.089/97-MEC/MCT**

**FUNDAÇÕES DE APOIO CREDENCIADAS - LEI 8.958/94
PORTARIA INTERMINISTERIAL 2.089/97-MEC/MCT**

NOME	SIGLA	CIDADE	UF	VÍNCULO
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária	FUNDAPE	Rio Branco	AC	UFAC
Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Extensão e Pesquisa	FUNDEPES	Maceió	AL	UFAL
Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	UNISOL	Manaus	AM	UAM
Fundação Djalma Batista	FDB	Manaus	AM	INPA
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas	FUNCEFET-AM	Manaus	AM	CEFET-AM
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Cultura da UNIFAP e ao Estado do Amapá	FUNDAP	Macapá	AP	UNIFAP
Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico - CEFETBAHIA	FUNCEFET-BA	Salvador	BA	CEFET-BA
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	FAPEX	Salvador	BA	UFBA
Fundação Escola Politécnica da Bahia	FEP	Salvador	BA	UFBA
Fundação Faculdade de Direito da Bahia	FFDB	Salvador	BA	UFBA
Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social	FAPES	Salvador	BA	UNEB
Fundação Educacional de Tecnologia em Administração	FETEAD	Salvador	BA	UFBA
Fundação Pau Brasil	FUNPAB	Itabuna	BA	CEPLAC
Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia	DESAGRO	Cruz das Almas	BA	UFBA-EMBRAPA
Fundação Bahiana de Cardiologia	FCB	Salvador	BA	HU-da UFBA
Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia	FEA/UFBA	Salvador	BA	UFBA
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	FCPC	Fortaleza	CE	UFCE
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	FINATEC	Brasília	DF	UNB
Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração	FEPAD	Brasília	DF	UNB
Fundação de Apoio a Recursos Genéticos e Biotecnologia "Dalmo Catauli Giacometti"	FUND. GIACOME-TTI	Brasília	DF	EMBRAPA
Fundação Universitária de Brasília	FUBRA	Brasília	DF	UnB
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio Brasileiro	FAGRO	Brasília	DF	EMBRAPA
Fundação Ceciliano Abel de Almeida	FCAA	Vitória	ES	UFES
Fundação de Apoio ao Hospital Universitário "Cassiano Antonio Moraes"	FAHUCAM	Maruípe	ES	UFES-HC
Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico do CEFET-ES	FUNCEFET-ES	Vitória	ES	CEFET-ES
Fundação Espírito-Santense de Tecnologia	FEST	Vitória	ES	UFES
Fundação de Apoio à Pesquisa	FUNAPE	Goiânia	GO	UFG
Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	FUNDAHIC	Goiânia	GO	UFG-HU
Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural	RTVE	Goiânia	GO	UFG
Fundação Sossândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	FSADU	São Luís	MA	UFMA
Fundação Josué Montello		São Luís	MA	HU-UFMA
Fundação de Apoio à Cultura, Ensino e Extensão de Alfenas	FACEPE	Alfenas	MG	EFOA

NOME	SIGLA	CIDADE	UF	VÍNCULO
Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de MG	FUNCEFET-MINAS	Belo Horizonte	MG	CEFET-MG
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	FUNDEP	Belo Horizonte	MG	UFMG
Fundação Cristiano Ottoni	FCO	Belo Horizonte	MG	UFMG
Fundação Universitária Mendes Pimentel	FUMP	Belo Horizonte	MG	UFMG
Fundação Renato Azeredo		Belo Horizonte	MG	UEMG
Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia	FEPE	Belo Horizonte	MG	UFMG
Fundação Biominas	FB	Belo Horizonte	MG	UFMG/ SEBRAE
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	FAPEPE	Itajubá	MG	EFEI
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, à Pesquisa e Extensão	FADEPE	Juiz de Fora	MG	UFJF
Fundação Centro Tecnológico de Juiz de Fora	FCT	Juiz de Fora	MG	UFJF
Fundação de Desenvolvimento Regional	FUNDER	Juiz de Fora	MG	UFJF
Fundação Instituto Mineiro de Estudos e Pesq. em Nefrologia	IMEPEN	Juiz de Fora	MG	UFJF-HU
Fundação do Hospital Universitário de Juiz de Fora	FHU	Juiz de Fora	MG	UFJF
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	FAEPE	Lavras	MG	UFLA
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas	FADENOR	Montes Claros	MG	UNIMON-TES
Fundação Gorceix		Ouro Preto	MG	UFOP
Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	RTV	Ouro Preto	MG	UFOP
Fundação Tiradentes	FUNTIR	São João De'l Rei	MG	FUNREI
Fundação de Apoio à Pesquisa, Educação e Cultura	FAPEC	São João De'l Rei	MG	FUNREI
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	FAPED	Sete Lagoas	MG	EMBRAPA/CNPMS
Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	FUNEPU	Uberaba	MG	FMTM
Fundação de Apoio à Pesquisa do Triângulo e Alto Paranaíba	FUNAP	Uberaba	MG	EMBRAPA/ UNIV. UBERABA/ UFU
Fundação de Desenvolvimento Agropecuário	FUNDAP	Uberlândia	MG	UFU
Fundação de Apoio Universitário	FAU	Uberlândia	MG	UFU
Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia	FAEPU	Uberlândia	MG	UFU
Fundação Pesquisa e Assessoramento à Indústria	FUPAI	Itajubá	MG	EFEI
Fundação Arthur Bernardes	FUNARBE	Viçosa	MG	UFV
Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa	FACEV	Viçosa	MG	UFV
Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	FUNDAEPE	Diamantina	MG	FAFEOD
Fundação de Auxílio à Investigação e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentado	FUNDECIT	Belo Horizonte	MG	EPAMIG - UFMG
Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	FAPEC	Campo Grande	MS	UFMS
Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária	FUNDAÇÃO CHAPADÃO	Chapadão do Sul	MS	EMBRAPA
Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul	FAPEMS	Dourados	MS	FUEMS
Fundação de Pesquisa Vegetal Integrada	FUND.VEGETAL	Dourados	MS	EMBRAPA
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul	FADEMS	Campo Grande	MS	FUFMS

NOME	SIGLA	CIDADE	UF	VÍNCULO
Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária e Ambiental	FUNDAPAM	Campo Grande	MS	EMBRAPA
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	FADESP	Belém	PA	UFPA
Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia	FIDESA	Belém	PA	UESP
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia	FUNAGRI	Belém	PA	EMBRAPA
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	FUNAPE	João Pessoa	PB	UFPB
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	Pqt-Pb	Campina Grande	PB	UFPB
Fundação José Américo	FJA	João Pessoa	PB	UFPB
Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba	FUNETEC	João Pessoa	PB	CEFET-PB
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	FADE	Recife	PE	UFPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	FADURPE	Recife	PE	UFRPE
Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão	FUNDAPE	Teresina	PI	UFPI
Fundação Agente Para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio-Ambiente	AGENTE	Teresina	PI	UFPI
Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí	FUNDAPE	Teresina	PI	UFPI
Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Piauí	FUNADEPI	Teresina	PR	CEFET-PIAUI
Fundação da Universidade Federal do Paraná p/ o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura	FUNPAR	Curitiba	PR	UFPR
Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FUNCEFET-PR	Curitiba	PR	CEFET-PR
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio	FAPEAGRO	Londrina	PR	EMBRAPA/UEM
Fundação de Apoio ao CEFET-RJ	FUNCEFET	Rio de Janeiro	RJ	CEFET-RJ
Fundação Universitária José Bonifácio	FUJB	Rio de Janeiro	RJ	UFRJ
Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	COPPETEC	Rio de Janeiro	RJ	UFRJ
Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro	PRO-UNIRIO	Rio de Janeiro	RJ	UNIRIO
Fundação Bio-Rio	BIO-RIO	Rio de Janeiro	RJ	UFRJ
Fundação Ricardo Franco		Rio de Janeiro	RJ	IME
Fundação de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cooperação à ENSP	FENSPTEC	Rio de Janeiro	RJ	ENSP
Fundação Médica Pró-Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia	PRÓ-INTO	Rio de Janeiro	RJ	Ministério da Saúde
Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense	FUNAG	Niterói	RJ	UFF
Fundação de Apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Química	FUNCEFETEQ	Rio de Janeiro	RJ	CEFETEQ-RJ
Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	FAPUR	Seropédica	RJ	UFRRJ
Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e ao Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle da Univers. do Rio de Janeiro	FUNRIO	Rio de Janeiro	RJ	UNIRIO

NOME	SIGLA	CIDADE	UF	VÍNCULO
Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CEFET-Campos		Campos	RJ	CEFET-Campos
Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura	FUNPEC	Natal	RN	UFRN
Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte	FUNCERN	Natal	RN	CEFET-RN
Fundação Guimarães Duque		Mossoró	RN	ESAM
Fundação Rio Madeira	RIOMAR	Porto Velho	RO	UNIR
Fundação Médica do Rio Grande do Sul		Porto Alegre	RS	UFRGS-HC/PA
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FAURGS	Porto Alegre	RS	UFRGS
Fundação Luiz Englert		Porto Alegre	RS	UFRGS
Fundação Universidade - Empresa de Tecnologia e Ciência	FUNDATEC	Porto Alegre	RS	UFRGS
Fundação Empresa-Escola de Engenharia da UFRGS	FEENG	Porto Alegre	RS	UFRGS
Fundação Cidade do Rio Grande		Rio Grande	RS	FURG-CTI
Fundação de Apoio ao Hospital de Ensino do Rio Grande	FAHERG	Rio Grande	RS	FURG-HO
Fundação de Apoio à Tecnologia e à Ciência	FATEC	Santa Maria	RS	UFSM
Fundação de Apoio Universitário FAU-HEUFPeI	FAU-HEUFPeI	Pelotas	RS	UFPeI-HU
Fundação Delfim Mendes Silveira	FDMS	Pelotas	RS	UFPEL
Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal	FAPEG	Pelotas	RS	EMBRAPA
Fundação de Apoio à Universidade de Rio Grande	FAURG	Rio Grande	RS	FURG
Fundação Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas	FUNCEFET-PEL	Pelotas	RS	CEFET-PEL
Fundação Atlântica de Pesquisa Costeira e Oceânica	FAPECO	Rio Grande	RS	FURG
Fundação Pró-Sementes de Apoio à Cultura	PRÓ-SEMENTES	Passo Fundo	RS	EMBRAPA
Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura	FUNDAE	Santa Maria	RS	UFSM
Fundação e Estudos Superiores de Administração e Gerência	ESAG	Florianópolis	SC	UDESC
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	FAPEU	Florianópolis	SC	UFSC
Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	FEESC	Florianópolis	SC	UFSC
Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas	FEPese	Florianópolis	SC	UFSC
Fundação Centro de Referências em Tecnologias Inovadoras	CERTI	Florianópolis	SC	UFSC
Fundação José Arthur Boiteux	FUNJAB	Florianópolis	SC	UFSC
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de SC	FUNDAGRO	Florianópolis	SC	EMBRAPA
Fundação Escola Agrotécnica Federal de Santa Rosa do Sul	FEAEFES	Santa Rosa do Sul	SC	EAFS
Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina	FETESC	Florianópolis	SC	CEFET-SC
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	FAPESE	Aracaju	SE	UFSE
Fundação p/ o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais	FUNCRAF	Bauru	SP	USP/ HPRLLP
Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	FUNCAMP	Campinas	SP	UNICAMP

NOME	SIGLA	CIDADE	UF	VÍNCULO
Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia "André Tosello"		Campinas	SP	ELETRO-BRÁS
Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	FEALQ	Piracicaba	SP	ESALQ
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FAI-UFSCAR	São Carlos	SP	UFSCAR
Fundação para o Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial	FIPAI	São Carlos	SP	USP
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	FUNCATE	São José dos Campos	SP	INPE
Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	FUNDUNESP	São Paulo	SP	UNESP
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	FUSP	São Paulo	SP	USP
Fundação Faculdade de Medicina		São Paulo	SP	USP
Fundação do Fígado	FF	São Paulo	SP	USP
Fundação Oswaldo Ramos - Hospital do Rim		São Paulo	SP	USP
Fundação Adib Jatene	FAJ	São Paulo	SP	IDPC-SP
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola	FUNDAG	São Paulo	SP	EMBRAPA
Fundação Casimiro Montenegro Filho	FCMF	São Paulo	SP	ITA
Fundação Lucentis de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão	LUCENTIS	Botucatu	SP	UNESP
Fundação de Apoio ao Centro Tecnológico para Informática	FACTI	São Paulo	SP	MCT-CTI
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	FUNDESPA	São Paulo	SP	USP

Fundação de Apoio contemplada pela pesquisa.

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Caro Respondente,

Estamos desenvolvendo um trabalho de pesquisa, cujo objetivo é investigar a relevância e confiabilidade das informações geradas pelo Sistema de Informações Gerenciais (SIG) das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior no Nordeste do Brasil.

Assim, contamos com a colaboração de V.S^a em responder o presente questionário. Lembramos que suas informações estarão propiciando a identificação do estágio atual dos Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior no Nordeste do Brasil para o desenvolvimento científico de nossa região.

Atenção:

1. Ao apresentar sua resposta favor considerar a realidade atual da Fundação;
2. Atentar para as questões de múltiplas respostas;
3. Os dados coletados, em nenhuma hipótese, servirão para julgamentos ou críticas individuais;
4. Os dados coletados serão mantidos em sigilo e, em hipótese alguma, serão divulgados a terceiros;
5. Caso surjam dúvidas em alguma questão, favor consultar o APÊNDICE Bontendo vários exemplos associados a cada pergunta do questionário.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1 Bloco sobre Identificação da Fundação

1.1 Nome da Fundação:

1.2 Sigla da Fundação:

1.3 Localização:

1.4 Vinculação Institucional/IFES:

1.5 Data de constituição da Fundação (dd/mm/aa) : / /

2 Bloco sobre Evolução da Fundação

Instruções para quesitos: 2.1 ao 2.3:

Para tais quesitos, deve-se anotar, nas colunas indicadas, os dados relativos à “Quantidade de Projetos Administrados”, o “Montante de Recursos Financeiros Gerenciados” e a “Quantidade de Colaboradores” dos anos de 1997 a 2002.

Obs: A coluna “N/D” só deve ser assinalada caso a informação não esteja disponível em tempo oportuno.

2.1 Qual a quantidade de projetos (convênios, contratos, acordos e protocolo de intenção) administrados em:

Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D	Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D	Ano	Quantidade de Projetos Administrados	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

2.2 Qual o montante de recursos financeiros gerenciados em:

Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D	Ano	Montante de Recursos Financeiros Gerenciados	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

2.3 Qual a quantidade de colaboradores da Fundação (funcionários, estagiários, bolsistas etc.):

Ano	Quantidade de Colaboradores	N/D	Ano	Quantidade de Colaboradores	N/D	Ano	Quantidade de Colaboradores	N/D
1997		<input type="checkbox"/>	1998		<input type="checkbox"/>	1999		<input type="checkbox"/>
2000		<input type="checkbox"/>	2001		<input type="checkbox"/>	2002		<input type="checkbox"/>

3 Bloco sobre Identificação do(s) Respondente(s)

3.1 Qual a posição hierárquica do(s) respondente(s) - (pode ser assinalada mais de uma alternativa)?

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Diretor Financeiro | <input type="checkbox"/> Diretor Administrativo | <input type="checkbox"/> Controller |
| <input type="checkbox"/> Contador(a) | <input type="checkbox"/> Chefe de Área/Grupo | <input type="checkbox"/> Superintendente |
| <input type="checkbox"/> Outra Posição: Especificar _____ | | |

3.2 Qual a formação acadêmica do(s) respondente(s) ? _____

4 Bloco sobre os Sistemas de Informações

4.1 A fundação dispõe de um sistema integrado de informações gerenciais que proporcione o processamento dos dados resultantes de todas as suas atividades? (assinalar apenas uma alternativa)

- Sim, existe um sistema estruturado de acordo com a pergunta.
- Sim, mas o sistema não é integrado, ou seja, os dados são consolidados isoladamente para uma ou outra atividade e/ou grupo de atividades e, em seguida, trabalhados separadamente conforme as necessidades específicas de cada usuário da informação através de planilhas eletrônicas e/ou processo manual.
- Não existe qualquer tipo de sistema de informação. (Caso este quesito seja assinalado, favor encerrar o preenchimento do questionário aqui.)

4.2 Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, assinale nos espaços abaixo que tipos de dados são processados (pode ser assinalada mais de uma alternativa):

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Compras/serviços internacionais | <input type="checkbox"/> Compras/serviços nacionais |
| <input type="checkbox"/> Execução dos Planos de Aplicação | <input type="checkbox"/> Fluxo de Caixa real |
| <input type="checkbox"/> Fluxo de Caixa Projetado (orçado) | <input type="checkbox"/> Conciliação das contas |
| <input type="checkbox"/> Controle de taxas de Administração | <input type="checkbox"/> Contas a Receber |
| <input type="checkbox"/> Exportação de produtos e serviços | <input type="checkbox"/> Contabilidade |
| <input type="checkbox"/> Controle de folha de pagamento | <input type="checkbox"/> Pagamentos |
| <input type="checkbox"/> Informações operacionais do projeto (dados de coordenadores etc.) | |
| <input type="checkbox"/> Cadastro de fornecedores, prestadores de serviços e bolsistas | |
| <input type="checkbox"/> Controle de empréstimos entre projetos | |
| <input type="checkbox"/> Mensalidades de cursos de especialização | |
| <input type="checkbox"/> Alterações de planos de aplicação | |

4.3 Como são processados os dados assinalados na questão anterior (assinalar apenas uma questão)?

- Através de sistema informatizado.
 Parte através de planilhas eletrônicas e parte via sistema informatizado.
 Parte através de planilhas eletrônicas, parte manualmente e parte via sistema informatizado.
 Todo o processamento é efetuado manualmente.

4.4 Quais os módulos que integram o Sistema de Informações Gerenciais?

- Projetos (contratos/convênios)
 Financeiro/Contábil
 Compras/serviços – Nacionais
 Compras/serviços – Internacionais
 Orçamento (projeção) de Fluxo de Caixa da Fundação
 Outros (especificar)
- _____
- _____
- _____

4.5 Com base na resposta anterior, indicar os sistemas que auxiliam o processo de tomada de decisão indicando o grau de importância.

Obs: Assinalar apenas uma coluna para cada módulo que foi marcado no quesito anterior

	Muito Importante	Razoavelmente Importante	Pouco Importante	Indiferente
Projetos (contratos/convênios)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento (projeção) de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (especificar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 Bloco sobre a capacidade dos Sistemas de Informações fornecerem informações

Instruções para quesitos: 5.1 ao 5.6:

Observa-se que são relacionados 6 sistemas (Projetos, Financeiro/Contábil, Compras/Serviços Nacionais, Compras/Serviços Internacionais e Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação), logo os quesitos só devem ser respondidos se pelo menos um desses sistemas estiver assinalado no quesito 4.4 (**Obs: deve-se assinalar apenas uma coluna para cada sistema**).

5.1 O Sistema de Informações existente fornece informações do tipo aceitar ou rejeitar um projeto, realizar ou não realizar uma aplicação financeira, efetuar ou não efetuar uma compra a determinado fornecedor?

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte os exemplos para a questão 5.1 no anexo.

	Sim, fornece	Fornece em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.2 O sistema da fundação fornece informações tempestivas diante da necessidade urgente de se tomar uma decisão?

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte os exemplos para a questão 5.2 no anexo.

	Sim, fornece	Fornece em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.3 O sistema fornece informações para auxiliar nas correções dos desvios e/ou aprimoramento das atividades internas (*feedback*) da Fundação?

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte os exemplos para a questão 5.3 no anexo.

	Sim, fornece	Fornecer em parte	Não fornece
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.4 Indique em que nível as informações fornecidas pelo sistema representam as transações e eventos que elas dizem representar ou razoavelmente espera-se que ela represente.

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte o exemplo para a questão 5.4 no anexo.

	Representa Fielmente	Representa Razoavelmente	Não Representa
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.5 Indicar para cada sistema a seguir qual o grau de aceitação atribuído à mensuração das transações realizadas pela Fundação.

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte os exemplos para a questão 5.5 no anexo.

	São plenamente aceitos	São Parcialmente aceitos	Não são aceitos
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.6 Os relatórios finais gerados a partir de cada sistema de informação atende às necessidades dos gestores na tomada de decisão e na prestação de contas?

	Atende plenamente	Atende Parcialmente	Não Atende
Projetos (contratos/convênios/acordos/prot. intenções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financeiro/Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras/serviços – Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento de Fluxo de Caixa da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.7 As informações geradas no sistema para subsidiar o processo decisório são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério para os eventos/transações similares? (assinalar apenas um quesito)

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte os exemplos para a questão 5.7 no anexo.

- Sim, todos os eventos/transações similares são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério.
- Apenas alguns eventos/transações são mensuradas e avaliadas com base em um mesmo critério e outras não.
- Não, nenhum evento/transação é mensurado ou avaliado com base em algum critério ou padrão.

5.8 Para a fundação preparar o seu planejamento operacional, o sistema de informações fornece subsídios aos seus gestores para tomar a decisão de fazer investimentos permanentes, contratar pessoal, fazer aplicações financeiras, investir em divulgação, treinamento de pessoal etc.? (assinalar apenas um quesito)

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte o exemplo para a questão 5.8 no anexo.

- Fornece todos os subsídios necessários.
- Fornece subsídios de forma parcial.
- Não fornece qualquer subsídio.

5.9 Os recursos de cada projeto são controlados e contabilizados separadamente, em unidades de gestão, segregando os “fundos” em função de sua natureza, origem ou finalidade? (assinalar apenas um quesito)

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte o exemplo para a questão 5.9 no anexo.

- Sim, todos os projetos são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos públicos são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos privados são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente os projetos mistos (público+privado) são controlados e contabilizados separadamente.
- Somente alguns projetos, independente de sua natureza, são controlados e contabilizados separadamente.
- Não, os projetos não são controlados nem contabilizados separadamente.

5.10 O sistema processa demonstrativos contábeis para cada projeto (fundo) e um outro consolidado, este último agregando todos os projetos (fundos) para representar o patrimônio total gerido pela Fundação? (assinalar apenas um quesito)

Obs: Caso exista alguma dúvida, consulte o exemplo para a questão 5.10 no anexo.

- Sim, o sistema processa os demonstrativos conforme a pergunta.
- O sistema processa demonstrativos individuais para cada fundo sem a eventual consolidação.
- O sistema processa demonstrativos individuais para cada fundo com a consolidação realizada manualmente ou através de planilhas eletrônicas.
- O sistema processa somente o demonstrativo consolidado.
- O sistema processa somente o demonstrativo consolidado, sendo os demonstrativos individuais elaborados manualmente ou através de planilhas eletrônicas.
- Não, o sistema não processa nenhum demonstrativo definido na pergunta.

5.11 O sistema de informações efetua a conciliação das contas? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, todas as contas são conciliadas pelo sistema.
- O sistema efetua apenas a conciliação bancária.
- Apenas a conciliação bancária é efetuada, utilizando planilha eletrônica.
- As contas com maiores movimentações financeiras são conciliadas e as de menores movimentações financeiras não são conciliadas pelo sistema.
- As contas com maiores movimentações financeiras são conciliadas através de planilhas eletrônicas e as de menores movimentações financeiras não são conciliadas pelo sistema.
- O sistema não efetua qualquer tipo de conciliação.

5.12 Todos os setores da Fundação têm acesso às informações no modo *on-line*, definida na mesma base de dados para os diversos sistemas de informação? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, todos os setores têm acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados.
- Apenas alguns setores têm acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados.
- Não, nenhum setor tem acesso às informações necessárias em modo *on-line* definida na mesma base de dados.

5.13 Quais os instrumentos utilizados pela fundação para processar as informações divulgadas nos relatórios contábeis/gerenciais a seguir: (assinalar apenas uma coluna para cada tipo de relatório)

Instrumento de processamento/divulgação Relatórios Contábeis/Gerenciais	Através de planilhas eletrônicas	Através do próprio sistema	Através de processo manual	Não é processado/divulgado
Balanço Financeiro dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço orçamentário dos projetos públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço patrimonial para os projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço patrimonial da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Balanço social da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Resultado do Exercício da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Fluxo de Caixa Real da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração do Fluxo de Caixa Projetado da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração de Lucros e prejuízos acumulados da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido da Fundação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Demonstrativo de estatísticas financeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.13 O sistema da fundação contempla um plano de contas flexível que possibilite se adequar à estrutura das contas de entes públicos (União, Estados e Municípios)? (assinalar apenas um quesito)

- Sim, o sistema contempla um plano de contas conforme a pergunta.
- Sim, mas o plano de contas não é flexível o bastante para se adequar à estrutura governamental.
- Não, o sistema não contempla um plano de contas conforme a pergunta.

ANEXO AO QUESTIONÁRIO

QUESTÃO 5.1 (Exemplos)

Exemplo 1: O sistema alerta que determinado projeto apresenta Receitas inferiores aos Gastos Previstos (O sistema, nesse caso, evidencia que determinado projeto será inviável, assim a informação será útil para decidir ou não na execução do projeto. Assim, se o sistema informar que um determinado projeto será inviável, neste caso, a informação fará a diferença na decisão de aceitar ou não um determinado projeto).

Exemplo 2: O sistema Financeiro Contábil gera informações que evidencia a viabilidade ou não de uma aplicação financeira, com base numa receita prevista de aplicação.

Exemplo 3: O sistema de compras ajuda a comissão de licitação a decidir por uma determinada modalidade de licitação, ou, quando não cabível o processo licitatório, ajuda o gestor de compras a decidir com qual fornecedor negociar e qual o prazo de pagamento a negociar.

QUESTÃO 5.2 (Exemplos)

Exemplo 1: O sistema fornece a informação de viabilidade ou não de um determinado Projeto, antes que seja assinado o Convênio, Contrato ou Acordo. (Observa-se claramente que se o sistema gera uma informação após uma decisão já tomada, através da assinatura do contrato, convênio ou acordo, a informação não teria mais utilidade para essa decisão).

Exemplo 2: O sistema financeiro/contábil fornece informações imediatas sobre qual o montante que deve ser utilizado para aplicação em CDB ou outro produto financeiro.

QUESTÃO 5.3 (Exemplo)

Exemplo 1: O sistema fornece informações sobre análise das variações entre os gastos previstos e realizados nos diversos projetos. As variações podem ser identificadas em qualquer atividade/rubrica e/ou gasto onde se estabeleça uma previsão. (Se o sistema gera esse tipo de informação, estará ajudando a verificar onde estão ocorrendo os acertos e os erros de previsões para auxiliar no processo de estimativa mais próxima da realidade, bem como a avaliação de desempenho dos diversos setores da Fundação).

QUESTÃO 5.4 (Exemplos)

Exemplo 1: As informações fornecidas pelo sistema, relacionadas à viabilidade ou inviabilidade dos projetos, representam que esses projetos são julgados como viáveis ou inviáveis.

Exemplo 2: As informações geradas pelo sistema financeiro/contábil a respeito dos saldos bancários em uma determinada data, coincidem integralmente com os resultados apresentados pelos demonstrativos fornecidos pelo banco. Assim, as informações geradas pelo sistema financeiro/Contábil a respeito do saldo bancário realmente proporcionam segurança ao gestor para tomar uma decisão sobre planejamento de gastos futuros.

Exemplo 3: As informações de preços de materiais/serviços, fornecidas pelo sistema de compras de materiais/serviços, apresentam preços compatíveis com a realidade do mercado em um determinado período.

QUESTÃO 5.5 (Exemplo)

Exemplo 1: O sistema mensura as diárias de um projeto público celebrado com a União, com base na tabela de diárias da união. O sistema mensura as diárias de um projeto público vinculado a um determinado órgão da esfera estadual com base na tabela de diárias do respectivo Estado. O sistema mensura as diárias de um projeto público vinculado a um determinado órgão da esfera municipal com base na tabela de diárias do respectivo Município.

QUESTÃO 5.7 (Exemplos)

Exemplo 1: O sistema julga a viabilidade ou não dos projetos baseado em um mesmo critério ou padrão de mensuração e avaliação.

Exemplo 2: O sistema define a taxa de administração dos projetos baseado em um mesmo critério ou padrão de mensuração.

Exemplo 3: O sistema define um fornecedor de determinado material, com base na melhor alternativa identificada no cadastro geral de preços.

QUESTÃO 5.8 (Exemplo)

Exemplo 1: Como a principal origem de recursos das Fundações é proveniente da taxa de administração, o sistema de informações deve ser capaz de gerar uma previsão de fluxo de caixa, para um ano ou mais, que mostre o comportamento futuro dos resultados financeiros (superávits ou déficits de caixa) e que ajude o gestor a decidir sobre contratação, demissão de pessoal, aumentos de salários ou gratificações, investimentos permanentes etc.

QUESTÃO 5.9 (Exemplo)

Exemplo 1: Cada projeto (neste caso corresponderia à unidade de gestão) teria um controle separado das receitas provenientes dos repasses financeiros e dos gastos estabelecidos no plano de aplicação de recursos. Esta composição de receitas e gastos pertinentes a cada projeto seria considerado como um fundo.

QUESTÃO 5.10 (Exemplo)

Exemplo 1: Cada projeto é vinculado a um código que todos os sistemas utilizam para relacionar o evento ou transação. Neste caso seria necessário um plano de contas único estruturado que mantenha o controle individual de cada conta por meio de um “código de gestão”, permitindo, assim, a consolidação dos balanços.

APÊNDICE B - Plano de Contas para o Sistema de Informação Contábil das Fundações de Apoio

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
1.0.0.0.0.00	ATIVO		
1.1.0.0.0.00	ATIVO CIRCULANTE		
1.1.1.0.0.00	Disponível		
1.1.1.1.0.00	Disponível em Moeda nacional		
1.1.1.1.1.00	Caixa		
1.1.1.1.1.01		Fundo Fixo de Caixa	Cód Projeto, CPF resp
1.1.1.1.2.00	Bancos		
1.1.1.1.2.01		Bancos Conta Movimento	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C
1.1.1.1.3.00	Aplicações Financeiras		
1.1.1.1.3.01		Aplicações com Resgate Imediato	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C, Cód Aplicação
1.1.1.2.0.00	Disponível em Moeda Estrangeira		
1.1.1.2.1.00	Bancos c/ Movimento		
1.1.1.2.1.01		Banco do Brasil	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C
1.1.1.2.1.02		Caixa Econômica Fed.	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C
1.1.1.1.2.00	Aplicações Financeiras- Liq. Imediata		
1.1.1.1.2.01		Aplicações com Resgate Imediato	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C
1.1.1.3.0.00	Aplicações Financeiras - Curto Prazo		
1.1.1.3.1.00		Aplicações com resgate para Curto Prazo	Cód Projeto, Cód Banco, Cód Ag., C/C
1.1.1.3.1.01			
1.1.2.0.0.00	Créditos em Circulação		
1.1.2.1.0.00	Créditos a Receber		
1.1.2.1.1.00	Fornecimentos a receber		
1.1.2.1.1.01		Devedores - Estoque próprio	Cód Projeto-cedente, Cód Projeto devedora
1.1.2.1.2.00	Recursos a receber		
1.1.2.1.2.01		Repasses a receber	Cód Projeto FUNDAÇÃO, Cgc ou CPF entidade devedora
1.1.2.1.2.03		Mensalidades a receber	Cód Projeto FUNDAÇÃO, Cgc ou CPF entidade devedora
1.1.2.1.3.00	Créditos diversos a receber		
1.1.2.1.3.01		Salário-família	Cód Projeto
1.1.2.1.3.02		Salário-maternidade	Cód Projeto
1.1.2.1.3.03		Auxílio-maternidade	Cód Projeto
1.1.2.1.3.04		Contribuições Sociais	Cód Projeto
1.1.2.2.0.00	Devedores - entidades e Agentes		
1.1.2.2.1.00	Entidades devedoras		
1.1.2.2.1.01		Entidades Públicas	Cód Projeto, GCG ou CPF do devedor
1.1.2.2.1.02		Entidades Privadas	Cód Projeto, CGC ou CPF do devedor
1.1.2.2.2.00	Diversos responsáveis apurados		
1.1.2.2.2.01		Pagamentos Indevidos	Cód Projeto, Exercício, CGC ou CPF
1.1.2.2.2.02		Desfalques ou Desvios	Cód Projeto, Exercício, CGC ou CPF
1.1.2.2.2.03		Débitos de terceiros ou prestação de serviços	
1.1.2.2.2.04		Responsáveis por danos ou perdas	
1.1.2.2.2.05		Pagamentos sem respaldo orçamentário	
1.1.2.2.2.06		Falta ou irregularidade de comprovação	
1.1.2.2.2.07		Adiantamentos concedidos irregularmente	
1.1.2.2.2.08		Multas e juros	
1.1.2.2.3.00	Responsabilidade por créditos diversos		
1.1.2.2.3.01		Débitos em processo de identificação	Cód Projeto, Exercício, CGC ou CPF
1.1.2.2.3.02		Débitos em processo de apuração	Cód Projeto, Exercício, CGC ou CPF
1.1.2.3.0.00	Empréstimos e financiamentos		
1.1.2.3.1.00		Empréstimos concedidos	
1.1.2.3.1.01			Cód Projeto, Cgc ou CPF entidade devedora
1.1.2.3.2.00		Financiamentos concedidos	
1.1.2.3.2.01			Cód Projeto
1.1.2.4.0.00	Adiantamentos Concedidos		
1.1.2.4.1.00		Adiantamentos a Fornecedores	
1.1.2.4.1.01			Cód Projeto, CGC ou CPF

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
1.1.2.4.2.00		Adiantamentos a Pessoal	
1.1.2.4.2.01			Cód Projeto, CPF
1.1.3.0.0.00	Bens e valores em Circulação		
1.1.3.1.0.00	Estoques		
1.1.3.1.1.00	Estoques Internos- Almoxarifado		
1.1.3.1.1.01		Materiais de Consumo	Cód Projeto, Subitem natureza despesa
1.1.3.1.2.00	Estoques de distribuição		
1.1.3.1.2.01		Materiais de Consumo	Cód Projeto, Subitem natureza despesa
1.1.3.1.3.00	Importação em Andamento		
1.1.3.1.3.01		Importação do exercício	Cód Projeto, CGC ou CPF
1.1.3.1.3.02		Importação de exercícios anteriores	Cód Projeto, CGC ou CPF, Exercício
1.1.4.0.0.00	Valores pendentes a curto prazo		
1.1.4.1.0.00	Despesas pendentes		
1.1.4.1.1.00		Despesas a classificar	Cód Projeto
1.1.5.0.0.00	Despesas de Exercício Seguinte		
1.1.5.1.0.00	Despesas Diferidas		
1.1.5.1.1.00	Despesas Pagas Antecipadamente		
1.1.5.1.1.01		Seguros a apropriar	CGC, CPF, Cód Projeto
1.2.0.0.0.00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
1.2.1.0.0.00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		
1.2.1.1.0.00	Recursos Vinculados		
1.2.1.1.1.00		Depósitos e cauções	Cód Projeto, CGC, CPF
1.2.1.1.2.00		Depósitos Judiciais	Cód Projeto, CGC, CPF
1.2.1.1.3.00		Depósitos para recursos	Cód Projeto, CGC, CPF
1.1.2.0.0.00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo		
1.1.2.1.0.00	Empréstimos e Financiamentos		
1.1.2.1.1.00		Empréstimos Concedidos	
1.1.2.1.2.00		Financiamentos Concedidos	
1.1.2.2.0.00	Créditos a Receber		
1.1.1.2.1.00	Créditos Internos		
1.1.1.2.1.01		Transferência de contas Financeiras	Cód Projeto receptora, Cód Projeto Transferida
1.1.1.2.1.02		Transferência de contas Patrimoniais	Cód Projeto receptora, Cód Projeto Transferida
1.1.1.2.1.03		Devedores por Convênios	Cód Projeto, GCG ou CPF
1.1.1.2.1.04		Débitos de ex-dirigentes e ex- empregados	Cód Projeto, CPF
1.1.1.2.1.05		Créditos em liquidação	Cód Projeto, GCG ou CPF
1.3.0.0.0.00	ATIVO PERMENENTE		
1.3.1.0.0.00	Imobilizado		
1.3.1.1.0.00	Bens Móveis e Imóveis		
1.3.1.1.1.00	Bens Imóveis		
1.3.1.1.1.01			Cód Projeto, Reg. Imóvel
1.3.1.1.1.02		Terrenos	Cód Projeto, Reg. Imóvel
1.3.1.1.2.00	(-) Depreciação acumulada de Bens Imóveis		
1.3.1.1.2.01		Edifícios	
1.3.1.1.3.00	Bens Móveis		
1.3.1.1.3.01		Aeronaves	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.02		Aparelhos de medição	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.03		Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.04		Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp.	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.05		Aparelhos e equip. p/ esportes e diversões	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.06		Aparelhos e utensílios domésticos	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.07		Armamentos	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.08		Bandeiras, Flâmulas e Insignias	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.09		Coleções e Materiais Bibliográficos	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.10		Embarcações	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.11		Equipamentos de manobras e patrulhamento	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.12		Equipamentos de proteção, segurança e socorro	Cód Projeto, Nº do Tombo
1.3.1.1.3.13		Instrumentos musicais e artísticos	Cód Projeto, Nº do Tombo

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
1.3.1.1.3.14		Máquinas e equip. de natureza industrial	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.15		Máquinas e equipamentos energéticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.16		Máquinas e equipamentos gráficos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.17		Equipamentos para áudio vídeo e foto	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.18		Máquinas utensílios e equipamentos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.19		Equipamentos de processamento de dados	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.20		Máquinas, instalações e utensílios de escritório	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.21		Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.22		Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.23		Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.24		Mobiliário em Geral	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.25		Obras de arte e peças para museus	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.26		Semoventes e equipamentos de montaria	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.27		Veículos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.28		Veículos ferroviários	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.29		Peças não incorporáveis a imóveis	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.30		Veículos de tração mecânica	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.31		Carros de combate	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.32		Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.33		Equipamentos, peças e aces. de proteção ao Vôo	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.34		Equipamentos de mergulho e salvamento	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.35		Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.36		Material de uso duradouro	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.37		Equip. sob. de Maq. Motor de navios da esquadra	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.38		= Bens em processo de localização	Cód Projeto, CGC ou CPF
1.3.1.1.3.39		Bens móveis a alienar	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.40		Bens móveis em almoxarifado	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.41		Bens em poder de outra unidade ou terceiros	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.42		Bens móveis em trânsito	Cód Projeto
1.3.1.1.3.43		Importações em andamento - bens móveis	Cód Projeto
1.3.1.1.3.44		= Bens móveis - Compras em andamento	Cód Projeto, CGC ou CPF
1.3.1.1.3.45		Bens móveis em elaboração	Cód Projeto
1.3.1.1.3.46		Bens móveis a classificar	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.47		Outros Bens Móveis	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.00	(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		
1.3.1.1.4.01		Aeronaves	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.02		Aparelhos de medição	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.03		Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.04		Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp.	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.05		Aparelhos e equip. p/ esportes e diversões	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.06		Aparelhos e utensílios domésticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.07		Armamentos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.08		Bandeiras, Flâmulas e Insignias	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.09		Coleções e Materiais Bibliográficos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.10		Embarcações	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.11		Equipamentos de manobras e patrulhamento	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.12		Equipamentos de proteção, segurança e socorro	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.13		Instrumentos musicais e artísticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.14		Máquinas e equip. de natureza industrial	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.15		Máquinas e equipamentos energéticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.16		Máquinas e equipamentos gráficos	Cód Projeto, N° do Tombo

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
1.3.1.1.4.17		Equipamentos para áudio vídeo e foto	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.18		Máquinas utensílios e equipamentos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.19		Equipamentos de processamento de dados	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.20		Máquinas, instalações e utensílios de escritório	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.21		Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.22		Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.23		Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.24		Mobiliário em Geral	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.25		Obras de arte e peças para museus	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.26		Semoventes e equipamentos de montaria	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.27		Veículos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.28		Veículos ferroviários	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.29		Peças não incorporáveis a imóveis	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.30		Veículos de tração mecânica	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.31		Carros de combate	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.32		Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.33		Equipamentos, peças e aces. de proteção ao Vôo	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.34		Equipamentos de mergulho e salvamento	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.35		Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.36		Material de uso duradouro	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.37		Equip. sob. de Maq. Motor de navios da esquadra	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.38		Bens móveis a alienar	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.4.33		Bens em poder de outra unidade ou terceiros	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.1.1.3.40		Outros Bens Móveis	Cód Projeto, N° do Tombo
1.3.2.0.0.00	Diferido		
1.3.2.1.0.00	Despesas Pré-Operacionais		
1.3.2.1.1.00	Despesas de Organização		
1.3.2.1.1.01		Assessoria Jurídica	Cód Projeto
1.3.2.2.0.00	Despesas de Modernização		
1.3.2.2.1.00	Despesas de reestruturação e reorganização		
1.3.2.2.1.01		Projetos e Softwares	Cód Projeto
1.3.2.3.2.00	Benfeitorias em bens de terceiros		
1.3.2.3.2.01		Reformas e construções	Cód Projeto
1.9.0.0.0.00	ATIVO COMPENSADO		
1.9.1.0.0.00	Execução Orçamentária da Receita		
1.9.1.1.0.00	Receita a realizar		
1.9.1.1.1.00	Receitas Correntes		
1.9.1.1.1.01		Taxas pelas prestações de serviços	Cód Projeto, Fonte Recursos
1.9.1.1.1.02		Transferências Correntes	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
1.9.1.1.2.00	Receitas de Capital		
1.9.1.1.2.01		Aplicações Financeiras	Cód Projeto
1.9.1.1.2.02		Alienação de bens	Cód Projeto
1.9.1.2.0.00	Receita realizada		
1.9.1.2.1.00	Receitas Correntes		
1.9.1.2.1.01		Taxas pelas prestações de serviços	Cód Projeto, Fonte Recursos
1.9.1.2.1.02		Transferências Correntes	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
1.9.1.2.2.00	Receitas de Capital		
1.9.1.2.2.01		Aplicações Financeiras	Cód Projeto
1.9.1.2.2.02		Alienação de bens	Cód Projeto
1.9.2.0.0.00	Execução Orçamentária da Despesa		
1.9.2.1.0.00	Dotação Orçamentária		
1.9.2.1.1.00	Despesa Fixada		
1.9.2.1.1.01		Dotação Inicial	Cód Projeto, Elemento de despesa
1.9.2.1.1.02		Dotação Suplementar	Cód Projeto, Elemento de despesa

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
2.0.0.0.0.00	PASSIVO		
2.1.0.0.0.00	PASSIVO CIRCULANTE		
2.1.1.0.0.00	Obrigações em Circulação		
2.1.1.1.0.00	Obrigações a Pagar		
2.1.1.1.1.00		Fornecedores	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.1.1.1.2.00	Pessoal a Pagar		
2.1.1.1.2.01		Ordenados e salários a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.02		13º Salário a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.03		Férias a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.04		Recursos a pagar por transferência	
2.1.1.1.2.05		Serviços terceiros pessoa física a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.06		Serviços terceiros pessoa jurídica a pagar	Cód Projeto, CGC
2.1.1.1.2.07		Auxílio financeiro a estudantes a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.08		Auxílio financeiro a pesquisadores a pagar	Cód Projeto, CPF
2.1.1.1.2.09		Serviços de Consultoria a pagar	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.1.1.1.2.10		Locação de mão-de-obra a pagar	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.1.1.1.3.00	Encargos Sociais		
2.1.1.1.3.01		INSS - Contrib. sobre salários - Empregado	Cód Projeto
2.1.1.1.3.02		INSS - Contrib. sobre salários - Empregador	Cód Projeto
2.1.1.1.3.03		INSS - Contrib. sobre serviços terceiros	Cód Projeto
2.1.1.1.3.04		FGTS	Cód Projeto
2.1.1.1.3.05		PIS	Cód Projeto
2.1.1.1.3.06		Salário Educação	Cód Projeto
2.1.1.1.4.00	Provisões		
2.1.1.1.4.01		Provisão para 13º salário	Cód Projeto
2.1.1.1.4.02		Provisão para férias	Cód Projeto
2.1.1.1.5.00	Encargos Sociais s/ provisões		
2.1.1.1.5.01		INSS	Cód Projeto
2.1.1.1.5.02		FGTS	Cód Projeto
2.1.1.1.6.00	Obrigações Tributárias		
2.1.1.1.6.01		ISS a recolher	Cód Projeto
2.1.1.1.6.02		Imposto Importação a Recolher	Cód Projeto
2.1.1.1.6.03		IOF a recolher	Cód Projeto
2.1.1.1.6.04		IRRF a recolher	Cód Projeto
2.1.1.1.6.05		TSD a recolher	Cód Projeto
2.1.1.1.7.00	Recursos Especiais a Liberar		
2.1.1.1.7.01		Restos a pagar não processados	Cód Projeto, NE, CPF ou CGC, Exercício
2.1.1.1.8.00	Débitos diversos a pagar		
2.1.1.1.8.01		Plano de Saúde	Cód Projeto, CGC
2.1.1.1.8.02		Auxílio-Natalidade	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.1.1.1.8.03		Indenizações	Cód Projeto, CGC ou CPF, Exercício
2.2.0.0.0.00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
2.2.1.0.0.00	Operações de Crédito		
2.2.1.1.0.00	Empréstimos e Financiamentos		
2.2.1.1.1.00		Financiamento do ativo permanente	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.2.1.1.2.00		Financiamento do capital de giro	Cód Projeto, CGC ou CPF
2.3.0.0.0.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
2.3.1.0.0.00	Patrimônio-Capital		
2.3.1.1.0.00		Patrimônio	Cód Projeto
2.3.2.0.0.00	Reservas		
2.3.2.1.0.00	Reservas de Capital		
2.3.2.1.1.00		Reserva de CM do patrimônio/capital	Cód Projeto
2.3.2.1.2.00		Reserva de doação e subvenção para investimento	Cód Projeto
2.3.2.2.0.00	Reserva de Reavaliação		
2.3.2.2.1.00		Reavaliação de bens móveis	
2.3.3.0.0.00	Resultado Acumulado		
2.3.3.1.0.00		Resultado Positivo Exercícios Anteriores	
2.3.3.2.0.00		Resultado Negativo Exercícios Anteriores	
2.3.3.3.0.00		Resultado Positivo Exercício Atual	
2.3.3.4.0.00		Resultado Negativo Exercício Atual	
2.9.0.0.0.00	PASSIVO COMPENSADO		
2.9.1.0.0.00	Execução Orçamentária da Receita		
2.9.1.1.0.00	Previsão Inicial da Receita		

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
2.9.1.1.1.00	Receitas Correntes		
2.9.1.1.1.01		Taxas pela prestação de Serviços	Cód Projeto, Fonte Recursos (provenientes projeto)
2.9.1.1.1.02		Transferências Correntes	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
2.9.1.1.2.00	Receitas de Capital		
2.9.1.1.2.01		Aplicações Financeiras	Cód Projeto
2.9.1.1.2.02		Amortizações de Empréstimos	Cód Projeto
2.9.1.1.2.03		Alienação de Bens	Cód Projeto
2.9.1.1.2.04		Transferência de Capital	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
2.9.1.2.0.00	Previsão Adicional da Receita		
2.9.1.2.1.00	Receitas Correntes		
2.9.1.2.1.01		Taxas pela prestação de Serviços	Cód Projeto, Fonte Recursos (provenientes projeto)
2.9.1.2.1.02		Transferências Correntes	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
2.9.1.2.2.00	Receitas de Capital		
2.9.1.2.2.01		Aplicações Financeiras	Cód Projeto
2.9.1.2.2.02		Amortizações de Empréstimos	Cód Projeto
2.9.1.2.2.03		Alienação de Bens	Cód Projeto
2.9.1.2.2.04		Transferência de Capital	Cód Projeto, GCG ou CPF da entidade/pessoa transferidora
2.9.2.0.0.00	Execução Orçamentária da Despesa		
2.9.2.1.0.00	Disponibilidade de Créditos		
2.9.2.1.1.00	Crédito Disponível		
2.9.2.1.1.01		Créditos Disponível - Iniciais	Cód Projeto, Elemento Despesa
2.9.2.1.1.02		Créditos Disponível - Adicionais	Cód Projeto, Elemento Despesa
2.9.2.2.0.00	Crédito Indisponível		
2.9.2.2.1.00	Contenção de Créditos		
2.9.2.2.1.01		Crédito Contido	Cód Projeto, Elemento Despesa
2.9.2.2.1.02		Crédito Contingenciado	Cód Projeto, Elemento Despesa
2.9.2.2.1.03		Crédito vetado	Cód Projeto, Elemento Despesa
2.9.2.2.0.00	Execução da despesa		
2.9.2.2.1.00	Emissão de empenho por nota de empenho		
2.9.2.2.1.01		Empenhos a liquidar	Cód Projeto, NE, Elemento Despesa, Mod. Licitação, CGC ou CPF do Credor
2.9.2.2.1.02		Empenhos liquidados	Cód Projeto, NE, Elemento Despesa, Mod. Licitação, CGC ou CPF do Credor
3.0.0.00.00.00	Despesas		
3.3.0.00.00.00	Despesas Correntes		
3.3.1.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas – Pess. Civil		
3.3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		
3.3.3.90.04.00	Contratação por tempo determinado		
3.3.3.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas		
3.3.3.90.11.01		Vencimentos e salários	Cód Projeto
3.3.3.90.11.02		Adicional Noturno	Cód Projeto
3.3.3.90.11.03		Incorporações	Cód Projeto
3.3.3.90.11.04		Adiantamento pecuniário	Cód Projeto
3.3.3.90.11.05		Adicional de Periculosidade	Cód Projeto
3.3.3.90.11.06		Adicional insalubridade	Cód Projeto
3.3.3.90.11.07		Adicional de atividades penosas	Cód Projeto
3.3.3.90.11.08		Gratificação por exercício de função	Cód Projeto
3.3.3.90.11.09		Gratificação por tempo de serviço	Cód Projeto
3.3.3.90.11.10		Ferías indenizadas	Cód Projeto
3.3.3.90.11.11		13º Salário	Cód Projeto
3.3.3.90.11.12		Férias - Abono pecuniário	Cód Projeto
3.3.3.90.11.13		Férias - Adicional Constitucional	Cód Projeto
3.3.3.90.11.14		Férias - Pagamento antecipado	Cód Projeto
3.3.3.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.3.3.90.13.01		FGTS	Cód Projeto
3.3.3.90.13.02		Contribuições previdenciárias – INSS	Cód Projeto
3.3.3.90.13.03		PIS- Folha de Pagamento	Cód Projeto
3.3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil		
3.3.3.90.14.01		Diárias no país	Cód Projeto
3.3.3.90.14.02		Diárias no exterior	Cód Projeto
3.3.3.90.17.00	Outras despesas variáveis – pessoal civil		
3.3.3.90.17.01		Ajuda de Custo	Cód Projeto

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
3.3.3.90.17.02		Indenização de transporte	Cód Projeto
3.3.3.90.17.03		Auxílio – Fardamento	Cód Projeto
3.3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a estudante		
3.3.3.90.18.01		Auxílio Financeiro a estudante – Ensino	Cód Projeto
3.3.3.90.18.02		Auxílio Financeiro a estudante – Pesquisa	Cód Projeto
3.3.3.90.18.03		Auxílio Financeiro a estudante – Extensão	Cód Projeto
3.3.3.90.20.00	Auxílio Financeiro a pesquisador		
3.3.3.90.20.01		Auxílio Financeiro a pesquisador – Ensino	Cód Projeto
3.3.3.90.20.01		Auxílio Financeiro a pesquisador – Pesquisa	Cód Projeto
3.3.3.90.20.01		Auxílio Financeiro a pesquisador - Extensão	Cód Projeto
3.3.4.00.00.00	Outras Despesas correntes		
3.3.4.90.00.00	Aplicações diretas		
3.3.4.90.30.00	Material de consumo		
3.3.4.90.30.01		Combustíveis e lubrificantes automotivos	Cód Projeto
3.3.4.90.30.02		Combustíveis e lubrificantes de aviação	Cód Projeto
3.3.4.90.30.03		Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	Cód Projeto
3.3.4.90.30.04		Gás engarrafado	Cód Projeto
3.3.4.90.30.05		Explosivos e munições	Cód Projeto
3.3.4.90.30.06		Alimentos para animais	Cód Projeto
3.3.4.90.30.07		Gêneros de alimentação	Cód Projeto
3.3.4.90.30.08		Animais para pesquisa e abate	Cód Projeto
3.3.4.90.30.09		Material Farmacológico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.10		Material Odontológico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.11		Material Químico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.12		Material de uso zootécnico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.13		Material de caça e pesca	Cód Projeto
3.3.4.90.30.14		Material educativo e esportivo	Cód Projeto
3.3.4.90.30.15		Material para festividades e homenagens	Cód Projeto
3.3.4.90.30.16		Material de expediente	Cód Projeto
3.3.4.90.30.17		Material de Processamento de dados	Cód Projeto
3.3.4.90.30.18		Materiais e medicamentos para uso veterinário	Cód Projeto
3.3.4.90.30.19		Material e acondicionamento e embalagem	Cód Projeto
3.3.4.90.30.20		Material de Cama, mesa e banho	Cód Projeto
3.3.4.90.30.21		Material de copa e cozinha	Cód Projeto
3.3.4.90.30.22		Material de limpeza e Produtos de Higienização	Cód Projeto
3.3.4.90.30.23		Uniformes, tecidos e aviamentos	Cód Projeto
3.3.4.90.30.24		Material para manutenção de bens imóveis	Cód Projeto
3.3.4.90.30.25		Material para manutenção de bens móveis	Cód Projeto
3.3.4.90.30.26		Material elétrico e eletrônico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.27		Material de manobra e patrulhamento	Cód Projeto
3.3.4.90.30.28		Material de proteção e segurança	Cód Projeto
3.3.4.90.30.29		Material para Áudio, Vídeo e Foto	Cód Projeto
3.3.4.90.30.30		Material para Comunicações	Cód Projeto
3.3.4.90.30.31		Sementes, Mudas de plantas e insumos	Cód Projeto
3.3.4.90.30.32		Suprimento de aviação	Cód Projeto
3.3.4.90.30.33		Material para produção industrial	Cód Projeto
3.3.4.90.30.34		Sobresal. máq. e motores, navios e embarcações	Cód Projeto
3.3.4.90.30.35		Material laboratorial	Cód Projeto
3.3.4.90.30.36		Material hospitalar	Cód Projeto
3.3.4.90.30.37		Sobressalentes de Armamento	Cód Projeto
3.3.4.90.30.38		Suprimento de proteção ao Vôo	Cód Projeto
3.3.4.90.30.39		Material para manutenção de Veículos	Cód Projeto
3.3.4.90.30.40		Material Biológico	Cód Projeto
3.3.4.90.30.41		Material para utilização em gráfica	Cód Projeto
3.3.4.90.30.42		Ferramentas	Cód Projeto
3.3.4.90.30.43		Material para reabilitação profissional	Cód Projeto
3.3.4.90.30.44		Material de sinalização rodoviária	Cód Projeto

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
3.3.4.90.30.45		Material técnico para seleção e treinamento	Cód Projeto
3.3.4.90.30.46		Material de consumo – Pagamento antecipado	Cód Projeto
3.3.4.90.30.47		Outros materiais de consumo	Cód Projeto
3.3.4.90.33.00	Passagens e despesas com locomoção		
3.3.4.90.33.01		Passagens para o país	Cód Projeto, CPF Proponente, CPF Proposto
3.3.4.90.33.02		Passagens para o exterior	Cód Projeto, CPF Proponente, CPF Proposto
3.3.4.90.33.03		Locomoção de maios de transporte	Cód Projeto
3.3.4.90.33.04		Locomoção urbana	Cód Projeto
3.3.4.90.35.00	Serviços de Consultoria		
3.3.4.90.35.01		Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	Cód Projeto, CGC ou CPF prestador de serviço
3.3.4.90.35.02		Auditoria externa	Cód Projeto, CGC ou CPF prestador de serviço
3.3.4.90.35.03		Assessoria contábil/administrativa	Cód Projeto, CGC ou CPF prestador de serviço
3.3.4.90.35.04		Obrigações patronais de Autônomos	Cód Projeto, CGC ou CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.00	Outros serviços terceiros – Pessoa Física		
3.3.4.90.36.01		Serviços técnicos - profissionais	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.02		Locação de imóveis	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.03		Manutenção e conservação de equipamentos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.04		Manutenção e conservação de máquinas	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.05		Manutenção e conservação de veículos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.06		Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.07		Manutenção e conservação de bens imóveis	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.08		Fornecimento de alimentação	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.09		Serviços de limpeza e conservação	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.10		Serviços de comunicação ou geral	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.11		Serviços de seleção e treinamento	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.12		Serviços de assistência social	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.13		Fretes e transportes de encomenda	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.36.14		Obrigações patronais sobre serviços pessoa física	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.37.00	Locação de mão-de-obra		
3.3.4.90.37.01		Apoio administrativo, técnico e operacional	Cód Projeto, CPF Locador
3.3.4.90.37.02		Vigilância ostensiva	Cód Projeto, CPF Locador
3.3.4.90.39.00	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica		
3.3.4.90.39.01		Assinaturas de periódicos e anuidades	Cód Projeto, CGC prestador de serviço
3.3.4.90.39.02		Serviços técnicos profissionais	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.03		Despesas de pequeno vulto	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.04		Locação de imóveis	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.05		Locação de softwares	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.06		Locação de equipamentos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.07		Locação de máquinas	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.08		Locação de bens móveis de outras natureza	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.09		Manutenção e conservação de bens imóveis	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.10		Manutenção e conservação de equipamentos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.11		Manutenção e conservação de máquinas	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.12		Manutenção e conservação de veículos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.13		Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.14		Festividades e homenagens	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.15		Serviços de energia elétrica	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.16		Serviços de comunicação em geral	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.17		Serviço de seleção e treinamento	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.18		Serviço de assistência social	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.19		Serviços gráficos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.20		Serviços de apoio ao ensino	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.21		Serviços judiciários	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.22		Seguros em geral	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.23		Vale-transporte	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.24		Fretes e transportes de encomendas	Cód Projeto, CPF prestador de serviço

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
3.3.4.90.39.25		Limpeza e conservação	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.26		Serviço de apoio administrativo	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.27		Hospedagens	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.28		Serviços bancários	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.29		Serviços de cópias e reprodução de documentos	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.30		Aquisição de software	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.31		Fornecimento de alimentação	Cód Projeto, CPF prestador de serviço
3.3.4.90.39.32		IOF	Cód Projeto
3.3.4.90.39.33		Juros pagos	Cód Projeto
3.4.0.00.00.00	Despesas de capital		
3.4.5.00.00.00	Investimentos		
3.4.5.90.00.00	Aplicações Diretas		
3.4.5.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
3.4.5.90.52.01		Aeronaves	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.02		Aparelhos de medição	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.03		Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.04		Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp.	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.05		Aparelhos e equip. p/ esportes e diversões	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.06		Aparelhos e utensílios domésticos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.07		Armamentos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.08		Bandeiras, Flâmulas e Insignias	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.09		Coleções e Materiais Bibliográficos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.10		Embarcações	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.11		Equipamentos de manobras e patrulhamento	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.12		Equipamentos de proteção, segurança e socorro	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.13		Instrumentos musicais e artísticos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.14		Máquinas e equip. de natureza industrial	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.15		Máquinas e equipamentos energéticos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.16		Máquinas e equipamentos gráficos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.17		Equipamentos para áudio vídeo e foto	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.18		Máquinas utensílios e equipamentos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.19		Equipamentos de processamento de dados	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.20		Máquinas, instalações e utensílios de escritório	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.21		Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.22		Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.23		Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.24		Mobiliário em Geral	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.25		Obras de arte e peças para museus	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.26		Semoventes e equipamentos de montaria	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.27		Veículos diversos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.28		Veículos ferroviários	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.29		Peças não incorporáveis a imóveis	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.30		Veículos de tração mecânica	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.31		Carros de combate	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.32		Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.33		Equipamentos, peças e aces. de proteção ao Vôo	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.34		Equipamentos de mergulho e salvamento	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.35		Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.36		Material de uso duradouro	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.37		Equip. sob. de Maq. Motor de navios da esquadra	Cód Projeto, N° do Tombo
3.4.5.90.52.39		Equip. e mat. Permanente – Pagto Antecipado	Cód Projeto
3.4.5.90.52.40		Outros Materiais permanentes	Cód Projeto, N° do Tombo
4.0.0.00.00.00	Receita		

Código da Conta	Contas não Escrituradas	Contas Escrituradas	Tipo controle contábil
4.1.0.00.00.00	Receitas Correntes		
4.1.1.00.00.00	Taxas		
4.1.1.01.00.00	Taxas pela prestação de serviços		
4.1.1.01.01.00	Gerenciamento de projetos		
4.1.1.01.01.01		Projetos de natureza privada	Cód Projeto
4.1.1.01.01.02		Projetos de natureza pública	Cód Projeto
4.1.1.01.01.03		Projetos de natureza mista	Cód Projeto
4.1.2.00.00.00	Transferências correntes		
4.1.2.01.00.00	Transferências de recursos		
4.1.2.01.01.00	Transferências em forma de repasses		
4.1.2.01.01.01		Projetos de natureza privada	Cód Projeto
4.1.2.01.01.02		Projetos de natureza pública	Cód Projeto
4.1.2.01.01.03		Projetos de natureza mista	Cód Projeto
4.2.0.00.00.00	Receitas de capital		
4.2.1.00.00.00	Receitas de aplicações		
4.2.1.01.00.00	Aplicações financeiras		
4.2.1.01.01.00	Aplicações em CDB		
4.2.1.01.01.01		Recursos de Projetos	Cód Projeto
4.2.2.00.00.00	Receitas de alienações		
4.2.2.01.00.00	Alienação de bens		
4.2.2.01.01.00	Alienação de bens móveis		
4.2.2.01.01.01		Bens adquiridos com recursos de projetos	Cód Projeto, nº do tombo
4.2.2.01.01.02		Bens pertencentes à FUNDAÇÃO	Cód Projeto, nº do tombo